

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E
URBANISMO - NÍVEL MESTRADO

DANIELLY COZER ALIPRANDI

A CONSTRUÇÃO COLETIVA DOS ESPAÇOS LIVRES
PÚBLICOS:

O arquiteto e os procedimentos participativos – recentes
experiências em Vitória (ES)

VITÓRIA
2010

DANIELLY COZER ALIPRANDI

A CONSTRUÇÃO COLETIVA DOS ESPAÇOS LIVRES
PÚBLICOS:

O arquiteto e os procedimentos participativos – recentes
experiências em Vitória (ES)

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre, pelo
Programa de Pós-graduação em Arquitetura e
Urbanismo da Universidade Federal do Espírito
Santo – UFES.

Orientador: Dr. José Francisco Bernardino
Freitas.

VITÓRIA

2010

DANIELLY COZER ALIPRANDI

A CONSTRUÇÃO COLETIVA DOS ESPAÇOS LIVRES
PÚBLICOS:

O arquiteto e os procedimentos participativos – recentes
experiências em Vitória (ES)

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre, pelo
Programa de Pós-graduação em Arquitetura e
Urbanismo da Universidade Federal do Espírito
Santo - UFES.

Aprovado em ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

José Francisco Bernardino Freitas – Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
Orientador

Clara Luiza Miranda – Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Maria Lais Pereira da Silva – Universidade Federal Fluminense – UFF

Dedico este trabalho à minha família, pais e irmã, que, mesmo sem compreender algumas de minhas escolhas, me apoiam incondicionalmente.

AGRADECIMENTOS

Para a elaboração deste trabalho pude contar com o apoio de uma série de pessoas, cada uma à sua maneira, as quais quero aqui deixar meus sinceros agradecimentos.

A Deus, por guiar minha vida e meu trabalho pelos caminhos mais adequados ao meu crescimento pessoal e profissional;

Ao Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia (Facitec), da Prefeitura Municipal de Vitória (ES), pelo apoio financeiro;

Aos integrantes da equipe do Projeto Terra da Prefeitura Municipal de Vitória, em especial ao José Carlos Neves Loureiro, arquiteto e assessor técnico do Projeto São Pedro e do Projeto Terra; à Margareth Batista Saraiva Coelho, engenheira de alimentos e especialista em gestão municipal de políticas públicas, assessora de projetos especiais do Projeto Terra; e ao Patrick Rocha, arquivista do Projeto Terra;

Ao meu orientador José Francisco Bernardino Freitas, pelo conhecimento compartilhado, pela paciência, pela atenção e pela dedicação;

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGAU-UFES) e a coordenação do mesmo pelo conhecimento compartilhado e pelos incentivos dados nos mais variados momentos;

Às professoras componentes desta banca, Clara Luiza Miranda e Maria Laís Pereira da Silva, em especial pelas importantes orientações dadas na fase de qualificação;

À Madalena Barbosa, pelas valiosas contribuições na fase final de formatação do trabalho;

Aos meus colegas de turma, em especial à Evandra Bizi e à Cláudia Tozetti, pelos preciosos momentos de descontração e apoio mútuo;

Ao Cícero Barbosa, pela compreensão e pelo companheirismo, fundamentais nesta importante e delicada fase de conquista profissional.

“Certo, nós não mudaremos o mundo, mas podemos mudar o modo de vê-lo.”
(Milton Santos, 1982, p.26)

RESUMO

No processo de desenvolvimento da cidade, são envolvidos três principais agentes: Estado, técnicos de diferentes disciplinas e sociedade – da qual o Estado e os técnicos também fazem parte. Faz parte dessa sociedade uma diversidade de grupos, das quais se sobressaem, do ponto de vista da participação nas decisões políticas, membros de uma elite econômica. A não familiaridade da maior parte da população, seja com os aspectos técnicos que envolvem o processo de construção das cidades, seja com suas leis e todo o funcionamento do processo, faz com que este seja o agente que menos conhecimento tem dos instrumentos que pode utilizar para interferir no processo decisório. Os profissionais de diferentes áreas do conhecimento que atuam no processo participativo são encarregados, dentre outras coisas, de trazer informações técnicas aos demais envolvidos, sendo o arquiteto aquele usualmente responsável em levar os resultados das discussões para a prancheta. No momento de projetar e, para alcançar maior margem de segurança na aceitação dos espaços derivados de seus projetos, é necessário que ele busque alternativas metodológicas para a elaboração do mesmo. É de nosso entendimento e o que nos propusemos comprovar que o ponto de partida para isso é o estreito conhecimento e a proximidade com a realidade dos usuários do espaço. Devido a essa proximidade, o arquiteto pode desempenhar importante papel no processo participativo, especialmente quanto à “capacitação” do usuário e à ampliação de suas percepções espaciais. Por essa razão, pretendem-se analisar os instrumentos e procedimentos que estão à disposição do arquiteto para possibilitar o estímulo e a ampliação da percepção da população quanto ao espaço que a circunda e conferir-lhe informação variada a respeito dele. Esses resultados permitem que o cidadão amplie seu espectro de possibilidades quanto ao potencial de utilização do espaço, suas deficiências e ausências e o habilita a participar de forma ativa e significativa nas discussões do processo de construção dos espaços livres públicos da cidade em que vive. Acredita-se que, com o auxílio de determinados procedimentos da pesquisa-ação, se o arquiteto puder fazer com que a população perceba as possibilidades e as necessidades de apropriação do espaço público, terá como retorno base consistente para a elaboração de projetos mais condizentes com a realidade e a vontade dos usuários. Isso, possivelmente, ocasionará maior margem de aceitação e apropriação dos espaços, por parte de seus principais usuários, ampliando-se, assim, a ocorrência da esfera de vida pública.

Palavras-chave: Planejamento participativo. Procedimentos da pesquisa-ação. Participação cidadã. Esfera pública. Apropriação de espaços livres públicos.

ABSTRACT

During the city development, there are three main agents. The State, the technicians from different fields and societies. A diversity of groups makes part of that society, from which we can highlight, based on the participation in the political decisions, the members of an economical elite. The lack of familiarity of most of the population, either when it comes to the technical aspects that involve the process of building cities or regarding their regulations and all the process development, make them deeply unaware of the instruments they can use to interfere in the decisive process. The professionals from different areas of knowledge that are involved in the participative process are in charge of, besides other things, bringing technical information to the other members in the process, being the architect the one responsible for taking the results of the discussions into the project. When projecting, for better assure the acceptance of the space derived from his/her project, it is necessary that she/he think about methodological options to design it. We understand and try to prove that the starting point for that is the close knowledge and the intimacy with the users of that space. Due that intimacy, the architect can play an important role in the participative process, especially when it comes to the qualification of the user and his/her spacious perceptions. Because of that, it is intended to analyze the instruments and procedures that are at the architect disposal to turn possible the stimulus and the improvement of the population's perception concerning the space that surround them and give them lots of information about it. Those results make all the citizens able to amplify their range of possibilities related to the potential use of the spaces, their defects and necessities and turn them able to participate actively and decisively in the discussions during the process that involves the construction of free public spaces in the city where they live. It is assumed that, with the help of some research and action procedures, if the architect is capable to make the population notice the possibilities and necessities of the public spaces appropriation, he/she will have, as a result, a consistent base to elaborate projects closer to the users' reality and will. This will possibly result in more acceptance and appropriation of the spaces by their main users, amplifying, thus, the occurrence of public life sphere.

Key words: Participative planning. Research and action procedures. Citizen Participation. Public space. Free public space appropriation.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS E O ARQUITETO.....	11
1.1 ESPAÇO PÚBLICO E ESFERA PÚBLICA: UMA INTRODUÇÃO	12
1.2 ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS E SUAS TRANSFORMAÇÕES	18
1.3 O PAPEL DO ARQUITETO NA CONSTRUÇÃO E APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS	26
1.4 OBJETIVOS E ESTRUTURA DO ESTUDO	35
2 PARTICIPAÇÃO E PLANEJAMENTO	41
2.1 MOVIMENTOS E ATIVISMOS SOCIAIS	44
2.2 A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E SUA TRAJETÓRIA	46
2.3 INSTITUIÇÕES DE APOIO E INFLUÊNCIA NO PERÍODO DE 1975-1990	50
2.4 A INSERÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NO PLANEJAMENTO URBANO	53
2.5 EXPERIÊNCIAS PIONEIRAS E DE DESTAQUE NO CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO BRASIL	58
2.5.1 Brás de Pina (RJ)	58
2.5.2 Lages (SC)	61
2.6 MOVIMENTOS URBANOS NO BRASIL A PARTIR DE FINS DA DÉCADA DE 1980 E AS ALTERNATIVAS DE PARTICIPAÇÃO	64
3 O ARQUITETO E AS TÉCNICAS PARTICIPATIVAS	69
3.1 ALTERNATIVAS À PESQUISA TRADICIONAL	71
3.2 PROCEDIMENTOS PARTICIPATIVOS	73
3.3 CATEGORIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS	75
3.4 PERCEBENDO O ESPAÇO	81
3.5 OBJETIVOS POSSÍVEIS	85
4 PROCEDIMENTOS PARTICIPATIVOS EM VITÓRIA (ES)	91
4.1 A CIDADE DE VITÓRIA E SEU CONTEXTO URBANO E SÓCIO-ECONÔMICO A PARTIR DOS ANOS DE 1960	91
4.2 MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS EM VITÓRIA	94

4.3 O PROJETO TERRA	96
4.3.1 Antecedentes	96
4.3.2 Objetivos e funcionamento	99
4.4 METODOLOGIA DO PROJETO TERRA – O DIAGNÓSTICO INTEGRADO ..	103
4.5 O DIAGNÓSTICO URBANO INTEGRADO E A POLIGONAL 02	106
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127

1 INTRODUÇÃO: ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS E O ARQUITETO

O espaço livre público é, dos espaços públicos das cidades de maneira geral, o que apresenta maior potencial de ocorrência da esfera pública. Nele visualizamos o espaço do cidadão e da vida em comunidade, onde as experiências sociais se desenvolvem com dinamicidade, pelas diferentes possibilidades de usos e pela convivência democrática e cidadã, expressadas por meio de manifestações culturais, encontros, lazer, recreação e celebrações.

Contudo, faz-se necessário compreendermos as relações suscitadas por essa temática no que tange aos contextos econômicos, políticos e sociais vividos na sociedade. Segundo Sennett (1988), o modo de produção capitalista é o principal responsável pela intensificação do individualismo vivido nas sociedades desde o século XIX até os dias atuais. Esse individualismo é fortalecido pelo sentimento de medo gerado pela violência nos centros urbanos e pelo aumento da esfera privada em detrimento da pública.

Os espaços livres públicos, similarmente ao que ocorre com a esfera pública, têm sofrido alterações. Eles tendem a perder em abrangência e apropriação, além de terem o seu significado alterado ou enfraquecido. Tais transformações dos espaços livres interferem na ocorrência da esfera pública e vice-versa.

Nesse sentido, o arquiteto pode desempenhar papel fundamental na elaboração do desenho que pode promover ou não a utilização dos espaços livres públicos e, conseqüentemente, na ocorrência da esfera pública. Ele pode influenciar de maneira positiva, ao colaborar para o aumento da apropriação do espaço, ou de modo negativo, ao criar um desenho que afaste o usuário.

Este estudo pretende avaliar o potencial de instrumentos e procedimentos que estão à disposição do profissional arquiteto para que esse profissional auxilie a população usuária dos espaços livres públicos em sua percepção acerca desses ambientes, com vistas à ampliação do espectro de possibilidades de utilização e apropriação desses locais.

Nesse sentido, é importante compreendermos a relação entre os espaços livres públicos e a esfera pública, as alterações sofridas por ambos em contextos da sociedade capitalista e o papel que o arquiteto pode desempenhar nesse contexto. Será necessária, primeiramente, a apreensão do que abrange os termos espaço público e esfera pública, sobre que discorreremos a seguir.

1.1 ESPAÇO PÚBLICO E ESFERA PÚBLICA: UMA INTRODUÇÃO

O termo público é definido por Hannah Arendt (1999) como sendo o próprio mundo comum a todos, mas que não é o mesmo que a terra ou a natureza, e sim o produto feito pelo homem. Ela afirma que aquilo que é público pode “[...] ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível” (p. 59). Assim, o espaço público é aquele local onde se pode ser visto e ouvido por todos.

Para o grupo QUAPÁ-SEL¹, todo espaço onde se realiza a ação da esfera pública é um espaço público. Por outro lado, os espaços de propriedade pública, independente de se prestarem à manifestação da esfera pública ou não, continuam sendo espaços públicos, como áreas de preservação ambiental, por exemplo. Mas essa esfera não se restringe a isso. Pode também ser manifestada em um local de propriedade privada, como uma padaria, uma igreja ou um estádio de futebol particular. Esse ambiente torna-se, então, um espaço público no momento (e somente nesse intervalo de tempo) em que nele ocorre tal ação. Porém, a esfera pública, segundo Jürgen Habermas (1984), não se restringe a um local. Pode acontecer em um órgão estatal, na imprensa, em um conselho, lugares que sirvam para que as pessoas se comuniquem.

¹ Rede nacional de pesquisa, que tem como origem e sede da coordenação nacional o Laboratório da Paisagem da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de São Paulo (FAUUSP), que conta com apoios da FAPESP e do CNPq. É coordenada pelos professores doutores Silvio Soares Macedo, Eugênio Fernandes Queiroga e Fábio Robba, da FAUUSP, e conta também com a participação de pesquisadores de todas as regiões do país. Tem como objetivo de investigação os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no meio urbano brasileiro. Principais fontes utilizadas neste trabalho: AKAMINE *et al*, 2009; QUEIROGA; BENFATTI, 2007.

Da mesma forma que um espaço de propriedade privada pode ser apropriado para a realização da esfera pública, também o espaço público pode ser apropriado pela esfera privada, que restringe seu acesso a certos grupos sociais, como uma rua que passa em um condomínio fechado ou as chamadas praias particulares, comumente encontradas em hotéis de luxo. Esse fato colabora para a ampliação da esfera privada em detrimento da pública.

O conceito de esfera pública está intimamente ligado às atividades definidas por Hannah Arendt como formadoras da *vita activa* (AKAMINE et al, 2009; QUEIROGA, 2001; QUEIROGA; BENFATTI, 2007).

Arendt (1999) designa três atividades formadoras do que ela denomina *vita activa* como fundamentais, correspondentes às condições básicas da vida do homem: o labor corresponde à própria vida, o trabalho à mundanidade e a ação à pluralidade.

O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, [...] têm a ver com as necessidades vitais. [...] O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, [...] produz um mundo 'artificial' de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. [...] A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na terra e habitam o mundo (ARENDR, 1999, p. 15).

A ação é, segundo ela, a condição da vida política. Enquanto o labor e o trabalho asseguram a sobrevivência e as futilidades da vida humana, a ação cria a condição para a permanência de corpos políticos na história, para o conhecimento dos que ainda vão nascer. Trata-se da esfera pública (ou esfera de vida pública) que, nos termos arendtianos, tem um sentido político.

Alguns autores argumentam que, a despeito do sentido político, o conceito de Arendt não permite plena construção da cidadania. A classificação proposta por Sérgio Costa (1999) nos auxilia nesse entendimento ao sugerir algumas modificações quanto às três classificações de esfera pública propostas por

Seyla Benhabib (1993): o modelo republicano, que tem como referência o trabalho de Hannah Arendt, o modelo liberal e o modelo discursivo, amparado no trabalho de Jürgen Habermas. Costa, contudo, denomina pluralista o que Benhabib designava liberal e ainda acrescenta um quarto modelo: o da sociedade de massas.

Para Costa, no modelo da sociedade de massas, a esfera pública é aquele espaço controlado pelos meios de comunicação de massa, em que a sociedade transforma-se em consumidora passiva dos conteúdos da mídia.

No modelo pluralista, segundo Costa (1999), os cidadãos estão reunidos em associações e não mais individualizados. Há aí a ilusão de que todos os atores possuem as mesmas possibilidades, quando na verdade esses atores estão disputando seus interesses particulares, disputando visibilidade e influência

Já no modelo republicano, a esfera pública torna-se arena da auto-organização da sociedade como comunidade política de iguais (Arendt, 1993, apud Costa, 1999) mas com opiniões diversas, plurais. Francisco Ortega (2001) alerta que essa teoria de Hannah Arendt só é possível em uma aglomeração limitada de pessoas.

Por fim, o modelo discursivo, que engloba as teorias de Habermas, que mais se identificam com a linha desta pesquisa, dialoga com os outros modelos. Reconhece a influência da mídia e a absorção do conteúdo pelo público sem crítica, mas Habermas acredita que há, além disso, uma gama de estruturas comunicativas e de processos sociais de recepção e reelaboração das mensagens, sem os quais tais mensagens se perderiam.

Batendo de frente com o modelo pluralista, Habermas afirma, segundo Costa (1999), que a existência de uma concorrência entre os diferentes grupos para realizar seus interesses é só a dimensão mais visível das disputas políticas. Segundo ele, para a esfera pública se dirigem reivindicações que surgem no “mundo da vida” (termo usado por Habermas para designar o da sociedade civil) por meio de relações comunicativas voltadas para o entendimento mútuo entre os indivíduos mais a tentativa de atores de concretizar seus interesses –

é a esfera econômica e política que busca por consumidores e lealdade política. Com o estudo dessas relações comunicativas, surge o conceito de Habermas da ação comunicativa, em que se afirma que a ação não é apenas política, mas é o diálogo visando ao entendimento mútuo entre os interlocutores, estabelecendo uma razão comunicativa, libertadora e própria do cotidiano da sociedade civil, (AKAMINE et al, 2009; QUEIROGA, 2001).

A denominada ação comunicativa defendida por Habermas é, segundo Eugênio Queiroga (2001), um diálogo entre sujeitos que objetivam o entendimento mútuo e não exclui nenhum cidadão, independente de seu conhecimento e condição econômica. Essa ação não migra imediatamente para o plano político, como afirma Costa (1999). Para ele:

Somente através da mediação dos processos institucionais de formação da opinião e da vontade é que o poder de influência da sociedade civil deve chegar ao estado, não mais a contraparte institucional da sociedade civil, como na concepção republicana, mas a esfera com competências funcionais e políticas delimitadas pelo direito e pela lei (Costa, 1999, p. 04).

Tal ação comunicativa, exercida pela esfera pública, não ocorre sem a participação dos indivíduos. Essa interlocução traz a possibilidade da discussão de diferenças e divergências e, estando no universo público, engloba diversos grupos de pessoas, já que um indivíduo, independente da sua classe de renda, pode participar de um ou mais grupos ao mesmo tempo.

O conceito de esfera pública não pode se restringir a esta discussão, e é provável que não possamos esgotá-la aqui. Ao longo dos anos, em especial com a ascensão do capitalismo industrial (fim do século XVIII e durante o século XIX), a esfera pública vem sofrendo mudanças. Alguns, como Richard Sennett (1988), acreditam até no fim da esfera pública. Segundo ele, as pessoas começam a se preocupar mais com suas próprias vidas, em detrimento da vida pública. O capitalismo intensifica esse processo de individualização da sociedade com as pressões de privatização e a mistificação

da vida em público – o que a pessoa apresenta de si própria para o público não necessariamente condiz com o que ela realmente é.

Se não se pode confiar no que as pessoas apresentam de si publicamente, o cidadão passou então a desconfiar do outro, que é estranho, desconhecido para ele. Em consequência disso, as pessoas, para se proteger da sociedade, se refugiam na família. Sennett (1988, p. 35) afirma que: “Usando as relações familiares como padrão, as pessoas percebiam o domínio público não como um conjunto limitado de relações sociais, como no Iluminismo, mas consideravam antes a vida em público como moralmente inferior.” Expressar emoções, sentimentos e opiniões em público significa tornar-se vulnerável e se pôr em risco.

Com o tempo, como traz Bauman (2001), viver em comunidade torna-se uma raridade, mas ao mesmo tempo um sonho, uma lembrança boa do passado. Porém, nem sempre segura, pois o medo do outro supera o desejo de voltar a compartilhar a vida com vizinhos. Esse desejo, que surge nos tempos mais atuais, de voltar a viver em comunidade, mas com a segurança do individual, é o que tenta suprir os condomínios fechados, por exemplo. Viver em comunidade passa a ser argumento de venda do mercado imobiliário.

O que se espera dessa “comunidade” é viver entre pessoas com os mesmos objetivos: estar em segurança, manter em sua vizinhança certas normas de comportamento e impedir que entrem ali os que não se encaixam nesse perfil (BAUMAM, 2001).

Além da intensificação do individualismo, a ascensão capitalista colabora também para o avanço da esfera privada – a apropriação do espaço público pela propriedade privada. Segundo Arendt (1999), a propriedade, que antes era uma preocupação individual, passa a ser uma preocupação pública, pondo a comunidade em função de uma riqueza comum, ou que deveria ser comum, mas que nos moldes capitalistas jamais o será.

O espaço público, nesse contexto, é o local das relações econômicas de mercado, do mundo dos negócios e é fortalecido pela ideologia do consumo de

bens de necessidade imediata, e sobretudo de bens simbólicos, asseguradores de *status* urbano de indivíduos e grupos. A esfera pública torna-se “esfera social” (AKAMINE et al, 2009; QUEIROGA, 2001; QUEIROGA; BENFATTI, 2007).

Habermas (1984), todavia, acredita ainda na existência da esfera pública com sua função enfraquecida e não transformada em outro tipo de esfera, como a social conforme alguns autores colocam. As mudanças ou os enfraquecimentos da esfera pública continuam ocorrendo até hoje. Com o potencial de comunicação trazido pelo uso da internet, o espaço em si, geográfico, torna-se desnecessário, e a esfera pública alcança outras dimensões, como a virtual, nesse caso. O próprio termo espaço torna-se mais abstrato, uma vez que, na fala de Marc Augé (1994), pode ser aplicado tanto a uma extensão (distância entre dois pontos) quanto a uma grandeza temporal (no espaço de uma semana).

O tipo de espaço público aqui tratado foge a essa abstração. Trataremos dos espaços de propriedade pública, onde a presença física é necessária para a ocorrência da esfera pública. Mais à frente veremos que a ampliação dessa esfera pode ser potencializada pelo planejamento físico, pois a qualidade do ambiente construído pode colaborar para a atração e a permanência de usuários² em determinado local. Quanto maior o número de pessoas presentes no mesmo espaço, maior será a possibilidade de ocorrerem ações comunicativas e, portanto, a participação na esfera de vida pública.

Dentro da categoria de espaços públicos, entendemos que os espaços livres são os de maior potencial para a realização da esfera pública, uma vez que a possibilidade de ser visto e ouvido por um número maior de pessoas se amplia em um espaço aberto e facilmente acessível a todos – características fundamentais desses espaços, como se verá a seguir. Por essa razão é que este trabalho trata mais detidamente dos espaços livres públicos e da sua

² Entende-se por usuário moradores e trabalhadores locais ou vizinhos que sejam, por alguma outra razão, frequentadores da área.

problemática atual que tem aparentemente cerceado a expansão das ações de uma verdadeira esfera pública.

1.2 ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS E SUAS TRANSFORMAÇÕES

Para Miranda Magnoli (apud AKAMINE et al , 2009, p. 86), espaço livre, de uma maneira geral é:

[...] todo espaço não ocupado por edifícios, espaço aberto zenitalmente, independente da maior ou menor presença de elementos naturais, de contar ou não com a presença de vegetação, ser urbano ou rural, ser de propriedade pública ou privada, destinado a pedestres, aos veículos, à preservação de ecossistemas e outros fins assemelhados.

Seguindo esse conceito, podemos citar como exemplos de espaços livres as ruas, praças, parques, largos, jardins, faixas de praia, campos de futebol – improvisados ou não, quadras, quintais, pátios, estacionamentos descobertos, lotes vagos, glebas, rios, represas, pastagens, florestas, mangues, dunas, canteiros, mirantes e áreas cultivadas.

Os espaços livres públicos são divididos, segundo Carneiro e Mesquita (2000), em três categorias principais, de acordo com a função que exercem: 1) de equilíbrio ambiental, como as reservas ecológicas e os jardins botânicos; 2) de circulação, como as ruas, avenidas e estacionamentos; e 3) de convívio social, como praças, parques, faixas de praia, largos e quadras.

O último tipo trata de espaços com maior potencial de permanência da população e de convivência entre os habitantes da região, por isso são lugares com os quais a população costuma ter grande identificação. Essa permanência e essa convivência, como vimos, potencializam a realização da esfera pública, pela possibilidade de se participar de diferentes ações comunicativas.

Esses espaços vêm sofrendo transformações significativas em sua estrutura, tanto no que se refere à sua escala e suas mudanças de significação, quanto relativamente às alterações de uso e apropriação.

A acelerada e desordenada expansão urbana vivida pelas grandes cidades do país tem causado uma ocupação inadequada quanto à distribuição de funções no espaço público, problema intensificado pelo descompasso entre o tempo de ocupação real e o necessário para a implantação de infraestrutura urbana suficiente para isso.

As cidades brasileiras, na sua maioria, incharam e cresceram sem um planejamento urbano capaz de determinar, de forma categórica, uma melhor forma de ocupar o espaço urbano e nele criar a infra-estrutura e a estrutura mais conveniente para a harmonia e o funcionamento do todo e de cada função urbana particular (SCHWEIZER, 2000, p. 18).

Essa ocupação ocorre, de uma maneira geral, sem o adequado planejamento, o que acarreta problemas de infraestrutura, especialmente, e de distribuição de atividades. O crescimento das áreas edificadas para moradia, comércio e indústrias, por exemplo, acontece, especialmente nos países subdesenvolvidos como o Brasil, em detrimento do desenvolvimento de espaços livres públicos. Para estes espaços são reservadas áreas cada vez menores.

Isso se dá pela grande submissão dos projetos dessas áreas ao ideário capitalista. Como afirma Nádía Somekh (1997, p. 112): “A lei do valor no espaço é estruturada, manipulada pela classe capitalista e suas relações sociais.” E completa que: “[...] a manifestação espacial das relações de produção e a forma do ambiente construído estão envolvidas em essência no processo de valorização e de realização de mais-valia” (SOMEKH, 1997, p. 113). O lucro é a palavra de ordem desse sistema e, para alcançá-lo, é necessária a diminuição desses espaços públicos para a acomodação de um número cada vez maior de construções.

Não apenas a busca pelo lucro, mas a própria ausência de infraestrutura em determinadas áreas da cidade acaba estimulando ocupações incompatíveis com a legislação em vigor. Significa dizer que os segmentos mais desfavorecidos economicamente, que estão passando por necessidades habitacionais, ocupam esses espaços desprovidos de recursos urbanos. Ocupam espaços livres, ou com potencial para isso, incluindo encostas de morros e áreas de mangues, como o que acontece em alguns bairros da cidade de Vitória (a exemplo daqueles que fazem parte da Grande São Pedro ou do Projeto Terra, analisado mais adiante).

Os espaços livres são locais de “respiração”³ da cidade, espaços de lazer, recreação, manifestações – sejam elas culturais ou políticas, embelezamento, contato com a vegetação, com o sol, locais para o encontro e a vivência das pessoas ou apenas local de reflexão e relaxamento. São livres não apenas no sentido de não serem cobertos, como coloca Magnoli (apud AKAMINE et al, 2009), mas devem ser livres também para serem acessados por todos, com a liberdade de utilizarem-no como preferirem ou necessitarem.

No entanto, a forma de produção capitalista muda esse sentido ao enxergar os espaços livres como locais vazios. Segundo Raul Pereira (2006), o mercado imobiliário brasileiro considera esses locais como espaços “não úteis”, vazios, enquanto as construções são consideradas espaços “produtivos” (termos entre aspas utilizados pelo autor citado), uma vez que comercializá-las gera lucro. Além disso, para o Estado, esse tipo de espaço, além de não produzir tributos, suscita despesas aos cofres públicos com sua manutenção.

Como alternativa à não produção de capital, os espaços livres acabam sendo transformados em mercadoria. A natureza, ou aquilo que tenta imitá-la, transforma-se em valor de venda. A ausência da natureza na cidade hoje é tamanha que condomínios com áreas de lazer preenchidas com vegetação têm

3 Espaços de respiração da cidade são aqui considerados única e exclusivamente os espaços livres que permitem a ventilação, a passagem da insolação e a permeabilidade do solo da cidade. Por essa razão são espaços ambientalmente importantes.

seu projeto valorizado. Cenários são construídos e vendidos como natureza, quando são, na realidade, uma simulação dela. Lefebvre (2008, p. 34) 4 faz uma crítica ao que o capitalismo chama de espaços verdes:

Quanto aos 'espaços verdes', última palavra das boas intenções e das deploráveis representações urbanísticas, o que pensar senão que constituem em substituto medíocre da natureza, um degradado simulacro do espaço livre, aquele dos encontros e dos jogos, dos parques, dos jardins, das praças?

Os poucos espaços que existem são, em grande parte, submetidos a essa ideia. No que Angelo Serpa (2003) chama de “censurização do espaço livre público”, são utilizadas formas exóticas, objetos de consumo, de lazer e “naturais” (uma vez que são inseridos pelo homem não podem necessariamente serem tratados como naturais). Esses elementos são misturados: vegetação, itens esportivos, restaurantes, estátuas, dentre outros, juntos, sem um sentido histórico e uma relação ou uma identificação com a população.

São criados espaços homogêneos, sendo que as mesmas atividades desempenhadas num determinado espaço podem ser desempenhadas em outro, de outra cidade, do outro lado do país. Elementos padronizados são misturados naquele ambiente, sem haver a preocupação em entender as diversidades de atividades e apropriações existentes nesses lugares. Modelos prontos são copiados e colados de um lugar para outro, de um bairro para outro, e mesmo de um estado para outro. Agir assim é mais prático e econômico para o governo. Determinado tipo de praça pode funcionar bem no bairro “X”, onde as babás costumam passear com as crianças para tomarem sol e brincarem no *playground*, entretanto pode não funcionar se instalada em um bairro onde o predomínio da população é de idosos que desejam gastar seu tempo com jogos de mesa e em campos de bocha.

4 Primeira edição, em espanhol, data de 1970.

Para Santos (1985, p. 07):

É preciso saber quais os verdadeiros efeitos de determinadas ações sobre o meio urbano. Cidades não são objetos idealizáveis abstratamente e nunca se comportam de acordo com as fantasias de quem as trata desta forma. São concretizações de modelos culturais, materializam momentos históricos e se desempenham como podem, tendo de comportar conflitos e conjugações que se armam e desarmam sem parar e em muitos níveis.

E completa ainda que o desenho de um espaço deve ser a imagem do que se passa nele. Se um desenho é imposto para aquele lugar, sem identificar-se com o que é, efetivamente, ali realizado ou sem remeter-se à memória dos usuários, os efeitos dessas ações podem ser a não utilização do espaço ou até ações de descuido e vandalismo. As pessoas em geral não têm muito cuidado com aquilo com que não se identificam.

Matta (1987, p. 31) afirma que “[...] para que se possa ‘ver’ e ‘sentir’ o espaço, torna-se necessário situar-se”. É preciso que o usuário veja ali algo do seu dia-a-dia ou que lhe remeta a isso, que o deixe à vontade e o convide a praticar suas atividades diárias e/ou de lazer.

Há uma tendência, também, a partir da ascensão do capitalismo, em transformar os espaços livres públicos da cidade em atração turística, o que reforça a criação de cenários. Priorizam-se atividades para esse tipo de usuário, um grupo seletivo de pessoas, normalmente pertencentes a uma classe de renda mais favorecida. Esses cenários são concebidos pensando-se no visitante e não no que os residentes gostariam ou necessitariam de ter ali. Não importa, nesse caso, se determinado bairro é formado em grande parte por uma população jovem, por exemplo, que necessita de espaços de lazer, como quadras e pistas de skate, se o turista que frequenta aquela região gosta de cenários formados por estátuas, fontes e outros objetos pitorescos.

Esses cenários e/ou espaços homogêneos não promovem muita identificação, ou até mesmo nenhuma, com os que deveriam ser seus usuários

cotidianamente, o que provoca, muitas vezes, sua baixa utilização. Sendo assim, as possibilidades de encontros e de realização de ações comunicativas, fundamentais na ocorrência da esfera pública, são enfraquecidas.

Essa falta de identificação pode causar, como mencionado, até mesmo ações de vandalismo, ampliando-se o sentimento de medo nas demais pessoas, que não participaram do ato de depredação e, por consequência, o aumento do abandono desses lugares.

Vale destacar outro tipo de local, criado no período da “super-modernidade”. Essa é uma denominação de Marc Augé (1994) e indica um período de incentivo ao consumo e ao lazer ativo. O tipo de local a que estamos nos referindo é definido por ele como “não-lugar”. Assim, “[...] o espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não lugar” (p. 73). O autor cita como exemplo de não-lugares os locais destinados à circulação acelerada, como vias expressas, trevos rodoviários e aeroportos, os próprios meios de transporte e os grandes centros comerciais.

Bauman (2001) amplia o conceito utilizado por Augé ao afirmar que são locais que desencorajam a ideia de se estabelecer e de permanecer. Os não-lugares permitem certa travessia ou até permanência, segundo a necessidade de seu usuário, sendo que a ausência nesse tipo de local está na falta de interação e de diferença entre as pessoas que ali circulam. “Os residentes temporários dos não-lugares são possivelmente diferentes, cada variedade com seus próprios hábitos e expectativas; e o truque é fazer com que isso seja irrelevante durante sua estadia” (BAUMAM, 2001, p. 119). E os exemplos desses tipos de locais vão se ampliando, fazendo com que uma praça, dependendo dos elementos que a compõem e de como eles são dispostos, pode deixar de ser um lugar. É o caso das praças que contêm entrada e saída de estação de metrô, muitas vezes utilizadas apenas para este fim: acessar aquele local.

A consequência disso é a mesma: baixa apropriação dos espaços, o que provoca pouca permanência e convivência das pessoas no local, e que, por

sua vez, causa a falta de ocorrência de ações comunicativas e que implica, por fim, a não estimulação do acontecimento da esfera pública.

Contudo não são essas apenas as mudanças sofridas pelos espaços livres públicos. Além da intensificação do sentimento de medo, também o aperfeiçoamento dos meios de transporte e a difusão do uso da internet são responsáveis por transformações significativas no uso e apropriação desses lugares.

No século XIX, com o avanço da industrialização, houve um crescimento nos projetos de modernização da infraestrutura urbana em geral (MENDONÇA, 2007). Essa modernização inclui os projetos de espaços livres públicos, especialmente com o intuito de, ao menos, minimizar os impactos da industrialização na cidade. Destaca-se que no século XX, com conquistas trabalhistas como a redução da jornada de trabalho, esses locais passam a ser vistos também como alternativa para o gasto do tempo livre.

Porém, vive-se hoje uma grande difusão do medo, da violência urbana, como já tratamos, que, segundo Mendonça (2007), abrange não só as grandes cidades como já alcança também pequenas e médias, afastando tanto os grupos menos privilegiados da sociedade dos espaços livres públicos como também a elite da cidade. O que diferencia é a forma com que cada um desses grupos, as pessoas de baixa renda e as de renda mais elevada, lida com isso. Enquanto as pessoas menos favorecidas economicamente ficam sem opção de espaços de lazer e recreação, são desenvolvidas, pela camada de renda mais elevada, atividades de caráter privado e dentro dos condomínios fechados (SERPA, 2003). São as comunidades criadas de que fala Zygmunt Bauman (2001).

O uso da internet também contribui para a ausência das pessoas nos espaços livres públicos. Com ela, não é necessário sair de casa para comprar, pois o produto é adquirido pela internet com o uso do cartão de crédito e chega a casa pelo correio. Também não é necessário sair de casa para comunicar-se com amigos e familiares, pois é possível fazer isso na internet por meio de *chats* de bate-papo, *webcam* e microfones acoplados. É possível até mesmo se

divertir sem sair nas ruas, com jogos de computador que podem ser praticados *online* com os amigos e até com desconhecidos.

Para Mendonça (2007), outro fator que colabora para o afastamento da população dos espaços livres públicos é o aperfeiçoamento dos meios de transporte. Inicialmente se poderia imaginar uma ampliação da utilização dos espaços livres públicos, permitindo-se o deslocamento às praças e aos parques em sentido regional. Mas o transporte coletivo não colabora para a utilização ocasional desse tipo de espaço, uma vez que, estando-se dentro de um ônibus com destino ao trabalho ou escola, passa-se pelas praças e áreas afins sem nem ao menos percebê-las ou, quando observadas, de longe, pela janela do coletivo. No que se refere a transportes um pouco mais modernos, como o metrô, o contato com esses espaços é ainda mais restrito. Além disso, as pessoas se acomodam com a possibilidade de utilização do transporte público e se utilizam dele para atravessar pequenos trechos, fáceis de serem percorridos a pé.

O uso do automóvel particular diminui também a possibilidade de encontro e de contemplação desses espaços, já que os motoristas passam por eles com altas velocidades, muitas vezes até sem se dar conta de que eles existem. O automóvel interfere na utilização dos espaços não apenas por essa razão, mas também porque, como demonstra Appleyard (1980) por meio de pesquisas realizadas em ruas de São Francisco, Califórnia, entrevistando moradores do entorno de ruas de elevado tráfego, a velocidade em que os carros trafegam nas ruas, agravada pelo alto contingente, torna o ambiente da rua perigoso de ser utilizado a pé, especialmente pelas possibilidades de acidentes ocorrerem na região.

Quando se vai a pé de casa para a farmácia, por exemplo, é possível passar por uma praça e encontrar os amigos jogando futebol ou uma amiga que não se via há um bom tempo. Esses acontecimentos, ao acaso, denominados por Gehl (1986) de “atividades sociais”, que serão detalhadas mais adiante, proporcionam a permanência e conseqüentemente a utilização desses lugares, o que o uso do automóvel dificulta.

Segundo Tuan (1980), para que ocorra o que ele próprio denomina de “Topofillia”, laços afetivos do ser humano com o ambiente, é preciso que haja intimidade construída pela experiência ou pela imaginação das pessoas. O uso desse espaço é, então, fator importante nessa construção, e se não há contato com ele, não há uso e, por fim, não são formados laços com ele. Destacamos que não entendemos aqui o contato apenas como o toque físico, do tato, mas também como a percepção de determinado local pelos outros sentidos, como a visão, o olfato ou a audição.

As atividades vão acontecer na medida em que surjam identificações com o lugar ou apenas oportunidades, criadas pelos encontros e eventos que se dão ao acaso. Como afirma Santos (1985): “As atividades como que ‘escolhem’ seus espaços, apropriando-se deles, conformando-os, e sendo conformadas de volta” (p. 49). As pessoas escolhem e constroem o espaço onde e como pretendem realizar suas atividades, mas, para descobrir aquele lugar, é preciso vivenciá-lo.

Quando se criam espaços não acessíveis à parte da população, seja pela ineficiência do transporte coletivo, seja pelo projeto voltado ao turista ou a um usuário não pertencente àquele local, deixa-se de propiciar a realização de uma esfera pública para a realização de uma esfera social⁵, seletiva e incentivadora do consumo e do lucro. Isso que acaba por enfraquecer as possibilidades de realização de ações comunicativas diversas, com a participação de grupos diferenciados da sociedade.

Assim, considerando que a permanência das pessoas no espaço é fundamental para a ocorrência da esfera pública, e essa ausência da população pode ser causada muitas vezes pelas características do lugar, aquele que for responsável pela configuração física, o arquiteto, nesse caso, pode colaborar de alguma forma para a melhoria do quadro.

⁵ Termo usado por Queiroga e Benfatti (2007) e Akamine et al (2009) para designar a alteração sofrida pela esfera pública com a ascensão do capitalismo industrial.

1.3 O PAPEL DO ARQUITETO NA CONSTRUÇÃO E NA APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

O profissional responsável pelo projeto de determinado espaço livre público deve saber que a paisagem é uma expressão morfológica das diferentes formas de ocupação, ou seja, ela é o resultado de um processo social de ocupação e gestão de um território (AMORIM; TABGARI, 2006).

Para Neil Smith (1988), o espaço geográfico é um produto social, resultado da prática social e histórica, e sua construção implica também a produção de significado.

Milton Santos (1988b) compartilha desse pensamento ao afirmar que o conteúdo, ou melhor, a sociedade, não é diferente da forma, ou seja, dos objetos geográficos:

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento (SANTOS, 1988b, p. 10).

Para ele a essência do espaço é então social e, por isso, ele não pode ser formado apenas por coisas, mas sim por elas e mais a sociedade. Kevin Lynch (1980) concorda e ainda completa o pensamento de Santos ao afirmar que:

Os elementos móveis de uma cidade, especialmente as pessoas e as suas actividades, são tão importantes como suas partes físicas e imóveis. Não somos apenas observadores deste espetáculo, mas sim uma parte activa dele, participando com os outros num mesmo palco (p. 11).

Então, se o espaço é formado por objetos físicos e geográficos e mais a sociedade, para estudá-lo é preciso compreender sua relação ela. Podemos

concluir também que, se a sociedade não se mostra presente em determinado espaço, se ela não é parte do espetáculo desse palco, nos termos usados por Lynch (1980), o espaço pode se transformar em um não-lugar, como coloca Augé (1994).

Obviamente nem tudo está nas mãos dos arquitetos e dos planejadores urbanos, mas parte da questão pode ser amenizada, ao menos de forma indireta, pelo trabalho desses profissionais.

Jan Gehl, no livro *Life between building*, de 1986, traz essa discussão ao afirmar que há uma conexão importante entre o planejamento físico e a apropriação do espaço. Para ele, as características e qualidades do ambiente físico podem influenciar a quantidade e a variedade de atividades desenvolvidas nos espaços livres públicos, o que ele chamou de “atividades ao ar livre”. Gehl (1986) divide essas atividades em três tipos: as atividades necessárias ou essenciais, as atividades opcionais e as atividades sociais.

As atividades necessárias ou essenciais são aquelas obrigatórias no dia-a-dia das pessoas, como ir à escola ou ao trabalho, esperar um ônibus ou entregar cartas, e são praticamente independentes do ambiente físico, pois as pessoas não têm escolha na hora de exercer esse tipo de função.

A ocorrência desse tipo de atividade depende menos do ambiente físico. Significa dizer que a ida ao trabalho é uma atividade obrigatória e guarda relação com o ambiente do ponto de vista do conforto do usuário. Essa atividade pode ser mais confortável ou não, dependendo da qualidade do espaço. Passar por um local arborizado e bem cuidado é diferente de passar por uma área suja e escura.

As atividades opcionais são as realizadas quando existe a vontade de fazê-las, como por exemplo, realizar uma caminhada, tomar um ar fresco ou se bronzear. Para que elas aconteçam, é preciso que as condições externas, o tempo e o ambiente, sejam convidativos para isso.

Nesse ponto é que entra com maior evidência a importância do planejamento, pois essas atividades dependem da qualidade do ambiente físico, que precisa convidar a pessoa a parar, sentar, comer, jogar, permanecer no local de alguma forma. É preciso provocar a vontade de estar ali. Se a qualidade do espaço é inferior, ocorrem apenas as atividades necessárias, em que as pessoas, independente da condição externa, não têm escolha em exercê-las ou não.

O terceiro tipo de atividades, as sociais, são aquelas que dependem da presença de outras pessoas no mesmo espaço. São resultantes das outras duas atividades e ocorrem espontaneamente. Pode ser o ato de cumprimentar e conversar, crianças encontrando-se para brincar ou simplesmente ver e ouvir outras pessoas. Quando o indivíduo passa pelo espaço para realizar determinada atividade como ir para a escola (atividade necessária) ou fazer uma caminhada (atividade opcional), pode encontrar com um amigo no meio do caminho e, por exemplo, parar para conversar (atividade social). Nesse sentido a atividade passa então de essencial ou opcional para social. Essas atividades também dependem da qualidade do ambiente físico, pois quanto mais atividades opcionais ocorrem naquele lugar, maior é o tempo de permanência da pessoa no local, maiores são as probabilidades de encontro e, portanto, maior é a possibilidade de ocorrerem atividades sociais.

Dessa maneira, os arquitetos e os planejadores podem afetar as possibilidades de encontro das pessoas, criando espaços agradáveis, convidativos e, sobretudo, mais condizentes com as necessidades e vontades da população e, por isso, com maior potencial de apropriação.

Outro autor que destaca a importância da atuação do arquiteto no aumento do potencial de utilização do espaço público é Sun Alex (2004, p. 16) que defende que: “A utilização do espaço como lugar de convívio social depende de detalhes arquitetônicos que selecionam o frequentador ou inibem os contatos por meio de barreiras físicas, atividades e padrões estéticos [...]”.

Portanto, o arquiteto pode não só elaborar ambientes mais convidativos à utilização e permanência, como pode, ao contrário, criar espaços inibidores,

que trazem sensação de estranhamento e desconforto à população. Uma praça totalmente fechada por grades, por exemplo, como é o caso da Praça da Ciência, figura 01 abaixo, localizada no bairro Praia do Canto em Vitória-ES, pode dar a impressão para quem passa por ali de que é necessária autorização para utilizar o local.



Figura 01: Vitória: Praça da Ciência localizada na Praia do Canto, com fechamento em grades.
Fonte: <http://www.terracapixaba.com/2010/04/praca-da-ciencia-vitoria.html>.

O espaço não só deve ser agradável para garantir a permanência de pessoas no local, como também ser acessível. Esta é mais uma característica física que pode ser potencializada pelo arquiteto, que se utiliza de normas de acessibilidade, além de bom senso, para deixar o ambiente mais facilmente utilizável.

Lynch (1980) vai um pouco além afirmando que a cidade, ou um espaço qualquer que a compõe, deve ser legível, ou seja, facilmente reconhecível, organizado numa estrutura coerente. Para ele, estruturar e identificar o meio

ambiente são atividades vitais a todos, e, se o ambiente for desorganizado, ou sem nenhuma identificação para com o possível usuário, a sensação que surge é de medo, de insegurança e de desorientação.

Portanto, a configuração e a organização do espaço podem influenciar no sentimento de segurança que as pessoas têm para com aquele lugar, o que pode determinar sua utilização ou não. Elementos de uma praça, como uma iluminação ruim ou mal distribuída, vegetação fechada que cria cantos onde um ladrão possa se esconder, podem exemplificar esse caso.

Um entrave a essas questões é que a atuação desse profissional pode estar, muitas vezes, condicionada a questões de domínio econômico. No capitalismo da segunda metade do século XX, segundo Marilena Chauí (2006), emerge a chamada “ideologia da competência”. Segundo essa ideologia, aqueles que recebem educação científica e tecnológica se tornam competentes e possuem o poder de mando. Já os que não tiveram acesso a tal conhecimento e apenas sabem executar as tarefas são os executantes, considerados incompetentes. A política passa então a ser assunto de especialistas, e os chamados incompetentes não têm o direito de decisão e às vezes nem o direito de serem informados do que se decide.

A utilização da ideologia da competência pelos representantes do poder público determina, dentro de um processo participativo, que normalmente se caracteriza como um processo consensual, em que se busca a concordância entre as partes envolvidas, a existência de uma hierarquia. Aquele que possui o conhecimento no assunto em questão toma as decisões a partir de seus modelos⁶. Essa é, muitas vezes, uma estratégia para pôr em prática a opção que mais convém a determinado grupo, que se aproveita da falta de conhecimento e informação da população. Normalmente apoiam-se na fala de

⁶ Diversos termos técnicos guardam uma definição atribuída pelo próprio profissional em função de sua experiência. Por vezes, essa definição não é condizente ou compatível com a realidade em estudo. Assim, interessa esclarecer que essas definições e esses conceitos devem guardar íntima relação com aqueles utilizados pela população com a qual se relaciona.

um profissional, como o arquiteto, e a levam para a apresentação aos cidadãos como sendo a melhor ou a única solução.

O arquiteto, neste caso, transforma-se numa ferramenta de alienação da população na manipulação do espaço segundo os interesses do capitalismo, pois tal técnico, detentor de determinado conhecimento, possui grande facilidade de argumentação na exposição de suas ideias e, nisso, utiliza-se de uma linguagem própria, desconhecida pela maioria dos cidadãos, que não compreendem corretamente o que lhes é colocado e permanecem sem informação suficiente que os torne capazes de argumentar da mesma maneira.

Os projetos arquitetônicos e urbanísticos, por muitas vezes, têm sua imagem utilizada como publicidade. Utiliza-se da bela imagem de um projeto para convencer os cidadãos de que aquela é a melhor opção, ou argumenta-se até mesmo que aquela seja a única opção. O que poderia estar sendo utilizado para ajudar a população a compreender e a visualizar melhor o que está sendo proposto, como a exposição na mídia de maquetes eletrônicas do projeto, dando-lhes base para expressarem suas opiniões, acaba sendo utilizado como técnica publicitária, em muitos casos (PORTAS, [198-?]). Dessa forma, num processo consensual, muitas vezes, as partes já estão pressupostamente dadas, ficando a população limitada a escolher entre as opções que lhes são oferecidas, com os argumentos que lhes são colocados (RANCIÈRE, 1996). Em algumas circunstâncias, por acomodação, o próprio cidadão não se interessa em questionar o que é proposto.

Os espaços livres assim projetados correm o risco de tornarem-se fragmentados e esvaziados de significados, de encontros, de trocas e de fruição coletiva, podendo causar no usuário uma sensação de estranhamento, de alheamento e uma dificuldade de identificação (PRONSATO, 2005). Quando o ambiente resultante desses projetos causa descontentamento por parte da população, esta se manifesta de várias formas, sendo uma delas a depredação, o descuido (DEL RIO, 1999). Outra maneira de manifestar a insatisfação é quando a população simplesmente não se apropria daquele espaço.

Mendonça (2007), assim como Nishikawa (1984), ressalta que as apropriações de determinado local podem indicar e ajudar a perceber os desejos e necessidades daquela população, servindo como mecanismos de compreensão por parte do planejador. Deve-se tomar muito cuidado, pois a maneira com que aquele espaço está sendo apropriado pode não significar exatamente o desejo dos usuários, porque muitas vezes nem eles mesmos sabem o que precisam e desejam, mas pode sugerir importantes pistas para se chegar a essa resposta.

É necessário, então, observar a maneira como a população se apropria do espaço que a circunda e, principalmente, é preciso que se permita sua participação no processo de construção – englobando as fases de diagnóstico e pesquisa na área, a fase projetual e de construção, propriamente dita – do espaço de que eles mesmos irão usufruir.

Há algumas questões indiscutíveis, isso não pode ser negado, o que Nuno Portas ([198-?]) chama de “aspectos rígidos”. Como exemplos desses aspectos podem ser citados questões ambientais, certos serviços urbanos, como lixo e transporte, e aquilo que for patrimônio da humanidade e importante para o futuro. Nessas questões, há realmente a necessidade de avaliação e o parecer de técnicos, ou melhor, de uma equipe técnica, com especialistas de diversas disciplinas, para uma avaliação mais completa e segura sobre determinado assunto.

Em contrapartida, há outros aspectos, também segundo Portas ([198-?]), que dão margem a diversas interpretações. Por isso, no planejamento urbano, ele defende a elaboração de três tipos de planos – o plano do sim, o do não e do talvez:

O sim é aquilo que há consenso para se dizer o que é que deve ser feito. O não são aquelas coisas em que a generalidade da população – não quer dizer todos, nunca são todos – pede a nós, Estado, município, planejadores que trabalham para o município. Que seja rígida ao defender aquilo, porque aquilo é patrimônio de todos, e é precioso para o futuro. E depois o talvez, que é a nossa arma para a

flexibilidade, para a negociação, para a captação de oportunidades (PORTAS, [198-?], p. 13).

O que o autor defende é que haja uma flexibilidade no planejamento, mas sem que se negligencie o que é o consenso coletivo. Ao se trabalhar com os aspectos que permitem interpretações variadas é que a participação do cidadão deve ser efetiva, devendo-se dar autonomia às pessoas na tomada de decisões. Entretanto, não pode haver autonomia sem capacitação, sem informação, o que não quer dizer ensinar, pois não deve haver hierarquia nesse processo. O que há é a troca de informações entre a comunidade e os técnicos envolvidos, cada qual com sua contribuição. O que a comunidade necessita é de informação, para obter capacidade de julgamento, de discernimento na escolha da melhor alternativa. É o que afirma Serpa (2007):

Autonomia significa, antes de tudo, dar voz e instrumentalizar os diferentes agentes/grupos na gestão deste processo. Não pode haver autonomia sem capacitação, sem informação, sem diálogo ou conflito. Autonomia deve significar a busca (política) de soluções que explicitem as diferenças, sem ocultar nem hierarquizar as diferentes vontades/identidades (p. 140).

O processo participativo não pode limitar-se apenas ao desenvolvimento de pesquisas sobre o local e sobre os diversos paradigmas e à elaboração de propostas e sugestões de projetos, mas antes disso deve haver um processo de capacitação dos cidadãos envolvidos para melhor perceber o espaço e assim desenvolver diagnósticos sobre ele.

Entende-se por estar capacitado como poder, segundo Gonçalves (2005), reconhecer e identificar diferentes linguagens (a interpretação de documentos escritos, plantas, desenhos, etc.) e também expressar-se em diferentes linguagens; identificar problemas, sintetizar e organizar dados; formular soluções em linguagem compreensível e argumentar a favor de seus princípios; avaliar a aplicabilidade das soluções elaboradas; identificar etapas

do processo e avaliá-lo; interagir, estar apto a relações dialógicas considerando sentimentos, necessidades e demandas diversas e incluir ideias de outros na composição do próprio pensamento.

No processo participativo devem-se assumir as diferenças e estabelecer um diálogo e uma convivência entre os diversos atores. É preciso “entrar” no mundo da comunidade para entender seu modo de vida e de enxergar aquele lugar; é preciso que o anônimo se torne objeto de estudo e de interesse, bem como é necessário mostrar à comunidade, ser transparente com relação às técnicas e aos instrumentos utilizados em cada situação. Trata-se do estabelecimento de uma rede de relações entre grupos de saberes interdisciplinares, com técnicos de diferentes disciplinas (arquiteto, geógrafo, psicólogo, etc.), grupos da comunidade de diferentes identidades (igrejas, associações de bairros, etc.) e a administração pública.

Após termos discutido os conceitos de espaço público e esfera pública de uma maneira geral e, especificamente, de espaço livre público, bem como da influência capitalista e das transformações sofridas por eles e ainda o papel do arquiteto quanto à qualidade e, conseqüentemente, à utilização dos mesmos, o próximo capítulo vem trazer um apanhado de informações que permeiam o termo participação. Antes, porém, faz-se necessário esclarecer os objetivos e estrutura desta pesquisa.

1.4 OBJETIVOS E ESTRUTURA DO ESTUDO

No processo de desenvolvimento da cidade, são envolvidos três principais agentes: o Estado, os técnicos de diferentes disciplinas e a sociedade – da qual o Estado e os técnicos também fazem parte. Compõe essa sociedade grande diversidade de grupos de pessoas, das quais se sobressaem, além do Estado e dos técnicos, do ponto de vista da participação nas decisões políticas, membros de uma elite econômica, em especial grandes empresários. Fazendo uma analogia com o jogo de cartas, Carlos Nelson Ferreira dos Santos, em seu livro *A cidade como um jogo de cartas* (1988a, p. 51), afirma que: “[...] só pode

haver jogo limpo quando cada um souber o que são suas cartas, o quanto valem e tiver domínio sobre as próprias jogadas”.

Entretanto, a não familiaridade da maioria da população, seja com os aspectos técnicos que envolvem o processo de construção das cidades, seja com suas leis e todo o funcionamento do processo, faz com que ele seja o agente que menos conhecimento tem sobre os instrumentos que pode utilizar, enquanto que o empresariado: “[...] além de contar com profundo conhecimento dessas regras, consegue vislumbrar a melhor oportunidade de conduzi-las a sua conveniência” (FREITAS; FRECHIANI, 2006).

Sendo assim, enquanto o cidadão não souber onde pode contribuir, quais maneiras ele tem de agir, quais instrumentos ele possui à sua disposição para tal, sua participação nesse processo é desequilibrada em relação à dos demais agentes.

No entanto, é importante também que os cidadãos estejam interessados e dispostos a participar, que não fiquem em silêncio, uma vez que não há democracia realmente se não houver o envolvimento e a manifestação. Somente com reivindicações claras é que se podem mostrar sua maneira de viver, seus desejos e suas necessidades.

Há outra questão a ser destacada que, por vezes, impede a ampliação do envolvimento da população no desenvolvimento de sua cidade e que é um dos pontos chaves da discussão desse trabalho: a maior parte das pessoas normalmente sabe mais do espaço que utiliza em seu dia-a-dia do que é capaz de reconhecer e processar conscientemente (SANTOS, 1988a).

Assim, podemos afirmar que o cidadão sabe sobre aquele ambiente muito mais do que ele é capaz de identificar sozinho e, principalmente, de transmitir aos outros. Isso traz possibilidades ao Estado de manipular os cidadãos para que aceitem suas propostas como as melhores ou as únicas.

Os profissionais de diferentes áreas que atuam no processo participativo são encarregados, dentre outras coisas, de trazer informações técnicas aos demais

envolvidos. O arquiteto é, dentre tais profissionais, aquele responsável em levar as discussões para a prancheta no momento de projetar; e, a fim de alcançar maior margem de segurança na aceitação dos espaços derivados de seus projetos, é necessário que o arquiteto busque alternativas metodológicas para a elaboração. Acreditamos aqui que a proximidade com a realidade dos usuários do espaço em questão seja o ponto de partida.

Devido a essa proximidade, o arquiteto pode desempenhar um importante papel no processo participativo, especialmente, quanto à capacitação do usuário e à ampliação de suas percepções espaciais. Concordamos com Santos (1982) que “[...] nós não mudaremos o mundo, mas podemos mudar o modo de vê-lo” (p. 26).

Desse modo, enfatizamos a importância do arquiteto como um dos mediadores do processo participativo para a construção de espaços livres públicos, com o papel principal de sintetizar o diálogo em seus projetos.

Nesta pesquisa, ocupamo-nos da construção dos espaços livres públicos e com a participação cidadã como alternativa metodológica para ampliar as possibilidades de utilização e apropriação do espaço e, conseqüentemente, de potencializar a ocorrência da esfera pública.

Para o desenvolvimento dessas discussões, realizamos uma pesquisa bibliográfica tendo em vista a importância de refletir sobre os procedimentos participativos que investigamos, os embasamentos conceituais que permeiam os espaços livres públicos, a questão da participação cidadã e do processo de percepção do espaço pelo homem, bem como de definições teóricas do funcionamento dos procedimentos. Algumas experiências foram investigadas, como os acontecimentos na favela de Brás de Pina (RJ), em Lages (PR) e, de maneira mais detalhada, em Vitória (ES) a fim de confirmar a veracidade e aplicabilidade dos procedimentos estudados.

Assim, pretendemos analisar, neste trabalho, os instrumentos e os procedimentos que o arquiteto possui para estimular e ampliar a percepção da população quanto ao espaço que a circunda e, ao mesmo tempo, conferir-lhe

informação variada, que amplie seu espectro de possibilidades quanto ao potencial de utilização dos espaços, bem como suas deficiências e suas ausências. Nesse processo, acreditamos que os cidadãos estarão mais habilitados a participar de forma ativa e significativa nas discussões do processo de construção dos espaços livres públicos de sua cidade.

Nesse sentido, se puderem ser estabelecidos espaços de relacionamentos dialógicos entre arquiteto e usuário em que conceitos e definições sejam mutuamente ajustados, o profissional pode fazer com que a população perceba possibilidades e necessidades de apropriação do espaço público, tendo como retorno base para a elaboração de projetos mais condizentes com a realidade e vontade dos usuários, o que, possivelmente, ocasionará maior margem de aceitação e apropriação dos espaços por parte de seus principais usuários. E o mais importante: se a utilização do espaço for ampliada, expandem-se as possibilidades de ocorrência da razão comunicativa e, portanto, a realização da esfera pública.

Além disso, o arquiteto, por meio do convívio e da proximidade com o usuário e com o espaço em questão, proporcionados pelo espaço de relacionamento dialógico estabelecido pela metodologia e pelos procedimentos participativos, terá uma maior facilidade de compreensão das percepções dos cidadãos. Logo, para um melhor desenvolvimento do tema, organizamos o texto em cinco capítulos. Neste primeiro capítulo, foram abordados os conceitos de espaço público, esfera pública e espaço livre público, bem como as transformações sofridas por todos eles ao longo do tempo, em especial do último, objeto de estudo deste trabalho. Além disso, foi tratada a influência da ação do modo de produção capitalista sobre os espaços livres públicos e o papel que o arquiteto pode desempenhar nesse contexto.

O segundo capítulo conta com uma revisão dos conceitos que abrangem a participação de uma maneira geral, os termos que se referem a ela para melhor delimitar aquele que se adéqua ao estudo em questão e os tipos de participação existentes. Além disso, serão tratados os conceitos de movimentos e ativismos, bem como a evolução deles.

Neste mesmo capítulo será também realizada retrospectiva da trajetória da participação cidadã, especialmente no processo de planejamento urbano, a fim de se verificar quando e como a população começou a ter conhecimento das suas possibilidades e suas formas de participação nos processos de decisão e como isso vem evoluindo ao longo dos anos, passando pelas influências externas, chegando ao Brasil e, especificamente, em Vitória. Serão abordados os mecanismos que possibilitam a participação cidadã, conquistados no Brasil e utilizados nos dias atuais, tais como Constituição de 1988, Reforma Urbana, Estatuto da Cidade, Orçamento Participativo, Ministério das Cidades e Instituto Pólis.

Por fim, serão examinadas duas experiências precursoras e de destaque no contexto da participação cidadã no Brasil, das quais se podem obter a ilustração e a constatação de questões estudadas ao longo do capítulo, como a política clientelista, a influência capitalista e os proveitos da Reforma Urbana.

No terceiro capítulo serão analisados procedimentos de pesquisa nos quais o arquiteto pode atuar para compreender os desejos e necessidades dos cidadãos, incluindo-os no processo. Será necessária uma abordagem acerca da percepção das pessoas com relação ao espaço que utilizam para, então, compreender como isso acontece nos procedimentos estudados. Com base nessas informações, será realizada análise da possível aplicação desses procedimentos, categorizando-os e identificando os objetivos para os quais eles fornecem subsídio.

Já no capítulo quatro, será avaliada a metodologia utilizada no Projeto Terra da Prefeitura Municipal de Vitória, especificamente na Poligonal 02, identificando semelhanças nos procedimentos utilizados com os estudados neste trabalho, analisando-os conforme os objetivos identificados como possíveis de serem alcançados. Para isso, será necessária, primeiramente, uma abordagem acerca do contexto urbano e sócio-econômico da cidade de Vitória, bem como da trajetória dos movimentos sociais e do desenvolvimento de políticas públicas no local.

O quinto e último capítulo abordará as questões conclusivas, retomando as questões lançadas no início do estudo bem como os objetivos pretendidos e as hipóteses sugeridas, discutindo-os de acordo com as informações investigadas ao longo dos capítulos. Com isso, pretendemos confirmar ou desmentir as hipóteses levantadas, que são:

Se um espaço de relacionamento dialógico for estabelecido entre arquiteto e cidadão, isso pode resultar na amplificação da percepção da população quanto ao espaço que a circunda, habilitando-a cada vez mais a participar efetivamente das discussões no processo de construção dos espaços livres públicos de sua cidade.

No estabelecimento desse espaço dialógico, o profissional pode fazer com que a população perceba as possibilidades e as necessidades de apropriação do espaço público, tendo retorno base para a elaboração de projetos mais condizentes com a realidade e a vontade dos usuários, expandindo possibilidades de aceitação e apropriação dos ambientes projetados. Ampliando-se a utilização do espaço, estendem-se as possibilidades de ocorrência da razão comunicativa e, portanto, a realização da esfera pública.

Além disso, o arquiteto, pelo convívio e pela proximidade com o usuário e com o espaço em questão, proporcionados por esse mesmo espaço dialógico obtido por intermédio da metodologia e dos procedimentos participativos, poderá ampliar sua compreensão quanto às percepções dos cidadãos.

Esperamos também que esta pesquisa colabore com o aprimoramento de métodos de planejamento urbano mais democráticos, com a participação cidadã efetiva da população no processo de construção das cidades, ampliando a possibilidade de elaboração de projetos de espaços livres públicos de maior aceitação por parte de seus usuários.

2 PARTICIPAÇÃO E PLANEJAMENTO

Este capítulo contará com a trajetória da participação cidadã no processo de planejamento urbano para, especialmente, compreender como isso chegou ao Brasil e como se desenvolve até os dias atuais. No capítulo, pretende-se ainda trazer a exposição de duas experiências brasileiras, precursoras em termos de participação cidadã no país, para ilustrar as discussões que se seguem ao longo do capítulo.

O termo “participação” tem sua origem na *pólis* grega, em que, por si só, tem um sentido político, sendo considerada um mero ato de fazer parte de um processo eleitoral, a partir do qual uma decisão é tomada (TEIXEIRA, 2002). Porém, na sociedade atual, esse conceito vai muito além. Pode se referir à ação de fazer parte de associações, partidos, protestos ou apenas comparecer a reuniões, onde estejam ocorrendo debates de questões políticas. Como afirma Teixeira (2002, p. 27):

[...] participação significa “fazer parte”, “tomar parte”, “ser parte” de um ato ou processo, de uma atividade pública, de ações coletivas. Referir “a parte” implica pensar o todo, a sociedade, o Estado, a relação das partes entre si e destas com o todo e, como este não é homogêneo, diferenciam-se os interesses, aspirações, valores e recursos de poder.

Participar, então, continua sendo um ato político, pois se refere a decisões e ações coletivas, muitas vezes ligadas a espaços e domínios públicos que, como tal, estão subordinados aos representantes de governo, podendo ser a escolha dos próprios representantes políticos, decisões tomadas no planejamento urbano, dentre outras questões de interesse de uma sociedade.

Elenaldo Teixeira (2002) mostra também como são variadas as formas de participação, os agentes que dela fazem parte e os objetivos e os valores dentro de um grupo de agentes. Variados também são os termos utilizados

para designar a participação das pessoas na vida política, de uma maneira geral. A participação pode ser cidadã, social ou comunitária e popular.

Participação cidadã é um processo que deve integrar sociedade, Estado e produção na busca por direitos. Segundo Teixeira (2002), não é o mesmo que chamá-la de participação social ou comunitária, que se referem a uma prestação de contas dos representantes de governo à comunidade, nem pode ser confundida com participação popular, que se refere à ação de movimentos reivindicativos com posição anti-governo.

O termo que melhor define, complementando a palavra participação, na acepção que pretendemos neste trabalho, é a participação cidadã, e ela pode ser, segundo Teixeira (2002), do tipo direta, indireta, orientada para a expressão, orientada para a decisão, movimentalista ou institucionalizada.

A participação direta é o ato de fazer parte do movimento ou processo, participar diretamente, como o próprio nome sugere, das decisões, como é o caso do processo eleitoral. A indireta é o ato de apenas influenciar uma decisão, e esse tipo de participação não inclui decidir efetivamente, mas a ação pode tornar a decisão tendenciosa.

Quando a participação é orientada para a expressão, possui um caráter simbólico, com a intenção de expressar uma insatisfação, de chamar a atenção. Já a orientada para a decisão tem um caráter mais objetivo, organizado e direto.

A participação movimentalista e a institucionalizada diferenciam-se por lógicas de funcionamento diferente:

No caso dos movimentos, a lógica é 'consensual solidarística', presidida por valores éticos, morais e comunitaristas, contrapondo-se à 'racional-competitiva' em que prevalecem critérios de racionalidade e eficácia, presentes nos sistemas econômicos e políticos (TEIXEIRA, 2002, p. 26).

A lógica racional-competitiva de que trata Teixeira é a presente na participação institucionalizada, e para a atuação da população no processo participativo institucionalizado são disponíveis dois instrumentos: os mecanismos e os canais de participação.

Segundo Teixeira (2002), os mecanismos de participação são instrumentos utilizados pelo cidadão para cobrar a responsabilidade de autoridades, identificar erros, fraudes etc. e engloba também o processo eleitoral. Já os canais de participação são, também conforme afirma Teixeira (2002), instrumentos híbridos, órgãos compostos por membros tanto da sociedade civil, quanto do Estado.

No sistema político brasileiro atual, o que ocorre muitas vezes é uma utilização controvertida do termo participação, como argumenta Marcelo Lopes de Souza (2006b). Em vez de ser um instrumento de integração da sociedade, a participação é utilizada como “ferramenta de co-administração da escassez”, de “co-gestão da crise” (SOUZA, 2006b). Ou seja, é ferramenta de manipulação da população, principalmente, mas não exclusivamente, de governos populistas.

Destacam-se dois importantes atos, além do debate público, que englobam a participação cidadã hoje: o *accountability*, que é o ato de obrigar os agentes públicos a prestarem conta sobre seus atos, e a responsabilização dos que tomam as decisões.

A participação cidadã é frequentemente utilizada em países denominados democráticos, como o Brasil, onde o sistema vigente é a democracia. Mas, segundo Souza (2006b), existem, basicamente, dois tipos de democracia: a direta e a representativa. Poder-se-ia citar também a democracia deliberativa e a participativa; mas, como o próprio autor supracitado coloca, elas consistem praticamente em versões do sistema representativo.

Apropriando-nos das definições de Souza (2006b), afirmamos que na democracia direta quem deve ter a última palavra sobre todas as questões importantes é o próprio corpo de cidadãos, reunidos em assembleia, como

ocorria na democracia ateniense (de 510 a.C. 322 a.C.). Na democracia representativa, que é a efetivamente utilizada nos chamados países democráticos, aqueles que foram eleitos pelo povo têm o direito de decidir em nome dele. A sociedade não participa, assim, das decisões mais importantes.

A população, especialmente por não ter espaço e apoio governamental suficientes para reivindicar seus direitos, organiza-se por si só em busca da conquista desses direitos. O direito de participar ativamente de decisões e ações políticas de seu país é inclusive um desses direitos. Surgem, então, os movimentos e ativismos sociais.

2.1 MOVIMENTOS E ATIVISMOS SOCIAIS

O movimento popular em si tem origem, segundo Luiz E. Wanderley (1987, apud DOIMO, 1983, p 11), “[...] nas contradições sociais que afetam as classes populares em seu conjunto e resultam em movimentos sociais específicos, dependendo da forma com que cada parcela destas classes sofre o peso das contradições”.

Para Scherer-Warren (1987, apud Doimo, 1995), o termo “movimento popular” é criado em 1840 para designar o movimento operário, o “velho movimento social”. Posteriormente, passa a representar a classe trabalhadora em sindicatos e partidos e hoje pode ser denominado de “novo movimento social”, pois se refere a múltiplas formas de participação, com novas esferas, especialmente culturais, e não mais apenas econômica, como ocorre no velho movimento social.

Do movimento popular fazem parte o movimento operário, o movimento urbano, de mulheres, de índios, negros, dentre outros. O movimento urbano é de grande interesse neste trabalho, pois trata de reivindicações por melhores condições de vida no meio urbano.

O movimento popular e suas formas de ocorrência, como o movimento urbano, por exemplo, estão dentro de uma categoria mais ampla: o movimento social.

Este faz parte de outra categoria, ainda mais ampla, denominada ativismos sociais (SOUZA; RODRIGUES 2004; SOUZA, 2006b). São formas que a sociedade tem de se organizar e participar ativamente de ações políticas e culturais. Ativismos podem ter caráter reivindicatório, sem se aprofundar em questionamentos e críticas sobre a sociedade atual, compreendendo ações pontuais, sem considerar o conjunto da cidade, ou podem representar lutas mais complexas, como é o caso dos movimentos sociais, que trazem questionamentos quanto a aspectos econômicos, políticos e culturais.

Assim, os movimentos sociais são ativismos com grau mais elevado de organização e contestação da ordem social vigente, voltando-se para as transformações mais profundas da sociedade.

Um dos autores citados acima, Souza (2006b) alerta para a distinção entre os conceitos de “ativismos” e “ações coletivas”. Para ele, as ações coletivas são ações efêmeras e desorganizadas (vandalismos, por exemplo), do crime organizado e de organizações terroristas.

Os movimentos urbanos são aqueles organizados:

[...] em torno de questões diretamente vinculadas ao espaço urbano como habitação e regularização fundiária, não agem somente na escala de um bairro, de uma rua ou de uma favela, mas buscam agir em escalas mais amplas (na cidade, no país e, às vezes, construindo até conexões internacionais) (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 84).

Os ativismos sociais (em especial o movimento social urbano) correm o risco de serem conduzidos por políticas clientelistas, regidas normalmente por políticos populistas que trocam, por votos, o atendimento ao pedido da ação ou até coordenam associações de moradores em bairros pobres, também com o intuito de arrecadação de votos (SOUZA; RODRIGUES, 2004; CAMPOS FILHO, 1992).

Dessa forma, os ativismos, destaque novamente para os movimentos sociais urbanos, tornam-se instrumentos de manipulação da sociedade por parte

desse sistema clientelista. Para Campos Filho (1992), a única forma de garantir a abertura pelo Estado às ações populares não clientelistas só se faz com fortes pressões vindas de fora dele.

É essencial destacar que os ativismos sociais podem ser importantes agentes modeladores do espaço urbano, pois têm potencial para, segundo Souza e Rodrigues (2004), elaborar suas próprias propostas de planejamento e gestão, especialmente ativismos como o movimento social. E acrescenta que essa capacidade de formular alternativas deve ser ampliada, pois alguns importantes ativismos entram em crise nos anos 80, e os mais novos, como os *sem-teto* e o *hip hop*, são ainda muito inexperientes.

Os ativismos sociais, em especial o movimento social urbano, têm uma história de luta muito forte no Brasil. Inicia-se já no século XIX. Primeiro surgem, segundo Doimo (1995), os movimentos trabalhistas, que vão se expandindo, especialmente sob a influência de movimentos europeus. Depois vão surgindo outros movimentos reivindicativos que vão tomando conta de outros temas, como meio ambiente e exclusão social.

2.2 A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E SUA TRAJETÓRIA

A participação cidadã tem uma trajetória de luta pela própria ampliação do envolvimento do cidadão nos processos de decisão e debate político. Luta pela ampliação do sufrágio (o direito de voto) e pela conquista e pela regularização de direitos.

Com o tempo, a participação cidadã se estende para os partidos políticos e grupos de pressão para influenciar decisões do Estado, mas os partidos são, em geral, tomados pela burocratização. Seu prestígio diminui, os conflitos sociais se agravam e a conscientização de determinados grupos sociais cresce a cada dia. Isso faz com que a participação cidadã englobe também, além das questões trabalhistas, temas mais abrangentes, tais como o meio ambiente e a exclusão social (TEIXEIRA, 2002).

Desde o século XIX, têm-se notícias de movimentos reivindicativos e revolucionários exercendo pressão sobre o Estado para garantir certos direitos às camadas menos favorecidas da população. Entre os movimentos mais antigos, Pacheco (1984) destaca, no Brasil, a Conspiração dos Alfaiates (1798), a Insurreição Pernambucana (1817) e a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais (1841) no Recife. Esta última reivindica a nacionalização do trabalho e resulta depois na Revolução Praieira, provavelmente, segundo Pacheco (1984), a primeira revolução (ou uma das primeiras) que tem a efetiva participação popular, tendo sido reflexo das revoluções europeias de 1848.

Tais influências também colaboram para o surgimento de uma imprensa, com jornais e revistas, que dá abertura aos escritos revolucionários da Europa e propaga as revoluções que ocorrem dentro e fora do Brasil. Exemplos disso são a revista “O progresso”, os jornais “O Macabeo”, “A Voz Operária” e “O Artista”, que têm grande importância na ampliação em número e em participação política do operário. Outros jornais como esses continuam surgindo até o início do século XX.

A partir da república, as organizações operárias se intensificam, mas o mais forte instrumento existente para exercer pressão para obter ganho nas suas reivindicações foi a greve (PACHECO, 1984).

No campo da participação cidadã nos movimentos sociais urbanos, tem-se notícia de experiências significativas desde a década de 1930, como as ocorridas em São Paulo e no Rio de Janeiro, segundo Alice W. Villaschi (1985), que reivindicam melhorias urbanas à população. Essa mesma autora indica que esses tipos de movimentos se expandem com o processo de redemocratização do país pós-1945.

Inicialmente, entre 1945 a 1964, tem destaque a atuação da Sociedade dos Amigos de Bairro (SABs) que faz trocas eleitorais com os políticos – trocam-se voto e apoio eleitoral por melhorias urbanas. Em 1964, com a ditadura militar, as SABs são, em sua maioria, fechadas, e as que permanecem perdem seu papel reivindicatório, ligando-se a partidos políticos e exercendo um papel de mediação burocratizada (VILLASCHI, 1985).

É nesse contexto que a Igreja Católica entra em ação com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), desenvolvendo um trabalho relacionado aos problemas de bairro com a participação da comunidade.

No Brasil, até a década de 60, o movimento social, via de regra, é representado pelo movimento operário, organizado em sindicatos e partidos socialistas, chamado por Doimo (1995) de “velho movimento social”. Já no fim dos anos 60, nos países de capitalismo mais avançado, cresce a institucionalização dos movimentos. Na Europa estão surgindo cada vez mais movimentos espontâneos, e o socialismo começa a entrar em decadência. Os movimentos têm agora características pacifistas, ecológicas, nacionalistas, e não apenas econômicas. São os “novos movimentos sociais”, que têm o povo como “sujeito da sua própria história” (DOIMO, 1995, p. 129).

Segundo Teixeira (2002), a partir da década de 1970, a globalização e a descentralização de poder – a transferência de parte deste para a esfera local – colaboram para a multiplicação dos movimentos sociais, em especial o urbano.

Como mostra Villaschi (1985), também a situação de precariedade em que estavam vivendo as populações nas periferias com a grande exploração da força de trabalho colabora para o desenvolvimento de mais movimentos. Além disso, a autora cita a oportunidade que o poder público vê, do ponto de vista clientelista, de manter o regime vigente com maior aceitação popular, abrindo oportunidades de atuação, mesmo que ilusórias, de participação cidadã.

Nesse contexto, movimentos sociais se expandem por todo país, nas áreas rurais e urbanas. Em especial, ao longo de 15 anos (1975-1990) desenvolvem-se extensas redes sociais no Brasil com essa mesma ideia de povo como sujeito de sua própria história (DOIMO, 1989). Esses movimentos têm caráter diverso, fragmentado e localizado, próprio de ações-diretas⁷, com certo nível de regularidade, homogeneidade e continuidade.

7 “[...] a noção de ação-direta ora tem sido utilizada para acusar a irracionalidade das massas como contraponto dos formatos racionais de organização do ‘genuíno’

No entanto, o mais interessante é que a emergência dos movimentos sociais no Brasil começa exatamente no período mais duro da ditadura militar, no fim dos anos 1960. O contexto nada impede sua proliferação pelo país, muito pelo contrário. Muitos morrem ou são exilados em nome dessas ideias, porém os movimentos chegam ao ano de 1975 com alto índice de aceitação e participação por parte da população (DOIMO, 1995).

Pode-se citar uma série de movimentos que ocorrem no Brasil nesse período de 1975-1990, conforme destacam Teixeira (2002) e Doimo (1995), como referência. Alguns são o Movimento pelo custo de vida, as Diretas-já e o *impeachment* do então presidente Collor (com iniciativa do Movimento pela ética na política).

O Movimento do custo de vida surge em 1975 e engloba o movimento feminino, o dos estudantes, os partidos comunistas e outras organizações clandestinas de esquerda. O que mantém esse movimento é o trabalho social da Igreja Católica. Em 1978 chegam a entregar ao Presidente da República um abaixo-assinado com um milhão e trezentas mil assinaturas.

A censura à imprensa e a tortura de presos políticos dão origem ao movimento das Diretas-já. Em processo de redemocratização, surge o movimento reivindicando Assembléia Constituinte, que obtém aprovação de grande parte das 168 emendas populares propostas para a nova constituição.

Em 1992, acontece o *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello, sob forte pressão do Movimento pela ética na política. Esse mesmo movimento volta depois com a CPI do orçamento, fiscalizando e impedindo a apropriação privada dos recursos públicos pelas elites dominantes.

movimento social; ora tem sido acolhida para enaltecer uma desejada 'autonomia' da sociedade civil contra os excessos da regulamentação estatal; e ora tem sido evocada para circunscrever o caráter explosivo de conflitos oriundos de choques interétnicos ou de situação de extrema degradação social" (DOIMO, 1995, p. 52).

Além desses podem ser citados também o Movimento de Moradia, o Movimento de luta pelo desemprego, o Movimento de Saúde, o Movimento de Transporte Coletivo, dentre outros.

Uma vertente importante desse período pós-1970 é a experiência de educação nos movimentos sociais. Essa é uma posição muito frequente da Igreja Católica, com relação aos movimentos, preparando os integrantes para a auto-organização. Essa atitude provoca um senso mais crítico, autônomo e criativo (DOIMO, 1995).

No entanto, é partindo da academia científica que se desencadeia uma experiência educativa de forte interesse neste trabalho: a pesquisa-ação. Essas experiências envolvem a população e sua opinião nas decisões, levando em conta o dia-a-dia do cidadão e levando a ele diferentes níveis de conhecimento. Segundo Doimo (1995), tais experiências ocorrem principalmente na primeira metade da década de 1980, também podendo ser denominadas de pesquisas participantes ou observações participantes. No próximo capítulo, esse tema será detalhado, e se verá que esses termos não equivalem à mesma metodologia de pesquisa, mas possuem fundamentos semelhantes.

Esse clima de movimentações reivindicativas no Brasil vai acontecer de norte a sul do país, surtindo efeito em Vitória-ES. Esse caso será detalhado no quarto capítulo. Chegam notícias do Movimento pelo custo de vida e das greves do ABC paulista que movimentam sindicatos locais, como o dos médicos e o dos jornalistas, e associações, como as de professores e as de arquitetos (DOIMO, 1983). O apoio de algumas instituições é de fundamental importância na difusão dos movimentos sociais no país, inclusive em Vitória.

2.3 INSTITUIÇÕES DE APOIO E INFLUÊNCIA NO PERÍODO DE 1975-1990

Segundo Doimo (1995), os movimentos do período destacado, de 1975-1990, recebem o apoio de setores importantes, tais como a Igreja Católica (pela ação das CEBs), de partidos políticos de esquerda, de segmentos da academia científica e de grupamentos de esquerda, muitas vezes organizados em ONGs.

Singer (1980, apud DOIMO,1995) destaca a importante participação da Igreja como propulsora dos movimentos sociais no Brasil, além de sua atuação na fase da ditadura militar citada anteriormente, no período de 1975-1990.

Em Vitória, a presença da atuação da Igreja não é diferente. Ela assume a causa dos menos favorecidos social e economicamente (DOIMO, 1989). Em seus estudos sobre os movimentos sociais de Vitória, como o “movimento pela melhoria do transporte coletivo de Vila Velha”, por volta de 1979, “movimentos de oposição sindical dos trabalhadores da construção civil de Vitória”, processos de invasão de áreas de manguezais, todos da década de 1970, Doimo (1995) constata que é impossível separar a Igreja de tais processos. Na década seguinte, estudando o “Movimento de Luta Contra o Desemprego”, constata também que ele não teria existido se não fosse pela mediação da Igreja.

Na década de 1970, José Inácio Lula da Silva, Presidente da República (2003 a 2010), mostra-se disposto à formação do Partido dos Trabalhadores, o PT. Ele que, anteriormente, possuía discurso contrário à igreja, agora a tem como aliada, uma vez que a instituição passa por momentos de mobilização em torno das greves dos metalúrgicos do ABC paulista (DOIMO, 1995).

Vê-se, então, uma dicotomia entre a recusa pela institucionalidade dos movimentos apoiados pela Igreja e a vontade de atuar dentro a institucionalidade, com a construção do Partido dos Trabalhadores.

A filiação de integrantes das CEBs ao PT foi importante, segundo Ana Maria Doimo (1989), para contrabalancear a burocracia partidária com a ênfase na democracia de base, prática que se tornou uma tendência bastante influente no partido.

O PT é criado em 1979 e, no início da década de 1980, assume algumas prefeituras (TEIXEIRA, 2002). Segundo Souza (2006a), as duas primeiras prefeituras com gestão petista foram Diadema (SP) e Santa Quitéria (MA), ambas assumidas em 1982. Em 1985 são assumidas as prefeituras de duas cidades maiores: Fortaleza (CE) e Vila Velha (ES). É em 1989 que se tem a primeira vitória significativa do PT em eleições de prefeituras: são 36, incluindo cidades como Vitória (ES), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS).

O partido inicia suas gestões locais tentando criar canais de interlocução com a sociedade, pois tem o propósito de transformar as relações de poder estabelecidas na sociedade brasileira e tem como um de seus eixos centrais a participação cidadã. (SOUZA, 2006a)

Implanta-se o Orçamento Participativo, em cidades como Vila Velha (ES) e Lages (SC), com sucesso na inversão de prioridades em aplicação de recursos e na criação de uma cultura de responsabilização do cidadão pelo controle dos atos do Estado. Segundo Teixeira (2002, p. 165), para o PT “[...] a participação popular é um processo de formulação, decisão, execução e fiscalização de políticas públicas, [...]”.

Outros antigos partidos de esquerda passam a intensificar a sua atuação legal mais ou menos na mesma época em que o PT, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), que se mantiveram na ilegalidade até 1985 (DOIMO, 1989).

Outro ator de forte influência sobre os movimentos sociais no Brasil desse período, como já destacado, são as ONGs. O surgimento delas relaciona-se intensamente com o período do regime militar, quando diversos intelectuais são impedidos de desenvolver suas atividades nas universidades. Para dar continuidade aos seus estudos e ações, esses intelectuais fundam ONGs, sem ligação com o Estado. A formação dessas ONGs ocorre com maior intensidade nos anos 80 (DOIMO, 1995).

As ONGs – Organizações não-governamentais – são “[...] *redes sociais* que congregam pessoas pré-dispostas à participação continuada em movimentos

reivindicativos, como parte de um campo informado por valores comuns” (DOIMO, 1995, p. 152). Essas pessoas têm um mesmo objetivo, mas não particular e sim coletivo. Unem-se em busca da concretização de tal, sem visar ao lucro, e sim aquilo de que o conjunto necessita.

Segundo o site do SEBRAE⁸, as ONGs são organizações sem finalidade lucrativa, mas com uma finalidade maior, genericamente filantrópica, humanitária, de defesa de interesses que costumam ser de toda a população. Em grande parte são constituídas de trabalho voluntário e dependência financeira, na maioria das vezes de doações privadas e/ou estatais.

Doimo (1995) afirma que as ações das ONGs proporcionaram a possibilidade de criação de redes movimentalistas, nas quais se promove o intercâmbio de informações sobre os movimentos que estão ocorrendo pelo Brasil. Elas divulgam revistas, livros, boletins, jornais etc. e proporcionam a troca de experiências. Além disso, quando um movimento está passando por dificuldades, especialmente em se tratando de sua relação com o Estado, os outros componentes da rede são acionados para dar apoio.

As organizações citadas aqui, que são de influência ou servem de apoio para a expansão dos movimentos sociais pelo Brasil, especialmente no período de 1975-1990, são de fundamental importância para que a participação cidadã se estenda também para o planejamento urbano. Para se compreender a inserção da participação cidadã no processo de planejamento urbano, é importante esclarecer as diferenças entre planejamento e gestão, tendo como base alguns trabalhos, de 2004, de Marcelo Lopes de Souza em conjunto com Glauco Bruce Rodrigues, de 2006b.

⁸ Site oficial do SEBRAE: Disponível em:

<<http://www.sebraenet.com.br/culturadacooperacao/oscip/02.htm>>. Acesso em: 30 mai. 2010.

2.4 A INSERÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NO PLANEJAMENTO URBANO

Souza (2006b) explica que planejamento e gestão são complementares e não sinônimos ou antônimos, como são colocados algumas vezes. Planejamento refere-se ao futuro, envolve todo um coletivo e, por isso mesmo, certa imprevisibilidade. Nas palavras de Souza (2006b, p. 49) é: “[...] buscar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor se precaver contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fato de melhor tirar partido de prováveis benefícios”.

Gerir, ao contrário, refere-se ao presente, significa: “[...] administrar uma situação com os recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas” (SOUZA, 2006b, p. 150). A gestão seria, em complementação ao planejamento, a administração do que este resultou.

Durante principalmente as décadas de 1970 e 1980, vários partidos e correntes de técnicos veem o planejamento como uma intervenção estatal a serviço do capitalismo. Veem, então, a gestão como uma alternativa mais flexível, pois opera, para esses críticos, com base em acordos, em negociações. Porém, principalmente pelo espaço temporal que ocupam – planejamento remete ao futuro, e gestão ao presente – um não pode ser substituídos pelo outro.

A gestão pode atender também às intenções capitalistas, bem como o planejamento pode ser flexível e permitir a participação da sociedade e a negociação com o Estado. Ambas são práticas políticas que envolvem conflitos e interesses de grupos diferentes (SOUZA; RODRIGUES, 2004; SOUZA, 2006b).

É bem verdade que o planejamento urbano no Brasil apresenta-se, em diversas fases e situações, conservador, mas não é assim o tempo todo, como os autores citados destacam. A ditadura militar representa um desses períodos conservadores que, como regime autoritário, as decisões são tomadas por um grupo limitado de pessoas e imposto a toda sociedade. O objetivo do planejamento urbano da época é facilitar a ação do capital, permitindo-se assim

a intensificação da segregação espacial, com o desenvolvimento da especulação imobiliária e o crescimento das favelas (FERREIRA, 2007; MOREIRA, 2003).

Durante a ditadura, são criadas instituições voltadas ao planejamento urbano, como o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau), para dar suporte técnico à elaboração de planos diretores, e o Banco Nacional da Habitação (BNH), para facilitar o acesso à casa própria. Esses órgãos, cada qual com sua ideologia econômica e política, realizam, dentre outras coisas, ações para acalmar os ânimos da população (FERREIRA, 2007; MOREIRA, 2003). Nesse período se intensificam atos de remoção de favelas, como o caso de Brás de Pina (RJ), que será apresentado mais adiante.

Como sugerem os fatos elencados acima e no capítulo anterior, pode-se argumentar que, com a queda do regime militar e a redemocratização do país, surgem novas práticas de planejamento, entretanto o conservadorismo permanece, agora com outra roupagem. Mais especificamente a partir dos anos 1990, cresce um tipo de planejamento mais ligado ao mercado, aos interesses capitalistas. Isso colabora para a transformação do espaço público em mercadoria. Surgem espaços que se tornam vazios de significado e, conseqüentemente, não são apropriados pelas pessoas, tomando um aspecto cada vez mais de medo, de presença da criminalidade. Isso agrava a segregação espacial e cria espaços ilusórios de segurança e vida em comunidade como os condomínios fechados e os *shopping centers*, também tratados anteriormente.

Uma alternativa a essas formas de conservadorismo do planejamento urbano brasileiro baseia-se na perspectiva da reforma urbana, que representa: “[...] uma transformação da sociedade e do espaço, tendo por objetivos melhorar a qualidade de vida da população, elevar o nível de justiça social e democratizar as práticas de gestão e planejamento” (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 62).

Os objetivos da reforma urbana, segundo Souza e Rodrigues (2004), são basicamente frear a especulação imobiliária, reduzir a desigualdade socioeconômica e a segregação residencial e democratizar o planejamento e a

gestão do espaço urbano, fazendo com que uma de suas colaborações seja a participação da população em seus processos. Aliás, o direito de participar é uma das importantes reivindicações dos movimentos em torno da reforma urbana.

Ainda segundo os mesmos autores, desde o Governo Goulart, de 1961 a 1964, já se esboçam propostas de uma reforma urbana. Não representa um debate, nesse período, tão forte como a reforma agrária, que mobiliza as pessoas desde a década de 1950. A reforma urbana só vem a ser tratada com maior ênfase e de forma mais estruturada na década de 1980, englobando questões de moradia, transporte público, instrumentos para frear a especulação imobiliária, regularização de favelas, dentre outros.

Bem mais tarde, a reforma urbana ganha espaço pequeno, mas significativo, na nova Constituição com a transferência das responsabilidades para os planos diretores municipais, além disso, com o Estatuto da Cidade, sua regulamentação torna-se mais densa.

Para a implantação efetiva de uma reforma urbana têm-se obstáculos políticos, econômicos e sociais. Barreiras políticas são em especial referentes às ações de políticos que se apoiam no discurso da reforma urbana (que tem um objetivo de transformação mais amplo), mas na verdade agem de forma pontual, resolvendo questões específicas (como a pavimentação de uma rua, por exemplo) que possivelmente vão proporcionar a arrecadação de mais votos. A intenção desses dirigentes nem sempre é clientelista, todavia outras barreiras, como econômicas e burocráticas, podem dificultar ações bem intencionadas. Há obstáculos econômicos pela escassez de recursos, pois o Estado ainda não direciona a demanda de recursos necessária para as ações da reforma urbana como um todo, o que favorece a ocorrência de ações pontuais. Por fim, há as barreiras sociais, ligadas, por exemplo, à presença do tráfico de drogas, que colabora para a ampliação da segregação social, ação contrária à objetivada pela reforma urbana.

Um importante instrumento da reforma urbana, como enfatizado por Souza e Rodrigues (2004), que já representa uma vitória do movimento, é o orçamento

participativo. Nele a sociedade pode controlar a formulação e a execução do orçamento público, ou seja, controla e decide como é feita a distribuição dos recursos públicos da cidade. O orçamento participativo representa uma vitória inclusive pelo fato de ser um instrumento de decisão (deliberativo) e não apenas de consulta à população.

Segundo esses mesmos autores, é um verdadeiro exercício de cidadania, no qual a sociedade passa a conhecer melhor seus direitos e o funcionamento da política vigente. Apresenta também falhas e limitações como a burocracia, a falta de pessoal qualificado e de recursos econômicos, a forte influência de técnicos e funcionários do Estado, a falta de infraestrutura para a realização das reuniões e o uso do processo para arrecadação de votos.

É importante destacar que um grande erro de técnicos envolvidos na reforma urbana e também da população em geral é depositar muita expectativa em torno de planos, técnicas e leis. O enfoque nessa questão pode deixar de lado o que Souza e Rodrigues (2004) e Souza (2006b) acreditam ser o que faz a diferença entre uma lei que será efetivamente aplicada ou não, entre um plano que será engavetado ou não, que é a participação ativa da sociedade, por meio de ativismos e movimentos, ou qualquer outra forma de exercer pressão sobre o Estado.

Todos esses instrumentos – leis, planos e técnicas – só se tornarão legítimos se forem debatidos e monitorados pela sociedade. Para eles, a sociedade deve ser organizada e independente do Estado para criar ações e projetos, fiscalizar a ação do Estado e exercer pressão sobre ele, exigindo a efetivação de leis e projetos construídos em prol dos cidadãos e em conjunto com eles.

As questões tratadas aqui podem ser exemplificadas através de dois casos ocorridos em cidades brasileiras. O primeiro deles é a experiência de Brás de Pina, no Rio de Janeiro, um exemplo paradigmático de comunidade que se manteve em pleno quadro de política de remoção de favelas por governos conservadores e autoritários, por meio de sua urbanização. O segundo caso é a experiência de Lages, Santa Catarina, exemplo quanto ao debate sobre a

municipalização e descentralização das políticas públicas, conforme se verá a seguir.

2.5 EXPERIÊNCIAS PIONEIRAS E DE DESTAQUE NO CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO BRASIL

Algumas questões discutidas até aqui podem ser exemplificadas nas duas experiências estudadas neste item. Brás de Pina⁹ trata-se de um caso de favela do Rio de Janeiro que se encontrava nos planos de remoção de favelas do governo e envolve uma história de conquistas sociais, ainda que margeadas por ações clientelistas e comportamentos individualistas, influenciados pelo pensamento capitalista dos dias atuais. Brás de Pina, como examinado a seguir, revela-se como um caso exemplar na utilização de metodologias participativas para a elaboração de projetos urbanos.

A segunda experiência é a do município de Lages – SC¹⁰, que conta com a administração de um prefeito com formação em arquitetura, Dirceu Carneiro, que, ao implantar na cidade uma política de mobilização popular, alcança ganhos como a redução das desigualdades socioeconômicas, a democratização do planejamento e a gestão do espaço urbano, vencendo questões como o clientelismo político e a escassez de recursos econômicos.

2.5.1 Brás de Pina (RJ)

Em meados da década de 1960, Carlos Lacerda, então Governador do estado da Guanabara, decide extinguir cinco favelas levando a população para áreas

9 O relato exposto aqui é totalmente baseado na obra de Santos, 1981, *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*.

10 Dados coletados da obra de Alves (1980), *A força do povo: democracia participativa em Lajes*, e de Villaschi (1985), *Participação popular: marco teórico e análise de sua aplicação na gestão urbana*.

recém-construídas que ofereceriam ao morador casas seguras, mas muito distantes de onde trabalhavam. Brás de Pina, da Figura 02, é uma das escolhidas, pois se adéqua aos critérios gerais, que envolvem principalmente a desocupação de terrenos valiosos que, com sua recuperação e venda, trariam recursos para continuação do projeto de remoção de favelas. A citada favela localiza-se em um terreno plano próximo a uma área de desenvolvimento industrial e à Avenida Brasil, no Rio de Janeiro.



Figura 02: Localização da favela de Brás de Pina (RJ). Fonte: Santos, 1981.

Quando, então, as famílias estão para serem removidas, o padre e a associação de moradores do local se juntam, montam uma grande cena nas vésperas do Natal, o que colabora para comover e ganhar o apoio nacional

para a ação e consegue impedir a remoção, mantendo dois terços das famílias na favela.

A associação e o padre compreendem que, para manter as famílias no local, é preciso dar continuidade ao movimento. Assim, decidem executar, por conta própria, já que o Estado se recusa a apoiá-los após a resistência à remoção, um plano de urbanização, que objetiva melhorias, como aterros, remanejamento e rearranjo espacial dos barracos, implantação de redes de esgoto, água potável, energia elétrica, tratamento da rede viária e mudanças nas condições habitacionais.

O plano significa para eles um importante instrumento de reivindicação junto à administração pública, provando-se que a urbanização da favela é possível. Para elaboração do plano, contratam-se estudantes de arquitetura (entre os quais Santos, autor do livro utilizado como referência aqui, se incluía) com recursos da própria associação de moradores.

A população se envolve significativamente, sobretudo ajudando os técnicos nos levantamentos. Para a elaboração do plano de urbanização, foi necessário realizar um diagnóstico da situação da favela. Os técnicos transmitiram noções de levantamento de campo, e os moradores, nos fins de semana, registravam condições urbanas, habitacionais e dados diversos recolhidos pela favela. Tudo isso era desenhado e entregue aos profissionais para que analisassem no escritório. A partir dessas informações, foi possível montar um plano de urbanização com o qual se pretendia reivindicar infraestrutura ao Estado.

Ao se ter apresentado o plano pronto aos moradores, esbarrou-se em um entrave: a diferença de linguagens. Tratava-se de mapas e teorias importantes e de fácil apreensão para os técnicos, mas o que realmente interessava aos moradores era saber em que aquilo afetaria seu dia-a-dia. Os técnicos viam os moradores como seus clientes e não se sentiam parte daquele povo, nem faziam parte de seu cotidiano. Ultrapassar tais barreiras foi um desafio, mas também um significativo aprendizado para os profissionais.

Outro entrave foi os interesses das lideranças: padres, presidente da associação, vice-presidente, cada um apoia o trabalho dos técnicos de acordo com seu interesse pessoal, que é basicamente, nesse caso, a manutenção de sua posição de liderança.

Os entraves seguintes surgem com a entrada do Estado nas discussões. É criado um Grupo de Trabalho, no fim da década de 1960 (para assessorar o planejamento, a coordenação e a execução do programa de recuperação de algumas favelas, como a de Brás de Pina), que mais tarde vem a se tornar a Companhia de Desenvolvimento de Comunidades – CODESCO.

Tem-se agora a relação de três agentes: a associação, juntamente com o padre, representando os moradores da favela; o Estado e os técnicos, vistos agora, tanto pelo Estado, como pelos membros da associação, como mediadores das negociações.

Toda a lisura e o cuidado metodológico para a intervenção em Brás de Pina não foi suficiente para impedir deslizamentos no processo. É decidido que o plano em Brás de Pina seria aplicado e, nesse processo, a associação aproxima-se cada vez mais da CODESCO e, sem perceber, é usada por esta como elemento de negociação mais flexível entre eles e a população. Os moradores começaram a procurar diretamente a CODESCO para tratar de seus problemas pessoais.

A associação perde de vez seu espaço, uma vez que, cuidando de seus interesses individuais, os moradores não se encaixam mais na ideologia comunitária da associação de moradores.

A despeito das ações clientelistas identificadas no caso, a experiência obtém conquistas sociais importantes, como a permanência da população no local e a implantação do plano de urbanização da favela. É também um importante exemplo de caso da utilização da pesquisa-ação, método de pesquisa que será detalhado no capítulo que se segue, no qual se leva em conta o dia-a-dia dos moradores, incluindo-os no processo de pesquisa e de elaboração do plano, por meio da mediação de profissionais ou estudantes da área de arquitetura, como é o caso da elaboração do plano de Brás de Pina.

2.5.2 Lages (SC)

Na cidade de Lages, município do interior de Santa Catarina, a prefeitura é governada durante 42 anos por uma família de latifundiários da região, os Ramos. Isso muda em 1976 com a eleição pelo partido de oposição, MDB, do arquiteto Dirceu Carneiro. Sua administração é centrada na auto-organização popular, com a mobilização da população e a participação direta do povo como características principais. Dirceu Carneiro dá preferência por decisões e soluções mais simples e condizentes com as potencialidades do local. São criadas políticas participativas em todos os setores.

É implantada a política salarial com redução do leque salarial, em que a diferença entre o menor e o maior salário é de apenas um para seis. Enfoca-se a descentralização administrativa, com os intendentes – uma espécie de subprefeitos que administram os distritos, em número de sete – que são eleitos pela comunidade e confirmados pelo prefeito.

A descentralização não fica restrita aos intendentes. É incentivada a criação de associações de bairro que passam a assumir o encaminhamento de assuntos comunitários e ganham a autonomia e a capacidade de solucionar outros.

Os núcleos agrícolas, área de maior enfoque da administração municipal, também têm sua associação, denominada então “Núcleo Agrícola”, formada por pequenos agricultores. Estes são responsáveis pela compra de tratores e outros equipamentos necessários à produção agrícola para serem utilizados de forma coletiva. Para os filhos dos agricultores, são criados clubinhos agrícolas, nos quais os jovens aprendem a tratar a terra e o gado valendo-se mais da modernização.

A educação ganha importância ainda maior na gestão de Carneiro. A democracia proposta por ele representa um processo de ensinar e aprender, em que os membros da comunidade ensinam aos outros o que sabem de seus próprios ofícios. Mesmo na escola formal, o pensamento educacional mudou. As crianças aprendiam também coisas relacionadas ao seu dia-a-dia e não apenas aos livros. Os conselhos de pais de alunos são incentivados, e eles

ganham poder de participar das decisões e a tarefa de colaborar na solução de problemas.

No campo da habitação está o projeto mais interessante da referida administração: o “Mutirão”. Nele as pessoas constroem suas próprias casas, com o apoio da prefeitura. São aproveitados restos de construções e demolições, além de haver a utilização de ideias simples e baratas para produzir material – como transformar a argila do local em tijolo, utilizar a madeira da região e apropriar-se de uma técnica antiga de produzir argamassa de barro.

A saúde também não fica de fora dos projetos e das ações. O foco é a prevenção, em especial na conscientização da população para a vacinação, o combate de vermes e os hábitos de higiene. Os postos de saúde são construídos e controlados pelas associações de bairro. É treinado pessoal voluntário para o atendimento de emergências e o diagnóstico de doenças comuns e até os partos.

Apesar da administração de Dirceu Carneiro ter obtido resultados positivos, alguns acreditam, como Villaschi (1985), que ela não representa uma participação conquistada pela população. A prefeitura é o polo dinamizador das ações e possui características paternalistas. Mas para Alves (1980), a experiência de Lages mostra que os problemas de uma comunidade só podem ser resolvidos através da mobilização da própria comunidade e que, o que parece um sonho, pode ser aplicado, mesmo que em pequenas porções, mas com potencial de multiplicação.

Concordando com o último autor, pode-se afirmar que o prefeito consegue, então, pela mobilização popular, sob seu controle, passando responsabilidades a ela, numa prova de confiança, alcançar ganhos importantes com relação, especialmente, à redução das desigualdades socioeconômicas e ao desenvolvimento da participação cidadã no local. É importante destacar aqui a formação do então prefeito, arquitetura, o que reforça mais uma vez o potencial de mediador que esse profissional pode desempenhar na construção das

idades, especialmente com a inclusão da população no processo de planejamento e gestão.

A inserção dos cidadãos na construção das cidades é assunto cada vez mais discutido e vem se ampliando desde fins dos anos 1980. Isso se deve a algumas conquistas dadas a partir desse período e certas mudanças de pensamento dos movimentos e das instituições que sempre os apoiam.

As experiências relatadas aqui servem de exemplo e incentivo aos movimentos que se seguem, mostram que a mobilização popular é importante e obtém resultados. Colaboram para criação de novos canais de participação, novas alternativas de diálogo entre sociedade e Estado. A esquerda conquista postos no governo, ONGs são reconhecidas legalmente e o envolvimento da participação do cidadão nos processos de construção das cidades passa a ser garantido por lei. Essas questões que podem ser constatadas no item a seguir.

No caso de Brás de Pina, o plano de urbanização é desenvolvido, na primeira fase, por técnicos contratados pelos próprios moradores. Já no exemplo de Lages, a iniciativa parte do prefeito, mas a responsabilidade pelo cumprimento das ações é da população. Isso colabora para mudar um pouco o foco das reivindicações, que passam a ser mais propositivas, como se verá também no item que se segue.

2.6 MOVIMENTOS URBANOS NO BRASIL A PARTIR DE FINS DA DÉCADA DE 1980 E AS ALTERNATIVAS DE PARTICIPAÇÃO

Como mostra Doimo (1995), o contexto dos movimentos urbanos no Brasil começa a mudar a partir de 1990, especialmente, com relação à postura das organizações que os sustentam. Há uma diminuição na atuação da Igreja Católica, os intelectuais da academia abandonam seu otimismo com relação aos movimentos, os segmentos de esquerda passam a assumir compromissos com o sistema partidário e a gestão da coisa pública.

A esquerda conquista postos no interior do Estado e acaba por distanciar-se das redes movimentistas. Os que vêm das Comunidades Eclesiais de Base se distanciam das tarefas religiosas, para vencer a dicotomia que enfrentam entre “ser” Estado e “ser” movimento.

Isso causa, também segundo Doimo (1995), uma diminuição no volume de reivindicações dos movimentos com características de ação-direta, mas há um estímulo à conquista de novos dispositivos institucionais voltados à participação direta e semidireta e à garantia dos direitos de cidadania.

A partir de 23 de março de 1999, a Lei 9.790 define o termo OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. Uma OSCIP é uma ONG que obtém um certificado emitido pelo poder público federal. “São entidades privadas atuando em áreas típicas do setor público e o interesse social que despertam merece ser, eventualmente, financiado pelo Estado ou pela iniciativa privada”¹¹ (p. 01). O reconhecimento como OSCIP é opcional e depende dos objetivos sociais que a ONG mantém, que devem se enquadrar nos listados pela lei.

Todo o contexto de reivindicações populares do período de 1975-1990 é fundamental para a criação de novas alternativas de participação, instauradas mais recentemente no diálogo entre sociedade e Estado.

Segundo Doimo (1995), o período pré-constituente é de fundamental importância. As mobilizações já se iniciam ainda no período militar, na década de 1970, com movimentações por anistia e defesa jurídica de presos políticos e exilados, organizados por grupos como o Instituto dos Arquitetos do Brasil, IAB, e a Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, juntamente com as Comissões de Justiça e Paz e de Direitos Humanos. É claro que a Igreja não fica de fora, participando com denúncias sobre injustiças, como prisões arbitrárias.

¹¹ Site oficial do SEBRAE:

<<http://www.sebraenet.com.br/culturadacooperacao/oscip/02.htm>>. Acesso em: 30 mai. 2010.

Outro órgão que se envolve no período pré-constituente de maneira significativa é a ABI – Associação Brasileira de Imprensa. Em 1985, cria uma comissão para a organização de estratégias na luta pela convocação da Assembleia Constituinte e, quando esta é instalada, em 1987, vários membros da ABI a integram, podendo assim contribuir efetivamente na elaboração da nova Carta. Uma das primeiras providências da Diretoria da ABI é a de encaminhar ao seu presidente, Ulysses Guimarães, um anteprojeto sobre o Direito da Comunicação, para que fosse inserido na Carta (MARQUES, 2008).

Durante o processo constituinte, há intensa mobilização para garantir a incorporação no projeto de constituição de emendas populares. A Igreja manteve uma equipe em Brasília para acompanhar os trabalhos, e diversas ONGs montam uma secretaria de coordenação.

Desde 1985 são realizados comitês, plenárias, movimentos e, em 1987, consegue-se que se abra a possibilidade de apresentação de emendas de iniciativa popular. A constituição de 1988 apresenta então dispositivos de democracia direta (DOIMO, 1995).

Após isso, Doimo (1995) destaca outras conquistas como a Reforma Urbana, que prevê maior democracia na administração municipal e a criação de um fundo nacional para apoiar a construção habitacional; e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Após a aprovação da constituição de 1988, é implantado, anos mais tarde, em alguns municípios, o Orçamento Participativo que permite que o cidadão debata e decida as prioridades de investimentos dos recursos estatais, tendo como princípios:

Maior eficácia da máquina administrativa pela proximidade com o cidadão; transparência dos aparatos e das informações; debates entre interesses e projetos diferenciados; escolha de prioridades mediante participação direta e semidireta; co-responsabilidade entre Estado e sociedade na definição e na partilha das decisões de poder; e, enfim, cooperação na execução e na fiscalização da implementação de tais decisões (FONTANA, 1994 apud DOIMO, 1995, p. 217).

O Orçamento Participativo é institucionalizado por meio do Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257/01, que determina que o Plano Diretor Urbano deva garantir a ocorrência de debates e audiências públicas com a população e o acesso de todos aos documentos e informações produzidos. O Estatuto da Cidade é um projeto de lei proposto em 1990 que tramita durante uma década para ser efetivamente instituído apenas em 2001 (GONÇALVES, 2005).

A constituição de 1988 e o Estatuto da Cidade trazem a possibilidade da participação cidadã por meio de instrumentos como órgãos colegiados de política pública, debates, audiências, referendo popular, plebiscito, dentre outros (GONÇALVES, 2005).

Em 2003, é criado o Ministério das Cidades com a missão de:

Promover a inclusão social mediante a articulação, a implantação e implementação – em parceria com todas as esferas do poder público e com a sociedade – de programas e ações destinados a universalizar o acesso da população urbana à habitação digna, ao saneamento ambiental e à mobilidade que é dada pelo trânsito e transporte público. 12

Como se nota, há um destaque nos objetivos do Ministério das Cidades na realização da parceria entre os representantes do Estado e a população, para que os planos sejam elaborados de acordo com as necessidades do cidadão e para que, assim, seja controlada a aplicação das decisões tomadas.

É importante destacar aqui a atuação, desde sua fundação em 1987, do Instituto Pólis¹³, que está voltado para apoiar e difundir estudos e críticas, de produção acadêmica, acerca de conquistas populares e gestões públicas.

12 Site oficial do Ministério das Cidades - <http://www.cidades.gov.br/>, 2004. In: Gonçalves, 2005.

13 “Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais é uma Organização-Não-Governamental de atuação nacional, constituída como associação civil sem fins lucrativos, apartidária, pluralista e reconhecida como entidade de utilidade pública nos âmbitos municipal, estadual e federal” (Site oficial do Instituto Pólis: <http://www.polis.org.br>).

Também desenvolve palestras e cursos de formação de técnicos da administração pública.

A mudança nesse período é representativa no perfil dos movimentos sociais. Nas décadas de 70 e 80, as palavras-chave são “educação popular” e “direitos humanos”. Nos anos 90, passa-se a girar em torno de questões como ecologia, democratização, diversidade cultural, diversidade da sociedade civil e direitos de cidadania (DOIMO, 1995).

Nessa perspectiva, parte-se para ações mais propositivas em termos de políticas públicas, com planejada racionalidade, buscando adequada qualificação e especialização das intervenções, o que traria resultados apropriadamente qualificados e viáveis à sociedade.

De uma maneira geral, a palavra de ordem dos projetos e dos programas elaborados pelos movimentos sociais desenvolvidos a partir da década de 1990, segundo Gohn (2010), é ser propositivo e não apenas reivindicativo. Essa é uma característica importante nas metodologias de pesquisa participativas que serão estudadas no próximo capítulo: busca-se a ação.

No escopo dessa ação, esse estudo tem como objetivo que as proposições sejam calculadamente condizentes com a realidade daqueles que dela vão usufruir. Toda a trajetória realizada até aqui certamente constitui aprendizado para o aprofundamento do estudo de metodologias que buscam a educação e a capacitação dos cidadãos para a participação na construção de suas cidades e, como resultado, intervenções mais qualificadas e apropriadas para o uso por parte dessas pessoas.

No capítulo que se segue, será detalhado esse tipo de pesquisa na qual se busca a ação e que representa uma alternativa à denominada pesquisa tradicional, cuja responsabilidade é única e exclusivamente de especialistas. Serão também listados e analisados os procedimentos que dela podem fazer parte e os ganhos que se pode obter com cada um deles.

3 O ARQUITETO E AS TÉCNICAS PARTICIPATIVAS

Nos capítulos anteriores, foram delineados aspectos inerentes ao objeto de estudo deste trabalho: os espaços livres públicos e o método de construção coletiva dos mesmos, pelo uso da pesquisa participativa, o que se acredita aqui ser o ideal para uma construção democrática da cidade e condizente com a realidade daqueles que dela irão usufruir.

Este capítulo discute a pesquisa-ação, um tipo de metodologia de pesquisa participativa que surge como alternativa para as formas tradicionais de construção da cidade, que excluem os cidadãos do processo. São levantados diversos procedimentos que podem fazer parte desse tipo de pesquisa e que não apenas tratam da inclusão do cidadão nas discussões, mas se ocupam também da capacitação e da preparação dele para tal, pois, como aborda Carlos Nelson (SANTOS, 1988a), se o indivíduo não obtiver ferramentas para agir e não souber como elas funcionam, nem como transmitir aos outros o que desejam, seja para os técnicos ou para os agentes de governo, então, a participação pode se tornar instrumento de manipulação, beneficiando em especial aqueles que detêm maior poder aquisitivo.

Assim, é inerente ao processo participativo, no planejamento urbano, o envolvimento de diversos agentes, em especial a sociedade – usuário do espaço em questão, o Estado e os técnicos envolvidos no processo de planejamento e projeto. O que processos dessa natureza usualmente buscam, ou deveriam buscar, é alcançar um consenso entre esses agentes.

O consenso, a ideia de se encontrar uma solução que seja ideal para todos, envolve conciliar as opiniões desses diversos agentes, contudo a questão vai muito além. Em um mesmo grupo de cidadãos, inclusive de uma mesma classe de renda ou cultura, a divergência de opiniões pode ser grande.

A dificuldade em se chegar ao consenso está não apenas na diversidade dos indivíduos que compõem uma sociedade ou o entorno de determinada área a ser trabalhada, mas está também na relação entre os interesses do Estado e os desejos e as necessidades da sociedade. Isso sem falar no técnico

envolvido nas decisões, como os arquitetos, com suas ideias e conhecimentos. Habermas (1994, apud RIBEIRO, 2003) acredita na negociação entre Estado e sociedade, constituída por meio de diálogo para se alcançar o consenso: uma ideia que satisfaça a todas as partes, sendo necessário que todos saibam fazer concessões.

Conforme já indicado, Nuno Portas [198-?] defende que haja flexibilidade no planejamento, que deve pressupor aspectos indiscutíveis, da mesma forma que os que suscitam interpretações variadas. É neste último caso que a participação da sociedade deve ser efetiva. Nesse momento, a autonomia faz-se importante para a coerente tomada de decisões. Contudo, autonomia sem informação ou capacitação pode levar a decisões equivocadas ou mesmo expostas a manipulações. Isso não quer dizer ensinar, pois não deve haver hierarquia nesse processo, o que há é a troca de informações entre a comunidade e os técnicos envolvidos, cada qual com um papel. O que a sociedade necessita é de informação, para obter capacidade de julgamento, de discernimento na escolha da alternativa que melhor lhe atenda.

Conforme delineado no capítulo anterior, no processo de planejamento e urbanização da cidade, a comunidade acadêmica tem buscado, principalmente, a partir da década de 1980, no Brasil, formas de construí-la em conjunto com os cidadãos (DOIMO, 1995), levando-se em conta o dia-a-dia da população e trazendo a ela níveis de conhecimento que normalmente não fazem parte do seu cotidiano.

Muito disso deve-se às críticas realizadas acerca de alguns aspectos da primeira fase do Movimento Moderno. A contribuição do Movimento Moderno, segundo Raul Pereira (2006), para uma nova visão da relação entre o espaço e a sociedade é importante, porém sugere pouca abertura para o compartilhamento da sociedade civil na discussão da concepção, da construção ou da gestão do espaço público. Para esse autor, a primeira fase do Movimento Moderno reforça o papel do arquiteto – criador – que elabora individualmente seus projetos a partir, basicamente, de princípios e conceitos teóricos.

Com essas discussões, surgem pesquisas que, de forma diferente da tradicional, buscam formas de incluir a sociedade em discussões e decisões dos projetos voltados ao espaço que utilizam. O surgimento dessas pesquisas se dá também pela onda de crescimento dos movimentos sociais urbanos que se desenvolve nessa época, entre as décadas de 1975 e 1990, conforme abordado no Capítulo 02. Os movimentos desse período, que têm a ideia de povo como sujeito de sua própria história, chegam à academia científica em meio a experiências educativas, buscando a capacitação do povo para a participação e a integração entre os saberes popular e científico. São as denominadas pesquisa-ação e pesquisa participante.

3.1 ALTERNATIVAS À PESQUISA TRADICIONAL

Durante muito tempo prevalece, e ainda hoje é fortemente utilizado, um tipo de pesquisa que alguns denominam “convencional ou tradicional”, que segue um padrão de observação empírica focado na quantificação de resultados. Nessas metodologias, os usuários são considerados meros informantes (THIOLLENT, 2005). Elas servem para evitar a subjetividade.

A pesquisa tradicional é de responsabilidade de especialistas, considerados os únicos capazes de encontrar soluções para determinado problema, enquanto os afetados por tal questão não são chamados a conhecer nem discutir as possíveis soluções (BRANDÃO, 1984).

Com o passar do tempo, especialmente a partir da década de 1980 no Brasil, como dito, diversas pesquisas são desenvolvidas buscando maneiras de incluir a sociedade nas discussões e decisões, desenvolvendo-se trabalhos em conjunto, em que os implicados tenham algo a dizer e a fazer.

O mais completo desses estudos alternativos é a pesquisa-ação. Nele, o sujeito da pesquisa é o usuário do espaço. Sendo ele o principal interessado na ação pretendida, deve ser então o ator principal dessa busca (THIOLLENT, 2005). Essa serve na verdade para explicar a cultura e o sujeito que a vive,

seguindo a lógica, não do pesquisador, mas da própria cultura do local de que trata, por meio do que é expresso por tal sujeito (BRANDÃO, 1984).

Todavia, para isso, como afirma Carlos Rodrigues Brandão (1984, p. 08), “[...] só se conhece em profundidade alguma coisa da vida da sociedade ou da cultura, quando através de um envolvimento – em alguns casos, um comprometimento – pessoal entre o pesquisador e aquilo, ou aquele, que ele investiga”. É necessário que o pesquisador vá conviver com a comunidade pesquisada, em seu mundo e pense através de sua lógica. Na pesquisa tradicional, a sociedade não participa da pesquisa nem sequer do “ser pesquisado”, como completa Brandão (1984).

A pesquisa-ação é frequentemente confundida com as chamadas pesquisas participantes e a observação participante. Todas elas, segundo Michel Thiollent (2005), são alternativas à pesquisa tradicional e utilizam-se da participação da sociedade em seu processo. O que as diferencia da pesquisa-ação é que esta não tem como objetivo apenas identificar valores e comportamentos da sociedade ou estabelecer relações de comunicação com ela no intuito de ser mais bem aceito no meio estudado. A pesquisa e a observação participantes podem utilizar-se mais da participação do pesquisador do que do pesquisado, no sentido de que, muitas vezes, aquele apenas aproxima-se deste e o observa em seu contexto.

Para que um estudo possa ser denominado de pesquisa-ação, é necessário que objetive uma ação, a resolução de um problema. Não se trata apenas de um levantamento de dados, mas sim da busca por desempenhar um papel ativo na realidade da sociedade, como se explica a seguir:

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2005, p 16).

Na verdade, a pesquisa-ação é composta por um conjunto de instrumentos e procedimentos que objetivam a realização de determinada ação, e tais procedimentos podem ser característicos da pesquisa ou da observação participantes. O que faz do estudo uma pesquisa-ação propriamente dita é a utilização das técnicas em conjunto, formando um processo que visa à resolução de um problema específico, como a elaboração do projeto de um espaço livre público com alta possibilidade de aceitação por parte de seus usuários.

É importante salientar que, apesar de representar uma crítica à pesquisa tradicional, a pesquisa-ação não deve abandonar por completo o ideal científico, próprio da pesquisa tradicional, pois, segundo Thiollent (2005), com um controle metodológico do processo, é possível evitar a tendência à subjetividade que esses estudos agregam, conferindo-se maior grau de confiabilidade à ação. A melhor opção é manter um equilíbrio entre os procedimentos mais subjetivos, próprios da pesquisa-ação, e a utilização de métodos mais objetivos e quantitativos como, por exemplo, o questionário e a contextualização histórica.

No entanto, neste trabalho, será dado enfoque ao estudo daqueles procedimentos mais subjetivos, que envolvem a participação cidadã de forma mais ativa, denominados aqui de procedimentos participativos.

3.2 PROCEDIMENTOS PARTICIPATIVOS

A pesquisa-ação consiste em uma estratégia de pesquisa que agrega, como dito, diversos instrumentos e procedimentos. Não existe um modelo único para proceder com essa busca, e a escolha dos procedimentos que devem ser utilizados varia de acordo com a situação e com o que se pretende – a ação que se busca efetivar. Alguns dos procedimentos, que podem ser incluídos nesse processo de pesquisa-ação e têm potencial para abranger representantes da sociedade – por isso são denominados procedimentos participativos – são levantados, baseados principalmente em dois trabalhos: os

procedimentos entrevista, contextualização histórica e mapeamento de vestígios, são do trabalho de Low, Taplin e Scheld (2005), presentes no livro *Rethinking Urban Parks*¹⁴. Os procedimentos simulação por computador (*computer simulation*), simulação de jogos (*simulation games*), turismo guiado (*guide tours*), charrete (*design charrettes*) e pesquisa de preferência visual (*the visual preference survey*) são retirados de uma cartilha desenvolvida em Sacramento, CA, pelo “Center for Livable Communities” (MOORE; CORBETT; SPROWLS, 1995.). Além desses, são utilizados também os trabalhos de Del Rio e Oliveira (1999); Ferrara (1999); Gomes (1997); Lima e Pellegrino (2001); Pippi, Limberger e Lazarotto (2008); Reis e Lay (1994) e Souza (1997), que auxiliam no aprofundamento dos conceitos desses procedimentos e dos quais são retirados os conceitos: mapas mentais, fotografia e croqui.

Vale destacar que existem outros procedimentos e instrumentos que podem ser utilizados em pesquisas dessa natureza e podem ser adaptados ao contexto em estudo, tais como os questionários e outras técnicas quantitativas, o *marketing* e relações públicas para divulgar decisões e informar fases do processo, dentre outros. Porém, são incluídos aqui, dos pesquisados, apenas aqueles procedimentos considerados relevantes do ponto de vista da inclusão da sociedade no processo de construção dos espaços livres públicos da cidade e do ponto de vista da ampliação da percepção do usuário do espaço, bem como a compreensão dessa percepção por parte do arquiteto, objetivo principal a ser alcançado no processo que se propõe aqui.

De acordo com cada contexto social e urbano, o processo de pesquisa deve ser adaptado e os procedimentos que devem ser utilizados dependem desse contexto e dos objetivos que se pretendem alcançar. Por essa razão, antes de escolher os procedimentos, é necessária uma etapa que podemos denominar de diagnóstico, na qual os pesquisadores podem compreender o contexto que estão tratando, identificar as expectativas dos usuários e os problemas da

14 Foi utilizado trecho do livro traduzido pela prof^a do curso de Arquitetura e Urbanismo, Dra. Karla Caser, da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

situação. Somente após esse reconhecimento é possível identificar as melhores alternativas para compor o processo participativo.

Podem fazer parte desse diagnóstico: análise de literaturas e de veículos de imprensa, contextualização histórica e mapeamento de vestígios. Esses são também procedimentos, mas apenas de observação por parte do profissional responsável pela mediação do processo participativo e não apresentam, em sua execução, a integração entre o profissional, o arquiteto no caso destacado por este trabalho, e a população usuária nem a participação direta e ativa deste último.

Na análise de literaturas e de veículos de imprensa, é examinada a literatura referente ao local em estudo e o que tem circulado nos jornais e revistas locais. Isso pode ajudar a explicar determinadas atitudes dos moradores e demais usuários desse espaço para com o ambiente. Esses mecanismos possuem grande influência sobre o público leitor (DEL RIO, 1999), o que deve indicar a origem e a razão de determinadas percepções da população local.

A contextualização histórica é baseada no exame de documentos históricos e arquivos que permitem situar o local no seu contexto temporal, analisando acontecimentos e usuários do passado e identificando sua evolução. Assim, é possível compreender, inclusive, a relação histórica do local com a vizinhança.

Já o mapeamento de vestígios consiste em realizar um mapeamento do lixo coletado no local e outros vestígios que possam ser encontrados nas ruas e em outros espaços livres públicos, como praças e parques. Podem ser vestígios como garrafas de bebidas, injeções, roupas, erosão de plantas e outros vestígios de atividades. Esses levantamentos são, em geral, realizados no início da manhã.

3.3 CATEGORIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS

Os procedimentos levantados incluem-se em duas categorias: os utilizados para desvendar a realidade do usuário do espaço e os utilizados para discutir

as proposições para aquele espaço. Da primeira categoria fazem parte as entrevistas, os mapas mentais, a fotografia, o croqui, o turismo guiado e a pesquisa de preferência visual, utilizados para desvendar a realidade do usuário do espaço. Nessa categoria, os procedimentos, por promoverem a aproximação do técnico em questão com o cotidiano da população, auxiliam o arquiteto a compreender a realidade e o dia-a-dia do usuário, suas necessidades e expectativas. Além disso, esses procedimentos proporcionam ao próprio usuário um incentivo à reflexão sobre sua própria realidade, trazendo a ele questões desconhecidas ou para as quais nunca havia dado a devida atenção.

Da segunda categoria fazem parte a simulação por computador, a simulação de jogos e a charrete, utilizados para discutir as proposições para aquele espaço. Preferencialmente, esses procedimentos devem ocorrer após estudos que já utilizaram os da primeira categoria, com base nos quais propostas são elaboradas. Essa categoria colabora para a discussão, juntamente com a população usuária, da aplicação das propostas.

Para se realizarem entrevistas, uma lista de questões é elaborada, de acordo com o que se pretende absorver, e as entrevistas ocorrem nas ruas, em diferentes pontos do local em estudo e da sua vizinhança e em diferentes horários. Os entrevistados podem descrever percursos e lugares pelos quais costumam passar e citar sentimentos e sensações que lhes ocorrem quando se lembram de determinado local. O tipo de entrevista, a composição e a condução dela dependem do local onde ocorrerá e do objetivo que se pretende alcançar.

O produto de uma entrevista, então, vai além do simples registro das respostas às perguntas realizadas. Deve ser, necessariamente, uma forma de integração entre o entrevistado e o entrevistador, por meio da qual este pode observar e também registrar gestos e reações daquele. O ambiente ou o contexto em que a entrevista ocorre deve ser também avaliado, uma vez que pode influenciar em determinadas respostas.

Ao realizarem-se entrevistas, podem-se abranger todos os tipos de usuários do local, dependendo da situação: moradores, vizinhos, visitantes e trabalhadores do local. Deve haver divisão também por sexo e por idade, fatores que geram percepções diferenciadas, pois há assuntos específicos a cada categoria, como as dificuldades de acesso a locais públicos por parte dos idosos, as necessidades de lazer e cultura das crianças e a falta de locais próprios para as mães e/ou babás passearem com os bebês.

Quando algumas formas de entrevistar os usuários de determinado espaço são combinadas, o resultado sempre oferece dados diferenciados que, ao serem comparados e contrastados, terminam por contribuir para a validade e confiabilidade de todos os dados coletados, especialmente quando se tem uma amostra reduzida. Selecionar o grupo, ou os grupos, com os quais a entrevista deverá ser realizada é etapa importante, devendo ser atentamente direcionada ao que se pretende. Algumas maneiras de conduzir as entrevistas são: por entrevistas individuais, a *experts*, com grupos focais e com grupos improvisados.

A entrevista individual abrange os diferentes tipos de usuários, com os quais diversos interesses pessoais podem ser identificados. Entrevistando-se pessoas consideradas *experts* – que tenham um conhecimento específico e possam abordar o local de um ponto de vista particular – obtêm-se interesses e visões de uma população mais específica. Podem-se citar como exemplos diretores de associações, presidentes de movimentos sociais, encarregados de setores de planejamento, professores, diretores de escolas, padres, pastores e ministros de igrejas, dentre outros dirigentes.

Também é importante a realização de entrevistas com grupos focais – pessoas da comunidade com condições especiais ou mais vulneráveis, como criança em idade escolar, idosos e cadeirantes, sendo esses alguns dos grupos de pessoas que são de importância fundamental na configuração dos espaços públicos da cidade. Dessa forma, é possível, pelo estímulo ao debate, perceber os conflitos existentes dentro desses grupos, esclarecer melhor o

posicionamento dos diferentes participantes, além de esse tipo de entrevista ser um instrumento de obtenção de conhecimento a curto prazo.

Fazê-la com grupos improvisados é outra maneira interessante de realizar entrevistas. São grupos de pessoas reunidos de forma aleatória, ao saírem da igreja ou da escola, por exemplo. São, assim, abertas a qualquer membro da comunidade que queira participar da discussão. Com esse tipo de entrevista se pode verificar o consenso, ou o dissenso, existente na comunidade sobre determinado assunto ou problema.

Nos mapas mentais, concebidos e utilizados, por exemplo, por Kevin Lynch, é solicitado ao participante que faça desenhos de percursos de que ele se lembre, citando lugares por onde costuma passar, por exemplo (DEL RIO; OLIVEIRA, 1999). Não apenas a descrição de percursos pode ser solicitada, mas também a descrição de determinado ambiente. Lynch (1984) defende que existem atributos urbanos, captados por meio da percepção, que formam no usuário representações mentais que podem indicar elementos comuns presentes em imagens coletivas. Isso quer dizer que, em grupos de pessoas com as mesmas origens e características, pode haver uma imagem mental comum. Esses mapas auxiliam na indicação de marcos referenciais do ambiente em questão e de rotas principais adotadas pelos usuários, que podem estar ligadas aos principais marcos.

A fotografia pode ser utilizada não apenas como instrumento de registro, mas também, e principalmente neste caso, como instrumento de análise da percepção dos usuários de um espaço. Ferrara (1999) destaca um método de pesquisa em que se solicita aos moradores que fotografem lugares urbanos, sob um tema imposto. Observando-se o modo como fotografam e a seleção feita, é possível analisar de que maneira se relacionam com o meio ambiente e o que nele conseguem perceber e valorizar.

O mesmo procedimento realizado com as fotografias pode ser aplicado pedindo-se ao entrevistado que faça croquis do lugar, porém nessa técnica as

peças possuem maior liberdade de expressão, podendo indicar sensações que não podem ser identificadas nas fotos, como sons, cheiros, movimento, espacialidade, texturas, cores, fenômenos naturais, etc. A elaboração de croquis permite a representação de várias informações e a expressão crítica do observador, embora não seja possível representar a ambiência do lugar como um todo.

A intenção do turismo guiado é encaminhar um grupo de pessoas para uma incursão ao local, de modo a incrementar seus conceitos sobre a área, estimular discussões, fazer com que identifiquem condições existentes e potenciais de mudança. O grupo recebe um livro-guia (*guidebook*) com detalhes, informações sobre a área e algumas questões. No livro, as pessoas podem fazer observações, desenhos, responder às questões dadas e anotar suas impressões. Depois do passeio, as ideias e as impressões são discutidas em um *workshop*. Esse procedimento é válido tanto por iniciativa do técnico quanto da população. Isso pode garantir profundidade e legitimidade, quanto ao conhecimento e a vivência, a ambas as partes.

A importância desse proceder está na troca de informações que pode ser gerada entre os agentes envolvidos. Tanto o técnico quanto o cidadão, o usuário do local, têm a oportunidade de conhecer e compreender questões acerca do local, sob pontos de vista diferentes. Isso permite que as decisões sejam definidas a partir de um espectro mais abrangente de conhecimento da realidade, o que amplia capacidades de participação e julgamento e contribui para a eficiência das propostas.

O procedimento pesquisa de preferência visual consiste na projeção de imagens de ruas, lugares, construções, parques, praças etc. para que cada participante, que deve ser usuário da região em questão, dá uma nota de -10 a +10 para cada foto. Depois disso, ele pode ainda analisar cada imagem identificando os elementos que contribuem para os pontos positivos e para os negativos.

Esse método serve de base para o desenvolvimento de planejamentos e para a elaboração de projetos, especialmente os que envolvem a paisagem urbana. É um instrumento de fácil aplicação quando o usuário é criança ainda ou analfabeto.

Passando agora para a segunda categoria, em que se inserem os procedimentos utilizados para discutir as proposições para aquele espaço, tem-se primeiramente a simulação por computador. Esse procedimento utiliza modelos computadorizados e imagens fotográficas para fazer simulações de como o local da intervenção ficará com a proposta. Isso possibilita aos cidadãos um melhor entendimento do projeto e uma melhor avaliação dos impactos. Além disso, esse recurso permite a simulação de várias possibilidades de layout para uma mesma localidade.

Na simulação de jogos são montadas maquetes em escala de construções, parques, praças e o que mais componha a área em questão, ou possa vir a fazer parte dela. Os participantes são distribuídos em grupos e, em um mapa base, localizam onde gostariam que esses itens fossem instalados e como gostariam que fossem distribuídos. Ao final, quando apresentam suas propostas, os técnicos fazem vários questionamentos para que eles mesmos pensem e avaliem suas próprias propostas.

É um procedimento importante para fazer a comunidade compreender as dimensões e as implicações dos elementos que desejam implantar no local e as razões das propostas dos técnicos. Pode-se também discutir, juntamente com a população, as possibilidades de projeto e definir qual a mais conveniente.

A charrete é definida por Lima e Pellegrino (2001, p. 2) como: “[...] atividade de atelier intensiva e com prazo definido.” Trata-se de um período de trabalho que varia de um a sete dias de intenso esforço colaborativo que leva os cidadãos a desenvolverem juntos detalhado e finalizado plano para uma área específica da cidade. Os grupos de pessoas que podem ser envolvidas são ilimitados, podendo-se contar com construtores, proprietários particulares, planejadores, engenheiros civis, arquitetos, paisagistas, bem como o público em geral,

moradores, vizinhos e representantes da administração pública. As informações pertinentes também são ilimitadas, como o conhecimento de amplas estradas, códigos de zonas, especificidades ambientais, demográficas, estudos de *marketing*, análises políticas e informações geográficas.

Conforme as informações delineadas acima, pode-se afirmar que, assim como o turismo guiado, a charrete é importante para a troca de informações e capacitação dos envolvidos. Consiste em um rápido método para identificar elementos de consenso em período condensado de investigação, com possibilidades de promover concepções, mediante a utilização de desenhos sempre combinados às informações pertinentes e à experiência de envolvimento dos cidadãos e do governo local.

Pode-se obter como produto final desenhos com dimensões precisas, projetos de espaços públicos, tipos residenciais, projeto de drenagem, unidades mistas para financiamento, códigos detalhados, dentre outros. Nesse procedimento, a participação do cidadão se dá durante todo o período – de conhecimento e diagnóstico do local e da discussão efetiva de possibilidades e ideias para o objeto a receber a intervenção.

Os procedimentos citados fornecem subsídio para se alcançarem objetivos importantes inerentes ao processo participativo. Os principais desses objetivos estão ligados diretamente à percepção do espaço, tanto por parte do pesquisador, quanto do pesquisado. Por essa razão, é importante, antes de conhecer tais objetivos, entender como funciona o processo de percepção do espaço pelo homem.

3.4 PERCEBENDO O ESPAÇO

Para perceber o espaço que o circunda, o homem utiliza-se da integração de uma série de elementos. Por essa razão, a percepção configura-se num processo, numa atitude contínua de construção de relações, associações e significados.

Esses elementos que integram o processo de percepção do homem configuram-se principalmente em três tipos: os sensoriais, a memória e o raciocínio. Quanto aos elementos sensoriais incluímos os cinco sentidos¹⁵. A memória refere-se às experiências adquiridas pelo homem ao longo de sua vida, pois tudo que nos envolve hoje, o espaço, os eventos, remete-nos à memória de experiências passadas. O terceiro elemento, o raciocínio, é a atribuição de significado, de valor, é quando realizamos julgamentos daquilo que nossos sentidos captam e nossas experiências absorvem (DEL RIO, 1990 e 1999; FERRARA, 1999).

Os elementos da memória e do raciocínio não são absorvidos passivamente, dependem do uso da nossa inteligência, mas até mesmo os elementos sensoriais, os cinco sentidos, precisam ser ativamente usados, estimulados. Em síntese, Tuan (1980, p. 14) afirma que: “A percepção é uma atividade, um estender-se para o mundo”. É preciso se propor a isso. Para diferenciar as texturas das superfícies nem sempre basta apenas encostar a ponta do dedo nela, às vezes é necessário deslizar o dedo sobre. Para ver determinado objeto ou paisagem é necessário, por exemplo, virar o rosto em direção a tal e às vezes observar seus detalhes por certo período de tempo.

Ferrara (1990) destaca uma importante capacidade que o homem possui dentro desse contexto, que é a capacidade de produzir ideias e, por meio delas, ele pode produzir outra e assim sucessivamente. Essa capacidade faz com que os elementos da percepção – os sentidos, a memória e o próprio raciocínio – possam ser integrados de maneira associada. São feitas diversas associações, ligando-se informações de diferentes espaços e deslocadas no tempo.

Se estiver muito preso apenas a padrões e códigos pré-estabelecidos e não desenvolver seu raciocínio, sua criatividade e uma consciência crítica, não é possível que o indivíduo desenvolva associações variadas. Assim, corre-se o

¹⁵ Olfato, paladar, audição, tato e visão

risco de não perceber as diversas possibilidades que o espaço lhe proporciona, ou ainda de estar limitado às informações transmitidas por terceiros.

Muitos trabalhos que utilizam a percepção buscam identificar uma imagem, coletiva dos usuários, relativa a determinado espaço que colabore para direcionar uma intervenção, como os trabalhos de Kevin Lynch (1980), que acredita que, apesar de cada pessoa construir uma imagem própria da cidade, existe uma imagem pública. A ligação com esses códigos e padrões é um dos fatores que permite que haja percepções semelhantes entre os usuários. Para Tuan (1980), o fato de fazerem parte de uma mesma espécie e possuírem órgãos semelhantes faz com que os seres humanos compartilhem de percepções comuns sobre um mesmo espaço, mas o autor ainda destaca que, apesar disso, as diferenças bioquímicas, fisiológicas e de temperamento variam muito de um indivíduo para o outro, causando percepções e perspectivas de vida muito diferentes. Interessa aqui destacar, no entanto, as diferenças culturais, indicadas pelo autor, que acrescenta que independente de características biológicas semelhantes, os indivíduos são significativamente influenciados pela cultura e pela crença sob as quais foram criados. Esse último aspecto da abordagem de Tuan aproxima-se daquele de Lynch ao defender a existência de percepções semelhantes e imagens públicas.

Outra questão que colabora para a criação de uma imagem coletiva dos usuários de um espaço é um grupo de pessoas viverem sob um mesmo modo de vida e produção e em um mesmo tempo. Porém, em uma sociedade tão complexa como a atual, é possível encontrar modos de produção e consumo muito variados e pessoas com objetivos diferentes em uma vizinhança bem próxima e, como afirma Del Rio (1990, p. 92), “[...] só percebemos aquilo que nossos objetivos mentais nos preparam para perceber”. Por essa razão, em uma sociedade composta por uma variedade de objetivos diferentes, certamente existe também uma variedade de percepções diferentes.

O ambiente que o envolve tem influência significativa sobre a percepção do usuário de um espaço. As características desse espaço podem determinar a maneira como ele será utilizado e podem também influenciar na conduta das

peças (DEL RIO, 1990 e 1999; LYNCH, 1980). Quando as pessoas se deparam, por exemplo, com um lugar degradado, sujo, escuro, têm imediatamente a sensação de medo e apreensão ao passar por ele. O descaso com espaços públicos, por parte do Estado, a falta de manutenção, causa certa revolta nos cidadãos, o que pode provocar reações violentas como o vandalismo ou simplesmente a falta de cuidado com o local, como a conduta de jogar lixo fora das lixeiras, por exemplo.

Estudos que tratam dessa relação entre percepção e meio ambiente denominam-se estudos de “Comportamento Ambiental” (DEL RIO, 1999) e consideram que, seja por reflexo de memórias passadas ou por reflexo da situação que a pessoa se encontra, o ambiente sempre vai causar alguma influência na conduta e na ação do ser humano.

Corrobora essa teoria, da influência do ambiente nas atitudes do ser humano, Gehl (1986) ao afirmar, conforme já exposto no primeiro capítulo, que a qualidade do espaço vai determinar a permanência das pessoas no local, a utilização daquele espaço por elas e a realização de outras atividades, além daquelas necessárias a vida do homem como ir à escola, ao trabalho ou à padaria, estendendo-se para ações como praticar esportes, brincar, bater papo ou ler um livro.

É importante citar ainda os estudos de “Percepção Ambiental”, situados no campo da psicologia, mas desenvolvidos também em áreas como a arquitetura, o urbanismo e a geografia, aplicando-se a psicologia ao estudo da percepção do espaço e do comportamento humano em relação a ele (DEL RIO, 1999).

O comportamento é a informação passada pelo espaço e é revelado pelos usos e hábitos das pessoas que nele habitam ou circulam. Os usos e os hábitos constroem a imagem do lugar, e a rotina cotidiana pode impedir que sejam identificados. Esse é o objetivo da Percepção Ambiental: interpretar os usos e os hábitos para, assim, obter a imagem do lugar, por parte de seus usuários. Essa informação do espaço (o comportamento) é decorrente de diversas variáveis, que determinam um modo de vida: o sistema de trabalho, o sistema de comunicação, o modo de produção, as formas de transporte, os

serviços e os equipamentos disponíveis. Essas variáveis determinam o contexto do lugar, por isso, antes de tudo, é necessária uma contextualização, a identificação das variáveis e do modo como se articulam (FERRARA, 1999).

O mais importante quando se busca essa contextualização é se deslocar concretamente para o local no intuito de se observar o que acontece, o que é vivido. Assim, podem-se confirmar ou corrigir conclusões alcançadas no campo teórico e da intuição. Além disso, para se entender determinadas influências provocadas pelo ambiente nas pessoas, nada melhor que, quando possível, colocar-se no lugar delas ou ao lado delas.

Outra linha de estudo aborda o elo afetivo e emocional das pessoas com o ambiente, o que Tuan (1980) denominada “Topofilia”, preocupado com a formação e a natureza das atitudes e dos valores. Para ele, a formação de atitudes e valores é uma resposta a uma sucessão de experiências e à cultura na qual a pessoa está inserida.

Tendo indicado aspectos do funcionamento e dos elementos que englobam o processo de percepção do espaço pelo homem, é possível identificar para quais objetivos o uso dos procedimentos estudados fornecem subsídio, do ponto de vista perceptivo.

3.5 OBJETIVOS POSSÍVEIS

Na perspectiva do potencial que os procedimentos aqui examinados detêm, pode-se avaliar que dados são possíveis de serem apreendidos e que contribuições têm a oferecer no diálogo entre os agentes envolvidos no processo de planejamento. Esses procedimentos possibilitam avaliações em que se observam contribuições a partir de ambas as opiniões e os conhecimentos da realidade, seja do pesquisado, o usuário, seja do pesquisador, o arquiteto, nesse caso.

Do ponto de vista do pesquisado, os procedimentos fornecem subsídios para dois objetivos: a ampliação da sua capacidade perceptiva e sua preparação

para a participação. Já do ponto de vista do pesquisador, são fornecidos subsídios para alcançar outros dois objetivos: ampliar sua compreensão quanto à percepção do usuário e estimular a percepção do próprio arquiteto.

O primeiro objetivo, do ponto de vista do pesquisado, que é a ampliação da sua capacidade perceptiva, é possível de ser alcançado pelo estímulo aos elementos que integram o processo da percepção – os sentidos, a memória e o raciocínio.

Os sentidos das pessoas podem ser estimulados com o turismo guiado, a fotografia, o croqui e a pesquisa de preferência visual. Esses procedimentos normalmente incluem a solicitação aos participantes de se expressarem por desenho, por anotações ou por foto, porém o estímulo aos sentidos está especialmente ligado ao fato de inseri-los no local determinado. Assim, o participante passa a apreender o local por meio do olfato, da audição, da visão e até mesmo pelo tato e pelas sensações que esses sentidos lhes causam. A pesquisa de preferência visual é o único deles que não requer o deslocamento para o local, mas apenas a observação de imagens fotográficas. Os sentidos também são expressos por meio das reações transmitidas ao se observar cada imagem apresentada. Nesse caso, a metodologia de análise deve considerar que a seleção das fotografias e elementos nelas contidos pode reproduzir uma subjetividade do fotógrafo.

A memória pode ser estimulada por entrevistas, mapas mentais, turismo guiado e pesquisa de preferência visual. A descrição solicitada pelos dois primeiros e a vivência permitida pelo terceiro resultam, quase sempre, em estímulos aos sentidos que podem se relacionar com experiências passadas. O mesmo é possível com o último, a pesquisa de preferência visual, ao fazer com que a pessoa visualize a imagem de um ambiente em que muitas vezes só esteve presente no seu passado ou que faça ligação com determinado evento também do seu passado.

O raciocínio é o elemento mais amplamente estimulado, podendo-se fazê-lo em um número maior de procedimentos. Pode ser estimulado por entrevistas, turismo guiado, charrete, croqui, fotografias, simulação de jogos, simulação por

computador, mapas mentais e pesquisa de preferência visual. Isso porque essas técnicas permitem trazer questões possivelmente nunca antes observadas pelos usuários do local, ao mesmo tempo em que estimulam o raciocínio crítico, por solicitarem opinião acerca do espaço ou ambiente em questão.

Ainda do ponto de vista do usuário, o segundo objetivo consiste da preparação para a participação, podendo ser resultante dos procedimentos: entrevistas, turismo guiado, simulação por computador, simulação de jogos e charrete; que podem proporcionar preciosas trocas de informações e pensamentos entre participantes do processo. Como incluem especialistas de diversas áreas de atuação, juntamente com a população local, trabalhando como cúmplices, permitem o debate acerca de questões que envolvem o ambiente.

A partir do momento em que o cidadão obtém mais informações, passa a não mais se limitar a padrões e códigos preestabelecidos. O estímulo a seu raciocínio, sua criatividade e sua consciência crítica tornam-no mais bem preparado para participar dos processos de discussão e decisão. Trata-se aqui do estímulo à percepção do ser humano, intimamente ligado a seu raciocínio, e da capacidade do homem, tratada anteriormente, de produzir ideias e, a partir delas, outras. Quanto mais informações a pessoa possui, maior sua capacidade de produzir idéias e fazer associações.

No que se refere a objetivos do ponto de vista do pesquisador, ampliação de sua compreensão quanto à percepção do usuário e estímulo à percepção do próprio arquiteto, afirma-se que, com o primeiro, ele possa adquirir imagem mais próxima daquela dos usuários do lugar, desvendando necessidades e vontades dos usuários do local, bem como maneiras como se relacionam com o ambiente e o que dele conseguem perceber e valorizar. Isso é possível com as entrevistas, os mapas mentais, a fotografia, o croqui, a pesquisa de preferência visual, o turismo guiado, a simulação por computador, a simulação de jogos e a charrete.

Utilizando-se das entrevistas, dos mapas mentais, da fotografia, do croqui e da pesquisa de preferência visual, o objetivo citado é alcançado analisando-se os

resultados de tais procedimentos. Observa-se quais elementos aparecem com maior frequência, quais provocam expressões, seja por imagens ou gestos, positivas e negativas, quais são os marcos, as referências e os elementos que mais são valorizadas e percebidas. Já no turismo guiado, na simulação por computador, na simulação de jogos e na charrete essas questões são identificadas através da troca realizada durante os debates do processo.

O segundo objetivo, o estímulo à percepção do próprio pesquisador, é resultante do primeiro objetivo, a ampliação de sua compreensão com relação à percepção do usuário, adicionado à vivência que o arquiteto adquire com o lugar. Com o turismo guiado, especialmente se o usuário for o guia, e a charrete, são estimulados os sentidos do técnico no contato com o ambiente em questão, dando possibilidades de ele perceber sensações e paisagens que muitas vezes lhes passam despercebidas.

Além dos quatro objetivos para os quais as técnicas aqui levantadas fornecem subsídio – ampliar a percepção do usuário, capacitar o usuário, ampliar a compreensão do arquiteto quanto à percepção do usuário e ampliar a percepção do arquiteto, esses procedimentos podem ser participativos, com a inclusão do cidadão, ou apenas de observação por parte do arquiteto. Podem ser ainda integrativos, com a troca de informações entre diversas áreas de conhecimento e a população. No Quadro 1, elaboramos os dados para melhor visualizar os papéis de cada um desses procedimentos.

No Quadro 1, observamos que sempre que há a integração entre os agentes, arquiteto e usuário, principalmente, pode haver maior capacitação do usuário. Isso é proporcionado pela carga de informação que essas pessoas podem adquirir no contato com especialistas que possuem conhecimentos diferenciados.

Sempre que há a participação do usuário no procedimento, pode haver a ampliação da percepção com relação ao espaço estudado. Mas quando a técnica é apenas de observação, como é o caso das aplicadas na fase do diagnóstico, é provável que só haja benefícios do ponto de vista do arquiteto.

Alguns procedimentos metodológicos admitem como adequada uma sobreposição das etapas apresentadas no quadro a seguir utilizando-se das técnicas análise de literatura e veículos de imprensa, contextualização histórica e mapeamento de vestígios se sobrepondo a outros procedimentos, de forma mais interativa. A possibilidade de sobreposição aqui indicada não denota debilidade da metodologia empregada, que restringe o uso dessas três etapas apenas como diagnóstico preliminar, constituindo, assim, etapa de preparação para o diálogo.

		Objetivos alcançados pelas técnicas				Outras características		
Técnicas levantadas		Estímulo à percepção do usuário	Capacitar o usuário	Compreensão do arquiteto	Estímulo à percepção do arquiteto	Participação	Observação	Integração
Diagnóstico	Análise literatura e veículos de imprensa							
	Contextualização histórica							
	Mapeamento de vestígios							
Desvendar a realidade do usuário do espaço	Entrevistas							
	Mapas mentais							
	Fotografia							
	Croquis							
	Pesquisa de preferência visual							
	Turismo guiado (morador como participante)							
	Turismo guiado (morador como guia)							
Discutir	Charrete							

	Simulação por computador							
	Simulação de jogos							

QUADRO 1 - PROCEDIMENTOS PARTICIPATIVOS E SUA ATUAÇÃO

Isso confirma a importância e o potencial da aplicação desses procedimentos pelo arquiteto, especialmente no que diz respeito à ampliação da percepção e da informação do usuário do espaço estudado.

Vale destacar que a utilização dos procedimentos técnicos acima examinados deve considerar conjunturas históricas e aspectos inerentes à cultura do lugar. Adiciona-se a isso o fato de que esses não são absolutamente “neutros” e, como tal, dependem da forma como são utilizados. Seu sucesso ou insucesso está intimamente associado à adequada escolha deste ou daquele procedimento e da forma como é concebido e conduzido.

Por essas razões, identifica-se a necessidade de observar a utilização de ao menos alguns dos procedimentos estudados neste capítulo ou de procedimentos semelhantes a esses, em um caso real, considerando assim não apenas a metodologia de aplicação do procedimento, como também o contexto no qual está inserido. É o que será abordado no Capítulo 04, tendo como referência a cidade de Vitória, capital do Espírito Santo, e sua experiência com o denominado Projeto Terra, promovido pela Prefeitura Municipal de Vitória, mais especificamente a região do Projeto que envolve a Poligonal 02, que compreende os bairros Cruzamento, Romão e Forte de São João.

4 PROCEDIMENTOS PARTICIPATIVOS EM VITÓRIA (ES)

Após o detalhamento realizado no capítulo anterior acerca dos procedimentos que podem ser utilizados na construção dos espaços livres públicos, objeto delineado no Capítulo 01, para que sejam projetados em conjunto com os cidadãos de forma mais condizente com a realidade deles, os usuários do lugar (o que ocasionaria maior potencial de apropriação desses locais), pretende-se neste capítulo analisar uma experiência ocorrida na cidade de Vitória, capital do Espírito Santo, que utiliza procedimentos similares aos estudados no Capítulo 03.

Serão analisados os procedimentos utilizados no Projeto Terra da Prefeitura Municipal de Vitória, a fim de visualizar a aplicação de métodos dessa natureza – com o envolvimento da população. Antes disso, é necessária a contextualização acerca das políticas públicas e dos movimentos sociais urbanos que antecedem tal projeto, como se segue.

4.1 A CIDADE DE VITÓRIA E SEU CONTEXTO URBANO E SÓCIO-ECONÔMICO A PARTIR DOS ANOS 1960

A cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, faz parte de uma Região Metropolitana denominada Grande Vitória, na qual são incluídos, além da capital, os municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana e Vila Velha. A Grande Vitória está localizada no centro-sul do Estado e possui 46,44% de sua população, sendo que mais de 98% dessa população vive na zona urbana, segundo dados do censo de 2000 (IBGE, 2000). No ano de 2006, a região representa a principal zona industrial do Espírito Santo, com 32 das 52 maiores empresas instaladas no estado (SILVA; NASCIMENTO, 2006.)

Vitória tem destaque diante dos demais municípios que compõem a Região Metropolitana por ser a capital e por ser o centro fornecedor de serviços mais importante economicamente, politicamente e culturalmente, agregando em seu

território bancos, firmas de importação e exportação, agências de governo e universidades, por exemplo, (COELHO, 2005; DOIMO, 1989; SILVA; NASCIMENTO, 2006).

A economia capixaba, até a década de 1960, está baseada na agricultura, especialmente na produção de café. Ainda no início dos anos 1960, é instalada a política do Governo Federal de erradicação do café, desencadeada pela crise nos preços do produto, pelo aumento da produção em escala mundial, pela baixa qualidade e pelo esgotamento do solo para o cultivo tradicional. Tal política provoca a redução da renda interna, o desemprego de 60 mil trabalhadores, a desestruturação da economia agrícola e a consequente movimentação da população do campo para a cidade (COELHO, 2005).

Esse êxodo rural ocorre em especial em direção à Grande Vitória e se amplia também pela implantação e pelo estímulo de grandes projetos industriais: o impulso às atividades da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a implantação da Companhia Siderúrgica Tubarão (CST) e o Centro Industrial de Vitória (CIVIT), hoje, respectivamente, Vale, Arcelor Mittal e CIVITs I e II, que atraem pessoas não só do interior do Estado como do sul da Bahia e do noroeste de Minas Gerais, por exemplo (CARLOS, 2007).

Segundo Coelho (2005), o setor agrícola corresponde a 48,82% da renda do Espírito Santo, seguido pelo setor de serviços com 45,27% e indústria com 5,91%. Em 1980, a participação por setor na renda gerada corresponde a: agricultura com 16,11%, serviços com 43,08% e indústria com 34,81%. Além disso, a população do Estado, segundo Siqueira (2001, apud COELHO, 2005), é então de 71,6% na área rural e 28,4% na área urbana, passando, no ano de 1980, para 64,2% na área urbana e 35,8% na área rural.

A desestruturação agrária, associada à industrialização concentrada na região da Grande Vitória, acentua os desequilíbrios regionais do Espírito Santo, caracterizando o esvaziamento do interior. As notícias da oferta de trabalho na cidade de Vitória e na Região Metropolitana como um todo, com a implantação de projetos industriais e ampliação do setor de serviços, funcionam como chamariz da esperança para aqueles que buscam melhores condições de vida

e emprego. Na fase da implantação dos grandes projetos industriais, parte da mão-de-obra é ocupada pela indústria da construção civil. Passada essa fase, a exigência das indústrias é por profissionais mais qualificados, sendo dispensados os trabalhadores não aptos para as demandas ora exigidas, aumentando o número de desempregados na Grande Vitória (COELHO, 2005).

A incapacidade de os setores urbanos dinâmicos absorverem todo o contingente de pessoas que saem do interior cria na região da capital centros concentradores das camadas menos favorecidas, caracterizando um sério processo de empobrecimento social, sem alternativa em curto prazo.

Dessa forma, muitas pessoas ficam às margens das transformações da vida urbana e, sem perspectiva de estabilidade no retorno ao campo, permanecem na Capital vivendo em precárias condições de sobrevivência. Essa situação é intensificada pela ausência de planejamento social e urbano que fizesse frente às demandas do empobrecimento e do crescimento populacional acelerado. Uma realidade de desigualdade social se estabelece, resultando em elevado índice de desemprego e movimentos sociais, em particular, na década de 1970, pela melhoria na qualidade de vida, (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 1996; COELHO, 2005).

A prioridade do governo é, sem dúvida, investir na produção de capital e isso ocorre em detrimento dos investimentos em equipamentos coletivos, tais como transporte, habitação, saneamento básico, educação etc.

É nessa fase delineada acima que se intensifica o processo de invasão de terras pelos habitantes da cidade em busca de moradia. As características físicas do território de Vitória, com montanhas íngremes, mangue e boa parte de sua área plana no continente ocupada pelo aeroporto, pela universidade e pelo complexo CST/CVRD, deixam poucas áreas disponíveis para ocupação regular. A escassez de terras eleva os preços. Resta para as camadas de baixa renda as regiões de manguezais e as encostas dos morros. Agravando ainda mais a situação dessa população, esse tipo de ocupação dificulta a implantação de acessos adequados e de infraestrutura básica pela inadequação das áreas e, conseqüentemente, encarecimento dos serviços

públicos (SILVA; NASCIMENTO, 2006). Essa situação favorece o desencadeamento de um processo de reivindicações por parte da população envolvida em busca de condições mais dignas de sobrevivência, como se verá a seguir.

4.2 MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS EM VITÓRIA

Devido à situação de pobreza (relatada no item anterior, com parte da população vivendo em condições subumanas) somada ao clima de abertura política nacional e ao apoio de certas instituições como a Igreja, partidos de esquerda, sindicatos e associações de professores, arquitetos, assistentes sociais e economistas, os movimentos sociais se intensificam na Grande Vitória em fins da década de 1970 (DOIMO, 1983).

Ana Maria Doimo (1989) destaca a atuação da Igreja, pela ação das Comunidades Eclesiais de Base, que, segundo ela, assumem a causa dos pobres, especialmente dos favelados, lutando pelo estabelecimento de procedimentos democráticos de decisão e de autonomia política. Com a fundação, em 1979, do Partido dos Trabalhadores (PT), membros da Igreja juntam-se a ele, com o intuito de contrabalançar a burocracia partidária.

Na década de 1970, segundo Doimo (1983), têm-se notícias de movimentos tais como greves de professores do Estado e universitários, Movimento pelo Transporte Coletivo (uma greve de motoristas e cobradores de ônibus em 1979), greve da construção civil, no mesmo ano, depois de mais de 40 anos sem reivindicações dessa categoria (a última greve da construção civil ocorre em 1934). Ocorrem, além disso, cerca de 20 invasões devido à falta de acesso à habitação, que tem como consequência outros tipos de movimentos como o Movimento Pró-saneamento e um movimento em torno de um seminário sobre o PROMORAR (Programa Nacional de Erradicação da Sub-habitação), que, para a instalação de infraestrutura nas regiões originadas por invasões,

propõem alterações na configuração espacial que desagradam a população (FREITAS, 1995).

Na década seguinte, 1980, é criada, segundo Euzinéia Carlos (2007), a maioria das associações de moradores existentes na Capital, mais de 80% delas, e com elas, grande número de movimentos sociais reivindicativos gerados, segundo Silva e Nascimento (2006), pela carência de atendimento às demandas sociais.

Visando aproximar a ação governamental desses movimentos e incentivar sua criação, além de fortalecê-los, é criada a Secretaria Municipal de Ação Social (SEMAS) e o Conselho Popular de Vitória (CPV) em 1983 e 1984, respectivamente. A intenção é romper com práticas clientelistas e assistencialistas presentes na política até então. Porém, na gestão do prefeito Hermes Laranja (1986-1989), isso se inverte, criando-se organizações paralelas que desorganizam e enfraquecem o movimento popular (CARLOS, 2007; SILVA; NASCIMENTO, 2006).

Como afirma Silva e Nascimento (2006), isso se modifica novamente a partir da nova Constituição de 1988, que resgata a importância do povo como sujeito ativo do cenário político e traz também, com a descentralização dos recursos tributários, maior autonomia e condição ao município de formular e executar políticas públicas.

Na administração do prefeito Vitor Buaiz (1989-1992), pertencente ao Partido dos Trabalhadores, há a implementação do orçamento participativo, o início da busca pela melhoria da prestação de serviços aos cidadãos (saúde, educação, cultura, transporte público, limpeza pública, paisagismo), a criação de conselhos gestores de políticas públicas, e, além disso, inserem-se novas abordagens em relação ao meio ambiente, à ciência e à tecnologia e urbanização de áreas de favelas. Dão continuidade a isso em suas administrações, Paulo Hartung e Luiz Paulo Vellozo Lucas, com a busca por qualificação das políticas públicas, ampliando-se programas, projetos e atividades que visam ao resgate da dívida social e à melhoria na prestação de serviços públicos (SILVA; NASCIMENTO, 2006; COELHO, 2005).

A despeito da abrangência de canais institucionalizados de participação, alguns autores, tais como Carlos (2007), Silva e Nascimento (2006), Trindade e Moraes (1992), afirmam que a experiência de Vitória não é capaz de provocar alterações significativas na relação governo municipal e sociedade. Há fragilidades com relação à efetivação da participação cidadã. Para Silva e Nascimento (2006), por exemplo, as novas instâncias participativas criadas pela administração pública nesse período nada mais são que adequações aos tradicionais padrões clientelistas na relação poder público e sociedade.

A participação é efetivamente, nesse caso, de significado instrumental, em busca de resultados materiais imediatos e locais, fugindo de um sentido mais político, amplo e emancipador, sem aspirações por expressões ideológicas e por transformação social.

Há projetos da PMV que nascem com o objetivo de reverter essa situação, com vistas à libertação dessa política tradicional, e propor uma metodologia de trabalho que objetive realmente atender aos interesses da população envolvida. É o caso do Projeto Terra. Antes de detalhá-lo, no entanto, é preciso compreender os antecedentes que levam à sua implantação.

4.3 O PROJETO TERRA

4.3.1 Antecedentes

É importante destacar de antemão que a referência principal a respeito do Projeto Terra é Margareth Batista Saraiva Coelho (2005) devido à participação ativa da autora nos processos aqui discutidos.

A intensa urbanização ocorrida com o êxodo rural da década de 1960 intensifica a situação de pobreza, com grande parcela da população vivendo em condições precárias, e colabora para que as políticas habitacionais ganhem impulso na década seguinte. Silva e Nascimento (2006) indicam a criação da

Companhia Habitacional do Estado do Espírito Santo (COHAB-ES) e do Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP-ES). Todavia essas instituições beneficiaram apenas os trabalhadores da economia formal, em especial, no caso de Vitória, dos trabalhadores das indústrias.

No início dos anos 1980, ainda conforme as mesmas autoras, buscaram-se intervenções que atendam as camadas populares de baixa renda. É, assim, criado o PROMORAR.

As ações dessas intervenções vêm em grande parte para atender necessidades imediatas da população, que promove nessa época significativos movimentos reivindicativos, como citado no item anterior. Devido a essa situação de precariedade vivida pela periferia, os movimentos sociais urbanos se intensificam na Grande Vitória, e projetos como o PROMORAR surgem na tentativa de atender, ao menos em parte, os anseios da população e diminuir assim o clima de reivindicações.

Após um tempo, a população passa a não se contentar com isso. Podem-se destacar, por exemplo, os conflitos originados das propostas do PROMORAR no bairro São Pedro, em Vitória-ES, como citado no item anterior. O projeto propõe nova subdivisão de lotes e mudança de *layout* na área com a realocação e a redefinição dos tamanhos dos lotes, seguindo uma forma-padrão. Essa alteração de *layout* muda também o desenho das ruas, que passam a seguir um traçado retangular. A proposta é rejeitada pelos moradores que alegam não terem sido consultados. Organizados em um movimento popular de bairro, exigem que suas necessidades e vontades sejam levadas em conta. Não aceitam as modificações no *layout* das ruas nem a redistribuição de seus lotes. Para eles, as ruas, em especial, fazem parte da história de formação do bairro, pois são originadas das “pinguelas” utilizadas para acessarem suas casas em meio à lama. Somente após as negociações com os moradores, cujos argumentos prevalecem, é que a área começa a receber os benefícios de infraestrutura do programa (FREITAS, 1955).

Segundo Silva e Nascimento (2006), a partir dos anos 1990 os programas e projetos da prefeitura passam a investir no envolvimento da comunidade e dão

foco às áreas de risco e de degradação ambiental. Nessa época, o prefeito Vitor Buaiz (1989-1992), por exemplo, implanta o Orçamento Participativo, além de pôr em prática outras ações de democratização das políticas públicas e o Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Preservação do Manguezal – Projeto São Pedro. Este visa solucionar problemas graves de urbanização, com investimentos na melhora da infraestrutura e das condições de habitação, criando critérios para uso e ocupação do solo e visando à preservação do manguezal. O interessante é o que as autoras citadas indicam como novidade nesses objetivos do Projeto São Pedro: o envolvimento da população na definição dos critérios para uso e ocupação do solo e a preservação do manguezal, incluindo a conscientização dos moradores.

Na administração seguinte, de Paulo Hartung (1993-1996), como indica Coelho (2005), é acrescentado ao projeto o desenvolvimento de políticas públicas para atender as necessidades em educação, saúde, cultura, esportes, direitos, geração de renda, entre outros, sendo que tais políticas seriam desenvolvidas com a população.

O Programa integrado de desenvolvimento social, urbano e de preservação ambiental nas áreas ocupadas por população de baixa renda no município de Vitória – Projeto Terra – tem o Projeto São Pedro como referência e influência, afinal a equipe responsável por sua formulação é a equipe técnica do Projeto São Pedro na segunda e na terceira etapas – de 1989 a 1996 (SILVA; NASCIMENTO, 2006).

Em 1996, segundo Coelho (2005), Vitória elabora o planejamento estratégico, denominado “Vitória do Futuro”, tendo como referência a Agenda 21, que, por sua vez, segue orientações da Agenda Habitat (documento aprovado no Habitat II - Conferências das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, que ocorre em Istambul, Turquia, em 1996) e da Agenda 21 Global (documento aprovado na Rio 92 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ocorre no Rio de Janeiro, em 1992). Todos objetivam alcançar o desenvolvimento sustentável do planeta.

O Plano estratégico “Vitória do Futuro” afirma buscar o rompimento com o modelo clássico de planejamento, que nega a participação popular, e se compromete com a construção de uma cidade sem exclusão e com qualidades de vida para todos (SILVA; NASCIMENTO, 2006; COELHO, 2005). O Plano cria, segundo Bienenstein (2003), estratégias e projetos que abrangem 19 temas como segurança, saúde e meio ambiente, e o Projeto Terra é a integração de diferentes projetos desses. O Terra é abraçado pela administração de Luiz Paulo (1997-2000) que pretende priorizar como uma das mais importantes iniciativas de gestão o atendimento das necessidades emergenciais das áreas de menor poder aquisitivo da cidade.

4.3.2 Objetivos e funcionamento

Dessa forma, o Projeto Terra é criado pela Prefeitura Municipal de Vitória, pelo Decreto nº 10.131, de 14 de janeiro de 1998, e tem por objetivo principal, descrito no referido decreto:

[...] a incorporação das áreas de baixa renda ao tecido urbano da cidade, dotando-as de padrões urbanísticos adequados, infraestrutura básica, equipamentos públicos, habitações dignas, segurança e melhorias microclimáticas, regularização fundiária, garantindo a qualidade de vida e pleno direito à cidadania aos moradores dessas comunidades (PMV, 1998, p.1).

A área de atuação do Projeto Terra engloba quinze regiões denominadas Poligonais, que representam mais de trinta bairros do município de Vitória. A seleção dessas áreas toma como parâmetros o grau de carência de infraestrutura urbana, as irregularidades urbanas e fundiárias, as situações de risco, a necessidade de recuperação de áreas degradadas do ponto de vista ambiental, as condições de "habitabilidade" e os indicadores sociais (BIENENSTEIN, 2003; SILVA; NASCIMENTO, 2006).

Nas poligonais residem cerca de 30% da população do município, que correspondem a 5,53% do território municipal. Das quinze poligonais, objetos das intervenções, onze se localizam em áreas de encosta e quatro em manguezais (BIENENSTEIN, 2003; COELHO, 2005; PEGORETTI, 2004; SILVA; NASCIMENTO, 2006).

Na tentativa de estabelecer nessas poligonais padrões compatíveis com os que existem na cidade formal, o Projeto Terra tem buscado englobar a totalidade dos quesitos por ele abrangido por meio da articulação de quatro vertentes com ações interdependentes: urbana, social, ambiental e fundiária (BIENENSTEIN, 2003; COELHO, 2005).

A primeira vertente seria priorizar, com projetos urbanísticos integrados nos diferentes aspectos (econômico, urbano, ambiental e social), a redefinição da divisão social e simbólica do espaço, as normas de uso e ocupação do solo, o conforto e a segurança das construções, os espaços destinados à implantação de acessos e equipamentos e a implantação de um serviço de fiscalização urbana e ambiental. Ocupa-se do sistema viário, da infraestrutura urbana de uma forma geral, da contenção de encostas e da construção de novas unidades habitacionais.

O componente social teria na participação popular o principal elemento para garantir o sucesso do projeto. Nesse contexto, o papel do Poder Público (no caso, municipal) volta-se à promoção e à ampliação da capacidade de organização e reivindicação, co-responsabilizando os moradores no processo de implementação do programa pela negociação e/ou pactuação das decisões, tendo em vista as aspirações coletivas. Do ponto de vista social, pretendia-se também desenvolver ações de promoção humana, mediante cursos e oficinas de orientação e planejamento familiar, promover cursos de capacitação profissional para trabalhadores desempregados das comunidades envolvidas e até realizar contratação de mão-de-obra local para a execução dos serviços nos bairros.

Um dos principais objetivos da inserção do componente ambiental no projeto refere-se à busca de padrões de sustentabilidade ambiental resultantes da

articulação das dimensões social e econômica. Pretende a definição das áreas de preservação e do limite das ocupações, a melhoria da fiscalização, a definição da arborização urbana e do tratamento paisagístico das encostas, o reflorestamento das encostas (com instalação de barreiras e cercas de proteção) e a educação ambiental.

Finalmente, a vertente fundiária busca integrar os assentamentos à cidade formal, utilizando-se de procedimentos e normas de regularização urbanística e fundiária, conferindo direitos e deveres aos moradores neles residentes.

Segundo Pegoretti (2004), os agentes envolvidos no trabalho teriam três diretrizes básicas a cumprir: conhecimento integrado da realidade, multidisciplinaridade e integração das ações técnicas e participação comunitária.

O gerenciamento do projeto prevê uma coordenação vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal, efetivando-se através dos níveis: estratégico, tático e operacional (COELHO, 2005; SILVA; NASCIMENTO, 2006). O nível estratégico fica a cargo da Coordenadoria de Administração Estratégica (GAB/ADM) e conta com a seguinte composição: prefeito, secretários municipais, auditor geral, procurador geral e administradores regionais. Cabe a esses a tomada de decisões políticas e estratégicas.

O nível tático é formado por até três representantes das seguintes secretarias: Coordenadoria de Administração Estratégica (GAB/ADM), Secretaria Municipal de Economia e Finanças (SEMFA), Secretaria Municipal de Obras (SEMOB), Secretaria Municipal de Ação Social (SEMAS), Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SEDUR), Secretaria Municipal de Transportes e Infraestrutura Urbana (SETRAN). Tem a função de definir e submeter propostas técnicas ao nível estratégico, gerenciar e encaminhar a operacionalização às secretarias responsáveis.

Quanto ao nível operacional, é exercido pela secretaria responsável pelas ações a serem implementadas no âmbito do programa e gerenciado por seu

titular e seus representantes no nível tático. É responsável por implementar as decisões tomadas nos níveis estratégico e tático. Para a realização das atividades foram criadas equipes locais, coordenadas por subgerentes indicados pelos secretários que, por sua vez, são coordenados pela Secretaria Municipal de Ação Social (SEMAS) que é responsável pela integração das ações com a comunidade.

A proposta do Projeto Terra é a de uma intervenção política que envolva ações diversas de forma integrada, abrangendo todas as secretarias da prefeitura, com o estabelecimento de parcerias com agentes organizados da sociedade civil e com as comunidades envolvidas (PEGORETTI 2004; BIENENSTEIN, 2003). A responsabilidade de inclusão da participação da sociedade nas ações do Projeto Terra fica a cargo da SEMAS, conforme é apresentado no Art. 10º do capítulo IV do decreto de criação do projeto, pela Prefeitura Municipal de Vitória (1998):

Ficou garantido sob a coordenação da Secretaria Municipal de Ação Social - SEMAS, a participação das comunidades através de Fóruns Especiais e Comissões de Moradores, no acompanhamento da elaboração de projetos e na execução de obras e serviços.

Apesar disso, vê-se que a participação da população não está prevista em todos os níveis de organização do projeto, mas apenas no nível operacional que apenas executa aquilo que foi anteriormente decidido pelos níveis estratégico e tático. Já é possível anteceder aqui possibilidades de ocorrência de problemas quanto à elaboração dos projetos, como será examinado mais tarde nesse documento.

Pela SEMAS foi contratada empresa para consultoria na área social do Projeto Terra. Sendo a SEMAS responsável pela coordenação da área social do Projeto, tinha como competência articular as demais secretarias da área social, visando à elaboração dos Planos Locais e dos Projetos Sociais Integrados e coordenação dos Escritórios Locais. À equipe local, coordenada pela SEMAS, caberia a articulação institucional nos territórios das Poligonais, formando a

equipe ampliada, possibilitando a participação da sociedade em Comissões Temáticas e Fóruns Sociais, Comissão de Moradores e atendimentos nos plantões sociais dos Escritórios Locais (COELHO, 2005).

4.4 METODOLOGIA DO PROJETO TERRA – O DIAGNÓSTICO INTEGRADO

A questão da participação da sociedade nas ações da administração pública para a melhoria de vida da sua comunidade, integrando-a a gestão e ao planejamento dessas ações, era o grande desafio do Projeto Terra quando da sua implantação em 1998, como se pode observar no item anterior e conforme indica Coelho (2005, p. 74):

Do Projeto São Pedro ao Projeto Terra o desafio central a nível institucional estava em alterar a cultura, pautada no planejamento clássico setorial centralizado e autoritário, para formas inovadoras de: gestão compartilhada, planejamento e ações integradas e articuladas, com o fortalecimento da participação popular. Essas premissas embasaram as definições nos diferentes desenhos gerenciais do Projeto Terra, e a busca do desenvolvimento de metodologias para implementar o Projeto, viabilizadoras do desenvolvimento humano sustentável, a razão de ser do Projeto Terra.

Diante dessa busca por metodologias que mudem o quadro institucional do município, a estrutura gerencial sofre alterações ao longo dos anos, por buscar esse enfoque e também por conta de pressões vindas da sociedade e das fontes financiadoras. Mas, apesar de se desejar a integração dos diferentes olhares e conhecimentos (administração, técnicos e população), Coelho (2005) afirma que até o ano de 2000 o foco ainda era o urbanístico.

A partir de 2000, começam-se a perceber certas fragilidades nas propostas. Os principais indícios estão na postura da população de não apropriação dos princípios e dos valores do projeto. Certas intervenções do Projeto Terra devem contar com a mobilização da população para sua efetivação, e isso não acontece de imediato. São constatadas depredações nos espaços públicos

urbanizados, por parte dos próprios usuários do local, bem como demora na mudança de atitudes e na absorção de novos valores em relação, por exemplo, aos pontos viciados de lixo, à continuidade da ocupação de áreas de risco (em especial nas áreas de morro), dentre outros (COELHO, 2005).

A não integração entre os diagnósticos sociais e urbanos, as diferenças de velocidade exigidas para a implantação e para as pesquisas e ações sociais e a frágil interligação com a comunidade ocasionam planos urbanísticos não sustentáveis, projetos de baixa aderência por parte da população. Segundo Coelho (2005), o ritmo de trabalho sofre atropelos, pois as fontes de financiamento exigem a implantação dos projetos em uma velocidade diferente da necessária para uma boa formulação dos planos e dos projetos e diferente da necessária para a correta mobilização popular. Isso ocasiona projetos sem a devida ancoragem social.

Ainda segundo Coelho (2005), na maioria das vezes, as ações sociais e a mobilização da comunidade acabam ocorrendo durante a obra, exatamente por não terem tido tempo para tal durante a elaboração dos planos. Na fase de implantação do projeto, a população podia observar melhor o que estava sendo proposto e, no caso, já instalado. Os usuários identificam questões que não condizem com o que lhes foi passado anteriormente.

É nesse período que se dá maior importância à fase do Diagnóstico Integrado. Aprofundam-se as discussões em especial com a participação de técnicos e gerentes da Secretaria Municipal de Ação Social (SEMAS), Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR), sucedida pela Secretaria de Desenvolvimento da Cidade (SEDEC) e pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM). Secretarias essas que contam com técnicos (alocados nos escritórios locais) com vistas a ajustar a estratégia de condução dos trabalhos.

A reflexão sobre a concepção metodológica do Projeto é discutida com profundidade no ano de 2000, de acordo com Coelho (2005), que participa desse processo na gerência executiva do projeto, desde 1999 até hoje. Discussões sobre a sustentabilidade, os limites para a elaboração de projetos

urbanísticos sem o conhecimento dos códigos locais, as análises sociais mais profundas que possibilitassem melhor apuração das demandas e dos desejos de segmentos sociais específicos – em especial, crianças, jovens, mulheres e idosos – são pauta dessas reflexões.

É elaborada então a “Proposta Preliminar de Roteiro para Elaboração de Diagnóstico nas Poligonais do Projeto Terra”, na qual se chega ao consenso da necessidade de desenvolver e buscar métodos de Diagnóstico Urbano Integrado.

O diagnóstico urbano, normalmente é elaborado, a partir de uma coleta de dados físicos da área, no qual toda avaliação fica por conta da equipe técnica, a população apenas é consultada para levantamento das demandas e relatos históricos. Desta forma, a interpretação por assim dizer do espaço em estudo fica apenas por conta dos técnicos. Se considerarmos que a principal transformação que o Projeto Terra propõe é a mudança de foco do espaço para o homem, este paradigma deve estar presente em todo o processo, e da forma mais ampla possível, e não apenas como referendo, mas como co-autor das propostas. O que queremos dizer, é que se da mesma forma que a expulsão branca pode ser reduzida com o trabalho de promoção humana, a melhoria da qualidade de vida pode ser majorada se os técnicos conseguirem captar as aspirações dos ocupantes de uma forma mais ampla. Para isto, é que estamos propondo que o Diagnóstico Urbano, avalie o espaço sob duas óticas, a do morador, e a dos técnicos, para que as conclusões e indicações de necessidades estejam além da percepção técnica, das demandas do orçamento participativo e da opinião das lideranças formais e informais, para que possam traduzir as aspirações da maioria dos beneficiários. A metodologia proposta para o trabalho é de desenvolvimento paralelo das duas óticas, e a confrontação dos dois trabalhos na elaboração da síntese final. E esta síntese, mais o processo social, é que balizarão a elaboração do Plano de Intervenção (PMV/ SEDUR, 2000, p. 4).

O trecho acima foi retirado de tal documento e indica o aprimoramento incidido no Diagnóstico Urbano, que passa a ser mais integrado do ponto de vista da relação entre técnicos e comunidade, após as discussões e reflexões ocorridas nesse período.

A equipe do Projeto Terra é inspirada no Diagnóstico Rural Participativo (DRP), que é derivação e adaptação do *Rapid Rural Appraisal* (RRA), um método trabalhado por técnicos das agências de desenvolvimento europeias que atuam

no setor agropecuário em países asiáticos e africanos (ÂMANCIO, 2005). Tem origem no Brasil, segundo Chaimsohn (1999), na década de 1980, com influência do movimento da pesquisa-ação, já analisado no Capítulo 03.

Para Verdeja (2006, p. 06) o Diagnóstico Rural Participativo:

[...] é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento. Desta maneira, os participantes poderão compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e ação. Embora originariamente tenham sido concebidas para zonas rurais, muitas das técnicas do DRP podem ser utilizadas igualmente em comunidades urbanas. O DRP pretende desenvolver processos de pesquisa a partir das condições e possibilidades dos participantes, baseando-se nos seus próprios conceitos e critérios de explicação.

A partir daí, aparando-se no contexto do principal interessado na ação, o usuário do espaço, o diagnóstico poderia ser mais completo e condizente com a realidade, sendo base em planos e projetos mais sustentáveis.

Segundo Coelho (2005), durante os anos de 2002 e 2003, há um adormecimento da gestão compartilhada, mas de 2003 a 2004 há uma retomada da questão e o resgate dos princípios do Projeto Terra, buscando-se a instalação das ações visando ao desenvolvimento humano sustentável. Isso pressupõe maior inclusão social nas ações com um constante compartilhamento do conhecimento, em todas as fases do Projeto. A atuação do Projeto Terra estende-se para a pós-urbanização, devido à preocupação com a aceitação do projeto pela comunidade e com a manutenção das ações após sua implementação, ou seja, com a elaboração de ações e projetos mais sustentáveis.

Serão estudados aqui procedimentos utilizados pelo Projeto Terra na Poligonal 02, pois os estudos para a elaboração das propostas ocorrem logo após a implementação de metodologias com sentido mais participativo, como se verá no próximo capítulo. Tais procedimentos serão estudados à luz dos que são

levantados no Capítulo 03. Antes disso, é importante entender de uma maneira geral como é composta e configurada a região em questão.

4.5 O DIAGNÓSTICO URBANO INTEGRADO E A POLIGONAL 02

De acordo com Prefeitura Municipal de Vitória (2004a), a Poligonal 02 (área 2 da figura abaixo) é formada pelos bairros de Cruzamento, Romão e Forte de São João, que totalizam 803.123m² localizados nas encostas e nos sopés dos morros de mesmo nome e também em parte das áreas planas próximas à Avenida Vitória, estendendo-se do bairro Jucutuquara até a área da Esplanada Capixaba, nas imediações do Centro da Cidade. Parte da área é ocupada por moradias e outras atividades urbanas, e a outra metade trata-se de unidades de conservação, como o Parque da Gruta da Onça, as Áreas Verdes Especiais do Romão e do Cruzamento e as Áreas de Interesse Ambiental. Faz limite ao Norte com o Bairro Fradinhos, a Leste com o bairro Jucutuquara, ao Sudeste com o bairro Ilha de Santa Maria, a Oeste com o maciço principal da Ilha de Vitória e com o Centro da Cidade e, ao Sul, com a região de aterro junto à Av. Vitória.

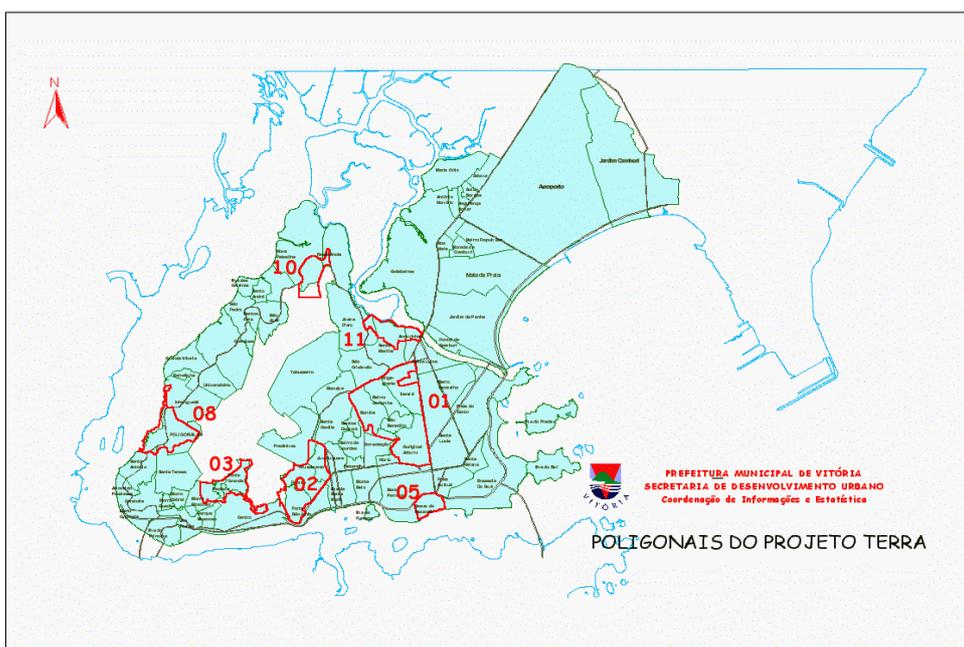


Figura 03: Poligonais do Projeto Terra. Fonte: PMV, 2004a.

Os bairros são facilmente acessados pelas avenidas Paulino Muller, Vitória e Jerônimo Monteiro, mas a inter-relação dos morros é dificultada pelas condições topográficas. Devido a sua proximidade com a parte convencional da cidade, a área tem acesso a serviços públicos de transporte, comércio, equipamentos de educação, saúde e lazer, tendo seu acesso dificultado apenas pelos problemas de locomoção interna citados (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2004a).

O uso predominante é o residencial, caracterizado por casas de alvenaria e barracos de madeira, a maioria inacabada, em constante processo de auto-construção, onde habitam, segundo dados do censo de 2000, 8611 habitantes (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2004a).

As áreas públicas identificadas na Poligonal 02 pela Prefeitura Municipal de Vitória (2004a) são constituídas pelas áreas de marinha e pelas áreas públicas municipais e estaduais utilizadas para abertura de vias, instalação de equipamentos públicos e unidades de conservação. Alguns exemplos são a Quadra de esportes, o Centro Cultural e a Praça Américo Monjardim no Forte São João, o Mirante do Romão e a Área Verde Especial do Romão, o Campinho da Arena e o Campinho do Diolino no Cruzamento e uma unidade de conservação, também no Cruzamento.

Segundo a Prefeitura Municipal de Vitória (2004a), a ocupação dessa Poligonal se dá na década de 30, nos bairros Cruzamento e Forte de São João; e na década de 50, no bairro do Romão. Essa ocupação ocorre inicialmente com migrantes do interior do Estado, em sua grande maioria trabalhadores rurais que deixam o campo para se estabelecer na cidade. Os assentamentos se expandem na década de 1950, em parte devido ao consentimento do governo.

Nos anos 1970 e 1980, os morros representam alternativa de moradia para os migrantes que chegam a Vitória devido à instalação de grandes indústrias na capital, conforme citado no início deste capítulo. A multiplicação dessas invasões agrava as condições precárias de habitação, principalmente, por conta da inexistência da rede de água encanada, de energia elétrica e de esgoto.

Ainda nesse período, conforme a mesma referência, ocorrem conflitos nos morros entre moradores e poder público municipal. A fiscalização chega ao morro acompanhada da Polícia Militar, desmontando os barracos para a retirada dos moradores, que os reconstróem, permanecendo no local.

Essas décadas, de 1970 e 1980, marcam a história de lutas e organizações das comunidades em favor de benefícios urbanos básicos que superem parte das carências locais e garantam melhores condições de moradia nos morros, não só na Poligonal 02, como em todo país, como tratado no Capítulo 02. Assim, já há uma história de participação e mobilização popular nos bairros que compõem a área, facilitando a ampliação de tal participação nas ações do Projeto Terra.

O início das atividades nessa Poligonal se dá em 2003 com a contratação do Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), que constitui um documento que tem por finalidade servir como instrumento indutor de um novo padrão urbano para comunidades de baixa renda. É realizado através do PAT-PROSANEAR (Programa de Assistência Técnica ao Programa de Saneamento – PROSANEAR – do Ministério das Cidades, em conjunto com a Caixa e o BNDES).

Influenciados pelas discussões sobre a necessidade de determinadas mudanças na forma de atuação na comunidade, a metodologia de trabalho proposta pelo PAT fornece embasamento para a discussão sobre o aprimoramento de métodos de integração dos componentes sócio-ambiental e urbanístico, com o fortalecimento da participação comunitária em todas as etapas de desenvolvimento do Projeto. Isso englobaria o Diagnóstico Urbano Integrado aos projetos executivos, a hierarquização de ações e obras, a execução das obras e implementação do Plano de Trabalho Social, que tem por objetivo garantir uma intervenção transparente e participativa da comunidade local em todas as etapas de elaboração e implementação do PDLI (COELHO, 2005).

Trabalha-se, assim, com o entendimento da importância do exercício da transversabilidade para o conhecimento técnico da realidade local e com a

importância da participação de diferentes atores sociais locais na leitura comunitária do espaço. A aprovação do Plano de Desenvolvimento Local e a priorização das obras e das ações deviam ser pautadas pelas discussões e pelos entrelaçamentos dos saberes técnicos e comunitários (por essa razão o Plano torna-se “Integrado”), mesmos princípios presentes na metodologia abordada no Capítulo 03 da pesquisa-ação: integração entre os múltiplos agentes, em especial entre os técnicos e a comunidade em questão.

Com esse pensamento, segundo a Prefeitura Municipal de Vitória (2006), planeja-se nos bairros da Poligonal 02 garantir a apropriação pelas comunidades das áreas planejadas e a continuidade das ações. O compromisso da elaboração do Plano vai além da execução de melhorias, estendendo-se à sua manutenção no tempo. Isso deve resultar em um Plano de Desenvolvimento Humano Sustentável, que acarreta compromissos, direitos e deveres para a administração pública, para as organizações comunitárias e para os cidadãos na manutenção das ações na comunidade ao longo do tempo (COELHO, 2005).

Os erros e os acertos advindos das primeiras ações realizadas pelo Projeto Terra levam a essas mudanças na metodologia de elaboração do Plano, compreendendo-se e valorizando-se a importância da fase do Diagnóstico Urbano Integrado (DUI) para alcançar o objetivo de sustentabilidade das ações. Dois aspectos são identificados pela Prefeitura Municipal de Vitória (2006) como passíveis de serem alcançados com o aprofundamento do DUI: o primeiro é a preparação das comunidades para participações futuras – no período de elaboração dos planos de ação, na fase das intervenções físicas e após a realização das obras. O segundo aspecto é a importância da troca de informações e experiências.

Na fase do DUI, mantendo-se a população integrada ao processo, as atividades podem ajudar a manter ativa a mobilização para outras etapas, pois podem despertar nela o interesse na construção de propostas e a consciência da importância de sua atuação, ampliando-se o envolvimento da população nas etapas seguintes.

Quanto ao segundo aspecto, é na fase do DUI que se pode obter maior número de informações sobre a área em estudo por meio do contato com os maiores conhecedores do local: seus usuários. Além disso, os moradores têm a oportunidade de se aproximar dos temas a serem abordados no plano de ação e de tomar conhecimento de questões importantes acerca de seu próprio bairro.

Dessa forma, para o desenvolvimento do DUI, na Poligonal 02, foram utilizados alguns procedimentos que se assemelham aos estudados neste trabalho e detalhados no Capítulo 03. São utilizadas entrevistas individuais, com *experts*, com grupos focais e improvisados. É identificado também o uso da técnica turismo guiado, denominada pela Prefeitura Municipal de Vitória (2004a) de vistorias participativas, que ocorre em paralelo com a técnica da fotografia. Além dessas, o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Local Integrado pode ser comparado à técnica da charrete.

Em relação às entrevistas (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2004a, 2004b, 2006), diversas acontecem de forma individual, recolhendo-se depoimentos de moradores dos bairros em questão e a opinião deles quanto a assuntos específicos, como abastecimento de água, tratamento de esgoto e a coleta do lixo. Ocorrem também entrevistas com o que se pode denominar *experts*, tais como, diretores de escolas, professores, integrantes da Secretaria Municipal de Ação Social, lideranças comunitárias, integrantes da Pastoral da criança e ONGs atuantes na área.

Entrevistas com grupos improvisados acontecem aleatoriamente durante as vistorias participativas, que serão detalhadas posteriormente, e a partir delas são marcados encontros e formados grupos focais para reuniões e entrevistas com temas mais específicos, como a situação dos jovens, das mulheres, crianças e dos idosos, a infraestrutura, a saúde, a educação (com a presença de professores, pais e alunos de escolas locais), o meio ambiente, o lazer e as atividades artísticas e culturais.

Aos olhos dos procedimentos estudados no Capítulo 03, as entrevistas individuais, com *experts* e com grupos focais, ocorrem, na Poligonal 02 do

Projeto Terra, de forma correta e com abrangente número de pessoas. O mesmo não pode ser dito com relação às entrevistas com grupos improvisados. Elas acontecem por acaso, sem planejamento e executadas conforme o entrevistador desejasse no momento, em meio às vistorias participativas. Esse fato compromete a validade da aplicação do procedimento, pois deixa margem para manipulações, por parte da pessoa que está aplicando a entrevista.

Segundo o detalhado no Capítulo 03, nas entrevistas com grupos improvisados, os entrevistados são surpreendidos ao saírem da igreja ou da escola, mas os entrevistadores já devem ter pré-estabelecido um roteiro de aplicação dos questionamentos.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Vitória (2004a), são realizadas vistorias de reconhecimento das áreas durante as duas primeiras semanas de trabalho na Poligonal 02, percorrendo-se as áreas separadamente, caminhando por todas as suas vias, por locais de referência e até por unidades domiciliares de ícones comunitários, como moradores mais antigos e que prestem algum tipo de assistência social, dentre outros símbolos. Essas vistorias acontecem com a participação de moradores e lideranças locais. Tal procedimento utilizado pela PMV pode ser incluído na modalidade de morador como guia do turismo guiado, descrito no Capítulo 03, pois são eles que indicam os caminhos a serem percorridos, indicam os locais de referência para eles e os moradores de destaque que devam ser entrevistados e registram o processo por meio de fotos, com imagens que revelam as representações simbólicas da população. Os integrantes da PMV também se utilizam da fotografia para retratar o entorno imediato no qual as áreas estão inseridas.

Após todo procedimento do tipo turismo guiado, é realizado um workshop para a apresentação e as discussões dos resultados do percurso. Nas vistorias participativas ocorridas na Poligonal 02 não foi diferente. Há, após o processamento das informações colhidas, o “I Fórum de Notícias PAT PROSANEAR APRESENTA”, onde é também apresentado o Projeto Terra às comunidades.

Há apresentação do grupo de Capoeira do Bairro e um trabalho teatral dos mobilizadores culturais da equipe do trabalho social com dois moradores presentes, envolvendo os problemas vivenciados na comunidade. Conta com a participação do artista plástico da própria comunidade, Ed Brown, que, no decorrer do Fórum, faz um grafite em um tecido na parede com o motivo “O Bairro que se quer”.

O turismo guiado, detalhado no Capítulo 03, é realizado com preparo e formação de um grupo representativo de pessoas da comunidade e de técnicos de variadas disciplinas. Um roteiro de questões a serem observadas e posteriormente discutidas deve ser estabelecido anteriormente. Nas vistorias aplicadas pela Prefeitura na Poligonal 02, os moradores vão sendo incluídos por acaso, no decorrer do percurso. Além disso, o Projeto Terra só é a eles apresentado após as vistorias, durante o fórum. Se isso ocorresse antes, o trabalho das vistorias poderia ter sido ainda mais proveitoso.

Por fim, é destacado, por meio da Prefeitura Municipal de Vitória (2006), mais um procedimento utilizado pelo Projeto Terra na Poligonal 02 que se assemelha a um dos levantados aqui: a charrete. No caso da charrete descrita no Capítulo 03, o processo de trabalho tem um prazo definido, curto, de uma semana aproximadamente. Nesse caso, os prazos não são assim definidos, e a charrete pode ocorrer mais de uma vez, mas a essência é a mesma: a de desenvolver um plano de intervenção detalhado e finalizado para uma área da cidade. Outra diferença da charrete utilizada pela PMV é que não se chega à fase de projeto, pois este ocorre em separado da comunidade e depois é apresentado a ela. Por essa razão, esse é, dos procedimentos identificados no Projeto Terra, o que apresenta maior deficiência. Se os técnicos permanecessem com o mesmo processo até a fase projetual, seus resultados seriam mais condizentes e teriam maior potencial de aceitação pela comunidade.

O planejamento é discutido em grande parte com a comunidade, e as reuniões acontecem em ruas, vielas, de acordo com a especificidade de cada área. É

realizado o Plano de Desenvolvimento Local Integrado bem como a priorização das ações junto à comunidade.

Os ganhos que se espera obter com tais procedimentos, a partir das análises do Capítulo 03, são em grande parte alcançados em sua utilização na Poligonal 02 do Projeto Terra: o estímulo aos sentidos dos usuários e dos integrantes técnicos; a compreensão da percepção dos usuários por parte dos técnicos, apesar de se correr o risco de ser deficiente e até equivocada pela falta de planejamento dos procedimentos adotados; e, em especial neste caso, a preparação da população para a participação. Isso porque muitos avanços nesse sentido são conseguidos como maior consciência da população, maior autonomia dela, maior abertura do poder público para a participação da comunidade e ampliação da presença da população nas atividades do projeto. (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2007a)

As principais deficiências identificadas ao longo da leitura dos Relatórios de 01 a 06 do processo realizado na Poligonal 02 são a não abertura para a população no processo de elaboração dos projetos arquitetônicos e urbanísticos em si e a forte hierarquização existente. Com isso, continuou havendo grande número de alterações durante as obras, já em andamento, pela observação e pela intervenção dos moradores, o que traz gastos desnecessários, maior possibilidade de erros na execução e, posteriormente, não apropriação dos projetos.

Se durante a fase de obras a população tem percebido a proposta de forma muito diferente da apresentada nos fóruns e nas reuniões, isso demonstra que há ainda um distanciamento entre a linguagem técnica e a popular. Observa-se uma preocupação maior com relação à capacitação da população para a participação em detrimento das discussões quanto aos detalhes projetuais.

Tal capacitação é positiva, uma vez que deixa a comunidade em alerta para a execução dos projetos e mais presente nos canais abertos à sua atuação. Esse fato contrabalança, de certa forma, a falta de detalhamento citada. Porém, esse fato pode caracterizar as intervenções do Projeto Terra como ações que objetivam mais a criação de um sentimento, na comunidade, de participação na

construção do seu bairro, do que da elaboração de projetos urbanos efetivamente. A utilização mais variada de métodos de diagnóstico e principalmente de apresentação e discussão dos projetos pode solucionar ou amenizar ainda mais esses problemas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo iniciou-se com algumas indagações e afirmações a serem comprovadas ou não ao longo da pesquisa. Reflexões que envolvem os agentes no processo participativo consistem no ponto central deste trabalho. Dos agentes que devem ser envolvidos no processo de construção da cidade, o cidadão é o que menos conhece o funcionamento técnico e político e o que tem menos familiaridade com aspectos técnicos e jurídicos da administração pública. Em contrapartida, além dos técnicos dos quais já é esperado o conhecimento do processo, o empresariado e detentor do poder econômico é, por sua vez, o que aparenta ter maior domínio do assunto. Dessa forma, a participação dos agentes nesse processo é desequilibrada.

No Brasil, e em grande parte das sociedades capitalistas, os detentores do poder econômico, até pelas recentes parcerias público-privado envolvendo o planejamento urbano, têm cada vez mais adquirido espaço na construção da cidade e influenciado as políticas urbanas, de tal forma que o mercado imobiliário amplia em seu favor possibilidades de ganhos, incluindo a especulação que envolve o uso do solo urbano.

Por essa razão, os espaços livres públicos, palco com grande potencial de realização da esfera pública, tendem a perder em área para as construções, que proporcionam lucro ao mercado imobiliário. Os que restam são transformados em mercadoria e utilizados como propaganda para a venda dos empreendimentos imobiliários. Outra tendência capitalista é transformar esse espaço em cenário que sirva de atração turística. Aparentemente, atender aos desejos do usuário daquele ambiente não tem se revelado tão lucrativo quanto atrair visitantes com recursos que possam contribuir para o desenvolvimento da cidade. Se os espaços livres são, dos espaços públicos, os de maior potencial de ocorrência da esfera pública, a sua diminuição e a de sua utilização provoca automaticamente a diminuição da esfera pública.

A participação cidadã tem sido muitas vezes posta em prática no Brasil como ferramenta de alienação da população. Isso ocorre, principalmente, de duas formas: pelas políticas clientelistas ou pela utilização do trabalho do arquiteto como instrumento de manipulação.

No que tange ao clientelismo, políticos populistas – principalmente, mas não somente eles, na maioria das vezes – agem, interessados nos votos, em favor do atendimento a pedidos pontuais da população, chegando até a coordenar ou manipular associações de moradores em bairros de população economicamente menos privilegiada e menos esclarecida social e culturalmente, também com o intuito de arrecadação de votos. Isso foi verificado no Capítulo 02, ao analisarmos o caso de Brás de Pina, quando da instalação da CODESCO no bairro, ainda que esse seja um caso exemplar da utilização da participação cidadã no desenvolvimento de planos urbanos. Visando a interesses futuros, políticos clientelistas se dispõem a dar apoio a movimentos sociais urbanos. É o caso dos movimentos que se expandiram no país na década de 1970.

O caso de Vitória não foi diferente, pois a precariedade ou a inexistência de infraestrutura e serviços verificada na periferia da cidade naquele momento e as reivindicações por melhores condições de vida transformaram-se inclusive em oportunidade para as ações clientelistas.

Como alternativa de se romper com políticas dessa natureza no planejamento das cidades brasileiras, são concebidas políticas inspiradas na reforma urbana, que vai representar a implementação de ações para transformações mais abrangentes e não pontuais, como as ações acima discutidas.

Intervenções como o Projeto Terra da Prefeitura Municipal de Vitória (ES) e a atuação do então prefeito de Lages vieram para tentar desestruturar práticas clientelistas, instalando ações semelhantes aos objetivos da Reforma Urbana, como redução da desigualdade socioeconômica e da segregação residencial e ampliação da democratização do planejamento no que concerne à gestão do espaço urbano, permitindo que a população participe mais efetivamente de seus processos.

Questão relevante também é a utilização do trabalho do arquiteto como instrumento de alienação da população em processos de participação cidadã para a construção das cidades. Conforme Chauí (2006), a ideologia da competência desenvolvida pelo capitalismo da segunda metade do século XX transforma a política em assunto de especialistas, o que faz da fala do arquiteto verdade absoluta. Assim, a construção dos espaços livres públicos pelo arquiteto em seu escritório quase sempre colabora para a concepção e a criação de espaços vazios de significado, de encontros e trocas, conforme afirma Pronsato (2005).

Vale enfatizar que a tarefa do arquiteto pode estar condicionada a fatores econômicos, e o profissional se vê obrigado a trabalhar com orçamento e condições pré-estabelecidas. Contudo, esse entrave não pode servir de justificativa a proposições que não levem em conta as necessidades e os valores da população a que se destina, mas pode apenas representar maiores dificuldades no momento da criação.

No entanto, não basta que a população tenha conhecimento dos instrumentos que estão a sua disposição para permitir sua participação e viabilizar o adequado funcionamento do processo de construção da cidade. É preciso que o cidadão esteja interessado em participar, pois não há democracia sem envolvimento e manifestação. Por outro lado, no caso de Lages, percebemos que a mobilização da comunidade teve um caráter mais efetivo, o que colaborou para que as propostas do governo obtivessem sucesso. Destaca-se nesse episódio a atuação do então prefeito da cidade, Dirceu Carneiro (com formação em arquitetura) que se manteve fiel à ideia de utilização de procedimentos que auxiliam a participação da população nas ações implantadas para a realização de benfeitorias urbanas. Se o fato de ser arquiteto colaborou para a postura democrática do então prefeito do município, não podemos afirmar com exatidão, mas seu sucesso nos remete a essa possibilidade.

Essa é uma das mais importantes questões a que esse estudo endereça: o papel que pode ser desempenhado pelo arquiteto em um processo de

construção de espaços livres públicos com a efetiva e legítima participação da população.

A noção de espaço advém de sua formação por objetos físicos e geográficos, o que inclui, também, a sociedade e, por isso, para estudá-lo e projetá-lo, é necessário que o profissional compreenda a relação que se estabelece entre o cidadão e cada espaço. Assim, o desenho de um espaço deve ser a imagem do que se passa nele de tal forma que haja incondicional identificação com seu usuário. Locais ou espaços que não permitem essa identificação tornam-se não-lugares, nos termos de Marc Augé (1994).

Além disso, discutimos que as atividades desempenhadas nos espaços livres públicos, especialmente, dependem da qualidade do ambiente físico que precisa “convidar” o usuário ou mesmo o transeunte a parar para desfrutá-lo e, com isso, fazer com que nele permaneça, o que incita a geração de atividades de cunho social – que em geral permitem sua significação e, por conseguinte, sua apropriação.

Dessa maneira, ao criar espaços agradáveis e convidativos, os profissionais como arquitetos e planejadores podem influenciar possibilidades de encontro das pessoas, ampliando-se assim seu potencial de ocorrerem atividades definidas por Gehl (1986) como opcionais e sociais, com potencial de ocorrência da esfera pública. Por outro lado, podem também criar espaços inibidores e inacessíveis, como indica Sun Alex (2004).

Por isso, é necessário que o arquiteto investigue alternativas metodológicas para a elaboração de projetos de espaços livres públicos, buscando colaborar para que o cidadão se capacite para interferir e participar das discussões. Capacitar o cidadão significa dotá-lo de informações e conhecimentos multidisciplinares que possam torná-lo apto a compreender diferentes linguagens (interpretar projetos, mapas, diagramas, conhecer termos técnicos etc.) e possam aguçar sua percepção, ampliando também seu espectro de possibilidades de utilização do espaço de que irá usufruir. Essa capacitação, aliada a outras possibilidades, como a aproximação do profissional com a

realidade do cidadão, auxilia o arquiteto na compreensão das percepções que a população tem sobre o espaço em questão.

O processo participativo é visto aqui como uma opção nesse sentido. Esse estudo demonstra que a academia tem buscado maneiras de construir o conhecimento sobre a cidade, desde a década de 1980, em estreita relação com o cidadão. A lógica acadêmica se contrapõe às alternativas de pesquisa tradicional, desenvolvendo possibilidades de pesquisa como a pesquisa-ação.

Em Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, houve essa busca por novas opções de abordagem e condução dos projetos da Prefeitura Municipal. Argumentou-se que o Projeto Terra teve seu elemento de fracasso ao realizar projetos sustentáveis, de elevada aderência por parte da população, em que, dentre outras coisas, não se verifica íntima integração entre os diagnósticos social e urbano da mesma forma que ocorre a frágil ligação estabelecida com a sociedade. Logo, não são apresentados à população todos os detalhes dos planos e projetos a ser implantados no local, o que não deixa claro o resultado final da execução. Por essa razão, o que ocorre é um maior número de manifestações da população do local durante a obra, único momento em que os cidadãos adquirem compreensão mais abrangente do que realmente se pretende implantar ali. Esse entendimento da população se deve ao interesse dos cidadãos em participar e se aproximar do que está sendo realizado no bairro onde vivem. A vontade de colaborar com o processo de construção daquele espaço é incentivada pela própria existência do Projeto Terra, que intensifica a consciência da população quanto à importância dessa participação.

Estando em fase de implantação, torna-se mais dispendioso realizar alterações no projeto e muitas vezes impossível de procedê-las, dependendo do estágio em que a obra se encontra, o que pode resultar no abandono ou no descaso do local pela população depois de finalizado. Isso faz com que sejam repensadas as metodologias utilizadas, especialmente na fase do diagnóstico, dando maior importância à etapa que antes era considerada apenas como um mero levantamento físico.

Além desse, também o episódio da favela de Brás de Pina é importante exemplo da utilização da pesquisa-ação, no qual se leva em conta o dia-a-dia dos moradores, incluindo-os no processo de pesquisa e de elaboração do plano por meio da mediação de profissionais ou estudantes da área de arquitetura e urbanismo, como foi o caso da elaboração do plano de urbanização do local. Os técnicos conduziam o processo de pesquisa para elaboração do plano com o auxílio dos moradores lançando mão de levantamentos físicos e ouvindo suas opiniões e sugestões. Em contrapartida, forneciam-lhes informações necessárias para tal participação para que compreendessem o que estava sendo proposto. Contudo, a intervenção pela pesquisa-ação não foi sustentada até o fim da implantação do plano de urbanização, devido à entrada da CODESCO na comunidade, o que desvirtua aos poucos os princípios do coletivo. As ações deixam de atender à comunidade como um todo e passam a ser mais pontuais, adentrando nessa sociedade individualismo que vem sendo intensificado pelos princípios capitalistas desde o século XIX. As pessoas começam a se preocupar mais com suas próprias vidas, em detrimento da vida em público.

Voltando à pesquisa-ação, essa é, na verdade, composta por um conjunto de instrumentos e procedimentos que objetivam a realização de determinada ação. Esses procedimentos devem ser escolhidos de acordo com cada contexto social e urbano e em conformidade com os objetivos que se pretende alcançar. Nesse estudo, são pesquisados e analisados os instrumentos e procedimentos com que o arquiteto pode contar para atuar no sentido de elaborar projetos de espaços livres públicos após o desenvolvimento de pesquisa direta com os cidadãos.

Os fatos e os argumentos, anteriormente examinados, demonstram que os procedimentos que podem compor um processo de pesquisa-ação possibilitam uma aproximação entre técnico e usuário, o que gera a possibilidade de o arquiteto colaborar na capacitação do cidadão para a participação e a ampliação da capacidade perceptiva do mesmo, fazendo da experiência uma via de mão-dupla. Esse procedimento envolve questões fundamentais para o

desenvolvimento mais proveitoso do processo, com colaboração mais ampla e consciente do cidadão e do profissional envolvido.

Nessa via de duas mãos, entendemos que, se o profissional arquiteto puder fazer com que a população perceba as possibilidades e as necessidades de apropriação do espaço público, ele próprio adquirirá base para elaborar projetos mais condizentes com a realidade dos usuários, resultando em maior margem de aceitação e apropriação. É parte desse princípio que a proximidade com o local e com a realidade desses cidadãos, proporcionada pelos procedimentos, auxilie o arquiteto na necessária compreensão das percepções e das necessidades do cidadão.

Essas afirmações confirmaram-se na medida em que foram analisados estudos do tipo pesquisa-ação, os quais começaram a se desenvolver na década de 1980 e, na década seguinte, passaram a englobar objetivos com caráter mais propositivo do que reivindicativo.

Esse tipo de pesquisa tem o usuário como o principal sujeito, sendo sob a lógica daquele que do espaço vai se utilizar.

Interessa aqui enfatizarmos que os procedimentos estudados no Capítulo 03 podem colaborar para desvendar a realidade do usuário e discutir as proposições elaboradas após esse conhecimento. Além disso, fornecem subsídios para que sejam alcançados objetivos como ampliação da capacidade perceptiva do cidadão e sua preparação para a participação, ampliação da compreensão do arquiteto quanto à percepção do usuário e estímulo à percepção do próprio arquiteto, demonstrando que as hipóteses colocadas aqui se revelam consistentes: se o arquiteto se aproxima do espaço em questão e da realidade daquele que dele se utiliza, possibilidade permitida pelos procedimentos, certamente terá mais clareza quanto às percepções do cidadão. Adicionalmente, o arquiteto pode, pelo uso dos procedimentos estudados, fazer com que a população perceba as possibilidades e as necessidades de apropriação do espaço público, ampliando sua capacidade perceptiva. Diante desse quadro, adquirirá base suficiente para elaborar projetos mais condizentes com a realidade dos usuários, resultando em efetiva

aceitação e apropriação, uma vez que usuários se deparam com esses espaços com valores que vão de encontro às suas necessidades. Esse estudo também demonstrou que isso é ainda possível de ser aprimorado, de forma a amplificar essa aceitação, se forem adequadamente incluídos na pesquisa outros procedimentos para discussão das proposições, como a simulação por computador, a simulação de jogos e a charrete.

As possibilidades de obtenção desses objetivos foram demonstradas no quarto capítulo com a experiência do Projeto Terra da Prefeitura Municipal de Vitória, mais especificamente na área pertencente à Poligonal 02. Após as falhas identificadas no que diz respeito à aceitação dos projetos por parte dos cidadãos, decorrentes das razões já mencionadas, a equipe do Projeto Terra começa a rever seus métodos e a dar maior importância à fase do diagnóstico. Nessa revisão é elaborada a “Proposta preliminar de roteiro para elaboração de diagnóstico nas poligonais do Projeto Terra”, que destaca especialmente a relevância de os técnicos conseguirem captar as aspirações dos moradores do local de forma mais ampla. Para isso, a proposta sugere:

[...] que o Diagnóstico Urbano, avalie o espaço sob duas óticas, a do morador, e a dos técnicos, para que as conclusões e indicações de necessidades estejam além da percepção técnica, das demandas do orçamento participativo e da opinião das lideranças formais e informais, para que possam traduzir as aspirações da maioria dos beneficiários (PMV/ SEDUR, 2000, p. 4).

Foi essa discussão acerca do diagnóstico que influenciou as ações na Poligonal 02. Com isso, foram obtidos ganhos semelhantes aos objetivos citados anteriormente como possíveis de serem alcançados com o uso dos procedimentos estudados e a seguir elencados.

Os fatos analisados no Capítulo 04 indicam que foi alcançada a capacitação da população para a participação nas etapas do projeto, ampliando sua capacidade perceptiva, despertando o interesse e a consciência da necessidade de se envolverem no processo de construção de seu bairro ou cidade e trazendo troca de informações entre técnicos e usuários. Além disso,

proporcionou aos técnicos amplo e aprofundado conhecimento da realidade daqueles cidadãos. Isso foi possível graças à utilização de procedimentos como entrevistas, fotografias, visitas participativas com a realização do *workshop* “I Fórum de Notícias PAT PROSANEAR Apresenta” ao final e da charrete no desenvolvimento do “Plano de Desenvolvimento Local Integrado”, que se assemelham aos examinados no Capítulo 03, respectivamente, entrevistas, fotografias, turismo guiado com a realização de um *workshop* ao final e charrete.

A ampliação da capacidade perceptiva do cidadão e o conhecimento da sua realidade pelo arquiteto foram possíveis por meio de todas as técnicas citadas. O despertar do interesse e da consciência da população em se envolver no processo de construção de seu bairro ou cidade foi possível com as visitas participativas, o *workshop* e a charrete. Já a troca de informações entre técnicos e usuários do espaço foi proporcionada pelas entrevistas, pela visitas participativas, pelo *workshop* e pela charrete.

Fica assim comprovado que os ganhos que podem ser alcançados com a utilização desses procedimentos ampliam a margem de possibilidade de apropriação e utilização do espaço que está sendo proposto. Ao adquirir conhecimento acerca das percepções dos usuários (que estão, por sua vez, capacitados para transmitir tal conhecimento) e ao aproximar-se do local em questão e da realidade do usuário, o arquiteto ganha base suficiente para projetar espaços com efetivas chances de utilização.

Podemos afirmar que essa efetiva apropriação, resultado do significado atribuído pela população com o uso do espaço, permite vastas e variadas possibilidades de ocorrência da razão comunicativa e, assim, amplia-se a esfera pública.

Como afirma Arendt (1999), o que é público pode ser visto e ouvido por todos, e o espaço público é o local onde isso acontece. A esfera pública, já que ocorre no espaço público, possui elevadas possibilidades de ocorrência quanto maior for o número de espaços públicos existentes, em especial o livre que, conforme

destacado no Capítulo 01, são os de potencial superior de ocorrência da esfera pública.

Argumentou-se que a ocorrência da esfera pública também depende da existência de razões comunicativas nesses locais, termo utilizado por Queiroga (2001), influenciado pela teoria da ação comunicativa de Habermas. O fato é que a ocorrência da razão comunicativa depende da presença dos indivíduos.

Em contrapartida, espaços transformados em mercadoria, homogêneos e cenarizados, não-lugares nos termos de Augé (1994), tendem, de uma forma geral, a resultar em restrita apropriação – portanto, limitada permanência de pessoas no local – e, assim, em quase nenhuma existência de ações comunicativas, o que diminui a ocorrência da esfera pública.

O processo participativo, então, revela-se com amplo potencial para ampliação da esfera pública com o possível sucesso na elaboração de projetos de espaços livres públicos ampliando possibilidades de uso e apropriação, por todas as razões vistas até aqui e em particular pelo alcance dos objetivos para os quais os procedimentos abordados fornecem subsídio.

Essa é ainda uma questão delicada que merece especial atenção, até porque, como enfatizado, depende do contexto no qual a área se encontra, dos técnicos que vão escolher os procedimentos a serem utilizados e que vão aplicá-los e, sobretudo, do interesse e do envolvimento dos usuários do espaço no processo de seu planejamento.

Os resultados de um processo participativo são dependentes dessas questões e envolvem a inerente subjetividade a que estão sujeitos, podendo ser distorcidos a depender da prevalência e do privilégio deste ou daquele interesse no processo envolvido. A questão é: se a população como um todo se conscientiza da necessidade de seu envolvimento, pode evitar o privilégio a interesses individuais, até porque detém o necessário conhecimento da realidade e da situação de planejamento para cobrar o adequado atendimento a seus objetivos comuns.

Fica comprovado aqui que, no que se refere a realidades que apresentam semelhante contexto social e econômico ao caso apresentado, a ação do Projeto Terra na Poligonal 02, os procedimentos examinados no Capítulo 03 e analisados neste caso específico, ao longo do Capítulo 04, são aplicáveis no sentido de alcançar a conscientização da população para a importância do seu envolvimento, bem como fornecer subsídios para os demais objetivos possíveis, também discutidos nos Capítulos 03 e 04: ampliação da capacidade perceptiva do pesquisado e sua preparação para a participação, a ampliação da compreensão do arquiteto quanto à percepção do usuário e o estímulo à percepção do próprio profissional.

No entanto, este estudo não pretendeu esgotar o assunto, mesmo porque se encarregou de avaliar apenas um conjunto de procedimentos da pesquisa-ação. Assim sendo, abre um campo de investigações futuras seja por ampliação de investigações acerca de outros procedimentos ou mesmo de possibilidades de se evitar a prevalência deste ou daquele interesse no processo de planejamento. Nessa mesma ótica, este estudo examinou a utilização bem sucedida de alguns procedimentos da pesquisa-ação, pela análise da aplicação do Projeto Terra da Prefeitura de Vitória.

Ainda assim, pesquisas futuras são necessárias para desvelar, com outras aplicações em outras realidades, as diversas possibilidades, adequabilidades ou inadequabilidades que os procedimentos aqui examinados podem ensejar. Uma confirmação definitiva das questões aqui tratadas parece ser uma utopia a ser perseguida. Afinal, são inúmeros os contextos econômico, social, político, cultural e urbano de que esses procedimentos devem dar conta e, como resultado, são inesgotáveis as possibilidades de objetivos a se alcançar.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKAMINE, Rogério; et al. Os espaços livres e a esfera pública contemporânea no Brasil: por uma conceituação considerando propriedades (públicas e privadas) e apropriações. In: TÂNGARI, Vera Regina; et al. **Sistema de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências**. Rio de Janeiro: PROARQ, 2009.

ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves. **Espaços livres públicos inseridos na paisagem urbana - memórias, rugosidades e metamorfoses**: estudo dos parques urbanos 13 de maio, Recife-Brasil e do Tiergarten, Berlim-Alemanha. 2006. Dissertação (mestrado em geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

ALEX, Sun. **Convívio e exclusão no espaço público**: questões de projeto da praça. Tese (doutorado em arquitetura e urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

ÁLVARES, Lúcia Capanema; TIBO, Geruza L.; SAFE, Simone S. Novos paradigmas para o ensino e o planejamento da paisagem. **Paisagem Ambiental**, São Paulo, n. 22, p. 41-49, 2006.

ALVES, Márcio Moreira. **A força do povo**: democracia participativa em Lages. São Paulo: Brasiliense, 1980.

AMÂNCIO, Cristhiane Oliveira da Graça; et al. **Diagnóstico rápido participativo como instrumento auxiliar na gestão de associações de agricultores familiares e agências de desenvolvimento**. XLIII CONGRESSO DA SOBER “Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial” Ribeirão Preto, 2005.

AMARO, João Júlio Vitral. Pesquisa sobre paisagem urbana, diversidade e adequação ao relevo natural do comércio de pequeno porte – indicações para avaliação de leis de uso e ocupação do solo. **Paisagem Ambiental**, São Paulo, n. 22, p. 54-60, 2006.

AMORIM, Flávia Pereira; TABGARI, Vera. A (trans) formação da paisagem urbana: bairro Belvedere – Belo Horizonte, MG. **Paisagem Ambiental**, São Paulo, n. 22, p. 74-84, 2006.

APPLEYARD, Donald. **Livable streets, protected neighborhoods**. Londres: University of California Press, 1980.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 9. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

ARISTÓTELES. **A política**. São Paulo: Escala. [19--?].

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da modernidade. 5. ed. Campinas: Papirus, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. **A modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BIENENSTEIN, Glauco. **Estudo de Caso**: Projeto Terra - Jaburu - Programa Integrado de Desenvolvimento Social, Urbano e de Preservação Ambiental nas Áreas Ocupadas por População de Baixa Renda; intervenção no Bairro Jaburu, Vitória-ES. Rio de Janeiro: IBAM/CAIXA, 2003.

BONFIM, L. R. M. **Desenvolvimento da qualidade urbana em cidades médias e áreas verdes**: o caso de Franca. 2004. Dissertação (mestrado em arquitetura e urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. Disponível em: <http://mx.mackenzie.com.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=763>. Acesso em: 10 jan. 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Participar-pesquisar. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Repensando a pesquisa participante**. Brasiliense: São Paulo, 1984. P. 07-14.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Cidades brasileiras**: seu controle ou o caos. São Paulo: Studio Nobel, 1992.

CARLOS, Euzinéia. **Controle social e política redistributiva no orçamento participativo**. Vitória: Edufes, 2007.

CARNEIRO, Ana Rita Sá; MESQUITA, Liana de Barros. **Espaços livres do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidades do Recife/ Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

CHAIMSOHN, Francisco Paulo; GOMES, Ednilson Pereira; MIRANDA, Gil Maria; MIRANDA, Márcio; RIBEIRO, Maria de Fátima dos Santos. A utilização do diagnóstico participativo na avaliação de um projeto de governo: uma análise crítica. In: XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural/First SOBER/IAAE Joint Symposium, [**Trabalhos apresentados**], Foz do Iguaçu, 1999. Disponível em: <www.iapar.pr.gov.br/arquivos/File/zip_pdf/Ase/diag_participativo.pdf> Acesso em 03 nov. 2010.

CHAUÍ, M. **Democracia e transparência**. 2006. Disponível em: <http://www.pauloteixeira13.com.br/boletins/boletim37_leitura.htm>. Acesso em: 25 mar. 2009.

COELHO, Margareth Batista Saraiva. **Gestão de políticas públicas com inclusão social no âmbito da Prefeitura de Municipal de Vitória**. Monografia (pós-graduação em Gestão Municipal de Políticas Públicas) – Instituto Saber e Cidadania e Faculdades Integradas de Vitória, Vitória, 2005.

COSTA, Sérgio. **Esfera pública e as mediações entre cultura e política no Brasil**. 1999. Disponível em: <http://www.ipv.pt/forumedia/fi_3.htm> Acesso em 10 jun. 2011.

CUSTÓDIO, Vanderli; MACEDO, Sílvio Soares. **Os sistemas de espaços livres da cidade contemporânea brasileira e a esfera de vida pública: considerações preliminares.** 2009. Disponível em: <egal2009.easyplanners.info/.../5156_CUSTODIO_Vanderli.doc> Acesso em: 10 jan. 2010.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEL RIO, Vicente; DUARTE, Cristiane Rose; RHEINGANTZ, Paulo Afonso (Org.). **Projeto do Lugar:** colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento.** São Paulo: Pini, 1990.

DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de (Org.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira.** 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

DEMATTÊ, Maria Esmeralda Soares Payão. **Princípios de paisagismo.** 3 ed. Jacoticabal: FUNEP, 2006.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular:** movimentos sociais e participação no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

_____. **Entre a utopia e a estratégia:** um estudo de caso de um movimento social. 1989.

_____. **Movimento social urbano, Igreja e participação popular.** 1983. Dissertação (Mestrado em antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1983.

FRANÇA E LEITE, Vera Lúcia Sanches. Projeto Terra – Jaburu – Programa Integrado de Desenvolvimento Social, Urbano e de Preservação Ambiental nas Áreas Ocupadas por População de Baixa Renda, Vitória - ES. **Manual de orientação para replicação das melhores práticas de gestão local.** Rio de Janeiro: IBAM/CAIXA, 2002.

FRECHIANI, Ronaldo Volmer; FREITAS, José Francisco Bernardino. **O jogo da cidade democrática e as cartas da iniciativa privada.** Vitória, 2006

FREITAS, Artur. O sensível partilhado: estética e política em Jacques Rancière. **História:** questões e debates. Curitiba: UFPR, n. 44, 2006, p. 215-220.

FREITAS, José Francisco Bernardino. **Townscape and local culture:** the use of streets in low-income residential areas in Vitória, Brazil. Tese (doutorado em Urban Planning and Human Geography) - University of London, Londres, 1995.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. **Olhar periférico:** informação, linguagem, percepção ambiental. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1999.

FERREIRA, Mauro. **Planejamento urbano nos tempos do SERFHAU**: o processo de construção e implementação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Franca. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos/USP, São Carlos, 2007. In CD ROM.

GEHL, Jan. **Life between building**: using public pace. Van Nostrand Reinhold: Nova York, 1986.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis**: no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOMES, Elaine Cavalcante. **Percepção do ambiente construído**: a praça. Tese. FAU-USP. São Paulo, 1997.

GOMES, Ednilson Pereira, CHAIMSON, Francisco Paulo, MIRANDA, Gil Maria, MIRANDA Márcio, RIBEIRO, Maria de Fátima dos Santos. A utilização do diagnóstico participativo na avaliação de um projeto de governo: uma análise crítica. **Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Foz do Iguaçu – PR, 1999. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=47&Itemid=143> Acesso em: nov. 2010.

GONÇALVES, Paulo Cássio de Moraes. **Construção coletiva da paisagem**: processos participativos com comunidades escolares. Dissertação (mestrado em estruturas ambientais urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. **O discurso filosófico da modernidade**: doze lições. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

INSTITUTO PÓLIS. **O que é o Pólis**. Disponível em: <http://www.polis.org.br/o_que_e_o_polis.asp> Acessado em: 30 mai. 2010.

JAMESON, F. **Pós-modernismo**: lógica do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1997.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Fundação Calouste Gulbenkian Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, s/d.

LAY, Maria Cristina Dias; REIS, Antonio Tarcisio. Métodos e técnicas para levantamento de campo e análise de dados: questões gerais. WORKSHOP AVALIAÇÃO PÓS-OCUPACIONAL, 1994, São Paulo. **Anais**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994. p. 28-49.

LEFEBVRE, Henry. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Aracaju, SE: Editora UFS, 2004.

LIMA, Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos; PELLEGRINO, Paulo Renato Mesquita. **Charrette para um desenho urbano sustentável**. Notícias da ABAP. Ano 2, Número 22, Julho de 2001, Boletim mensal.

LOW, Setha; TAPLIN, Dana; SCHELD, Suzanne. **Rething Urban Parks**. 2005. p. 176-193.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora LTDA, 1980.

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques urbanos no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. [Coleção Quapá].

MARQUES, José Reinaldo. A imprensa na constituinte: vinte anos, depois jornalistas lembram com emoção a aventura profissional que viveram naqueles dias de 1986-1987 com o ardor cívico de saber que o Brasil começava a mudar. **Jornal da ABI**, n. 334, p. 3, out. 2008. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/jornaldaabi/Outubro-2008.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2010.

MATTA, Roberto da. **A casa & a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

MENDONÇA, Eneida. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia** (On-line), v. 2, Rio de Janeiro, p. 122-132, 2007.

MOORE, Nicholas; CORBETT, Judy; SPROWLS, Sharon. (Eds). **Participation Tools for Better Land-Use Planning**: Techniques and case-studies. Sacramento, CA: Center for Livable Communities/Local Government Comission, 1995.

MOREIRA, Antônio Cláudio Moreira Lima e. O novo e o velho plano director. In: GOMES, Rita de Cássia da Conceição, SILVA, Anieres Barbosa da, SILVA, Valdenildo Pedro da. Política habitacional e urbanização no Brasil. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 01 ago. 2003, vol. VII. <[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(083\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(083).htm)>. Acesso em: 15 mai. 2010.

NISHIKAWA, Ayako. **O espaço da rua articulado ao entorno habitacional em São Paulo**. 1984. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

ORTEGA, Francisco. **Hannah arendt, foucault e a reinvenção do espaço público**. Trans/Form/ação, São Paulo, n.24, p.225-236, 2001.

PACHECO, Eliezer. **O partido comunista brasileiro (1922-1964)**. São Paulo: Alfa Ômega, 1984.

PEGORETTI, Michela Sagrillo ; ANGELO, Michelly Ramos de. O contexto das novas posturas políticas urbanas no processo de intervenção de áreas ocupadas por população de baixa renda: o caso do projeto terra - Vitória (ES). In: II Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2004, Indaiatuba - SP. **Anais do II Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**, 2004. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT14/michela_pegoretti.pdf> Acesso em: nov. 2010.

PEREIRA, Raul Isidoro. **O sentido da paisagem e a paisagem consentida: projetos participativos na produção do espaço livre público**. Tese (doutorado em paisagem e ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PIPII, Luis Guilherme A.; LIMBERGER, Lucienne Rossi Lopes; LAZAROTTO, Geruza. Recursos para representação e análise da paisagem. **Paisagem Ambiental**, São Paulo, n. 25, p. 105-126, 2008.

PORTAS, Nuno. Tendências do urbanismo na Europa: planos territorial e local. **Óculum**, Campinas. n. 3, p. 04-14, mar. [198-?].

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. **Decreto de criação do Projeto Terra**. Vitória: Prefeitura Municipal, 1998.

_____. **Novo PDU**: Propostas do novo Plano Diretor Urbano. Vitória, PMV, 2005.

_____. **Proposta preliminar de roteiro para elaboração de diagnóstico nas Poligonais do Projeto Terra**. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SEDUR. Vitória: Prefeitura Municipal, 2000.

_____. **Relatório Parcial 01**: Plano de Desenvolvimento Local Integrado, Plano de Saneamento Integrado e Programa de Trabalho Social. Consórcio Tecnosolo Hydros.Vitória; 2004a.

_____. **Relatório Parcial 02**: Plano de Desenvolvimento Local Integrado, Plano de Saneamento Integrado e Programa de Trabalho Social. Latin Consult e Instituto de Tecnologia Social. Vitória; 2004b.

_____. **Relatório Parcial 03**: Plano de Desenvolvimento Local Integrado, Plano de Saneamento Integrado e Programa de Trabalho Social. Latin Consult e Instituto de Tecnologia Social. Vitória; 2006.

_____. **Relatório Parcial 04:** Plano de Desenvolvimento Local Integrado, Plano de Saneamento Integrado e Programa de Trabalho Social. Latin Consult e Instituto de Tecnologia Social. Vitória; 2007a.

_____. **Relatório Parcial 05:** Plano de Desenvolvimento Local Integrado, Plano de Saneamento Integrado e Programa de Trabalho Social. Latin Consult e Instituto de Tecnologia Social. Vitória; 2007b.

_____. **Relatório Parcial 06:** Plano de Desenvolvimento Local Integrado, Plano de Saneamento Integrado e Programa de Trabalho Social. Latin Consult e Instituto de Tecnologia Social. Vitória; 2007c.

_____. **Relatório Final:** Plano de Desenvolvimento Local Integrado, Plano de Saneamento Integrado e Programa de Trabalho Social. Latin Consult e Instituto de Tecnologia Social. Vitória; 2007d.

PRONSATO, Sylvia Adriana Dobry. **Arquitetura e paisagem:** projeto participativo e criação coletiva. São Paulo: Annablume, 2005.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. **A megalópole e a praça:** o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa. Tese (doutorado em arquitetura e urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes; BENFATTI, Denio Munia. Sistema de espaços livres urbanos: construindo um referencial teórico. **Paisagem Ambiental**, São Paulo, n. 24, p. 81-87, 2007.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento:** política e filosofia. São Paulo: 34. 1996.

_____. O dissenso. In: NOVAES, Adalto (Org.). **A crise da razão.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 367-382.

REIS, Antonio Tarcisio; LAY, Maria Cristina Dias. Sessão II: métodos e técnicas para levantamento de campo e análise de dados: questões gerais. In: Workshop avaliação pós-ocupacional. **Anais.** FAU-USP. 1994. pp. 28-49.

RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. Dissenso e (re)criação do espaço público. **Zona de Impacto**, v. 5, 2003. Disponível em <<http://WWW.albertokinscaldas.unir.br/textos.html>>. Acesso em jul. 2009.

ROBBA, Fábio; MACEDO, Silvio Soares. **Praças brasileiras.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Imprensa Oficial do Estado, 2002.

SANOFF, Henry. Participatory design: theory & techniques. North Carolina, North Carolina State University, 1990. In: _____. **A visioning process for designing responsive schools.** National Clearinghouse foreducational facilities, North Carolina, 2001.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **A cidade como um jogo de cartas**. São Paulo: EDUFF, 1988a.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos (Coord). **Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. 3 ed. São Paulo: Projeto, 1985.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988b.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SAULE JÚNIOR, Nelson; ROLNIK, Raquel (2001). Estatuto da Cidade: Novos horizontes para a reforma urbana. **Pólis**. São Paulo, n. 4, 124p.

SCHWEIZER, Peter José. Planejamento participativo e a execução associativa na execução de projetos para a promoção de desenvolvimento sustentável das cidades. In: _____ (Coord.). **Planejamento participativo na reestruturação urbana**. Rio de Janeiro: Associação Fluminense de ex-bolsistas da Alemanha, 2000. PP. 13-24.

SEBRAE. **OSCIP, o que é?** Disponível em: <<http://www.sebraenet.com.br/culturadacooperacao/oscip/02.htm>>. Acesso em: 30 mai. 2010.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERPA, Angelo. Apropriação social versus requalificação dos parques e praças na capital baiana. In: JUNIOR, Milton Esteves; URIARTE, Urpi Montoya (Org.). **Panoramas urbanos: reflexões sobre a cidade**. Salvador: EDUFBA, 2003. PP. 121-139.

SERPA, Angelo. A trama de relações sócio-espaciais nos bairros populares de Salvador, Bahia. In: _____. **Cidade popular: trama de relações sócio-espaciais**. Salvador: EDUFBA, 2007. cap. 01, p. 09-24.

SERPA, Angelo. Metodologia sem hierarquia. In: _____. **Cidade popular: trama de relações sócio-espaciais**. Salvador: EDUFBA, 2007. cap. 07, p. 135-141.

SILVA, Elizabeth Farias da. **O fracasso da oposição no poder: Lages – 1972-1982**. Letras Contemporâneas, 1994. Coleção Teses.

SILVA, Marta Zorzal e; NASCIMENTO, Euzinéia Carlos do. **Dimensões da democracia participativa no projeto Terra – Vitória – ES**. Relatório de pesquisa. Vitória:DCSO/UFES/FACITEC, 2006.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOMEKH, Nadia. **A cidade vertical e o urbanismo modernizador**. São Paulo: Studio Nobel: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 1997.

SOUZA, Carlos Leite de. **Cognição ambiental e desenho urbano**: A.P.O. de um espaço urbano com enfoque dos aspectos perceptivos – o caso da nova Av. Faria Lima. Dissertação (estruturas ambientais urbanas – FAU-USP). São Paulo, 1997.

SOUZA, Clóvis Henrique Leite de. **Participação social no governo Lula**: um olhar sobre o modo petista de governar. Monografia (bacharel em Ciência Política). Universidade de Brasília, Brasília, 2006a. Disponível em: <http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/887/1/2006_ClovisSouza.pdf>. Acesso em 28 Jan. 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006b.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP: 2004.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global**: limites da participação cidadã. 3 ed. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2002.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia de pesquisa-ação**. 14. ed. aum. São Paulo: Cortez, 2005.

TRINDADE, Auta Fernandes da; MORAES, Jorge Solano Garcia de. Participação popular no orçamento da prefeitura de Vitória. **Proposta**, nº 54, ago. 1992.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1980.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo**: Um guia prático. Brasília: Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.

VILLASCHI, Alice Wanderley. **Participação popular**: marco teórico e análise de sua aplicação na gestão urbana. Dissertação (mestrado em administração) – Universidade de Brasília, Brasília, 1985.